

Relatório

Ação Educativa

Ano 2009

2009

 ação  
educativa

## **Sumário**

<b>Siglário .....</b>	<b>3</b>
<b>Apresentação .....</b>	<b>6</b>
<b>Juventude .....</b>	<b>7</b>
<b>Educação.....</b>	<b>17</b>
<b>Espaço de Cultura e Mobilização Social .....</b>	<b>55</b>
<b>Gestão e Desenvolvimento Institucional .....</b>	<b>59</b>
<b>Corpo Diretivo e Pessoal .....</b>	<b>72</b>
<b>Apoios.....</b>	<b>77</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>79</b>
I - Assessorias .....	79
II - Atividades de Formação.....	82
III - Promoção de eventos.....	85
IV - Participação em eventos .....	92
V - Participação em redes, fóruns, articulações intersetoriais e conselhos de representantes.....	97
V - Inserções na mídia .....	99

## ***Siglário***

ABAVE – Associação Brasileira de Avaliação Educacional  
ABONG – Associação Brasileira de ONGs  
ACP – Ação Civil Pública  
ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade  
ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental  
AIN – Ajuda da Igreja da Noruega  
ANPED - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação  
APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo  
CAMI - Centro de Apoio ao Imigrante  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CEAFRO – Educação e Profissionalização para a Igualdade Racial e de Gênero  
CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social  
CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e da Desigualdade  
CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária  
CLADE – Latino-Americana pelo Direito à Educação  
CLADEM - Comitê da América Latina e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher  
CMJ – Centro de Mídia Juvenil  
CNAEJA – Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos  
CNE – Conselho Nacional de Educação  
CNPQ – Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação  
CONEB – Conferência Nacional de Educação Básica  
CONAE – Conferencia Nacional de Educação  
CONFINTEA – Conferência Internacional de Educação de Adultos  
CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude  
CONFECOM – Conferencia Nacional de Comunicação  
CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores Em Estabelecimentos de Ensino  
COOPERIFA – Cooperativa dos artistas da periferia  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
CECIP – Centro de Criação e Imagem Popular  
DRE - Diretorias Regionais de Ensino  
DhESCA – Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma Brasil)  
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
DJ – Disc Joquey  
EC – Emenda Constitucional  
EE – Escola Estadual  
EED – Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental  
ENCCEJA – Exame Nacional de Certificação de Competências para Educação de Jovens e Adultos

ENEJA – Encontro Nacional de Educação de Adultos  
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio  
FSM – Forum Social Mundial  
FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo  
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional  
FORITO – Forum Cone Sul de Mulheres Jovens na Política  
FEDEP - Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública  
FEPA – Fórum de Experiências Populares em Audiovisual  
FES ILDES – Fundação Friedrich Ebert  
FISC – Fórum Internacional da Sociedade Civil  
FNEPTI – Fórum Nacional de Erradicação e Prevenção do Trabalho Infantil  
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação  
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
FEUSP – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo  
GDI – Gestão e Desenvolvimento Institucional  
GPOPAI - Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação  
GT – Grupo de Trabalho  
LDB – Lei de Diretrizes Bases  
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros  
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas  
ICAE - International Council for Adult Education  
INESC – Instituto de Estudos Socioeconomicos  
INAF – Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional  
INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira  
IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística  
INDIQUE – Indicadores da Qualidade na Educação  
IPF – Instituto Paulo Freire  
IPJ - Instituto Paulista de Juventude  
IPM – Instituto Paulo Montenegro  
JADE – Jovens Agentes pelo Direito à Educação  
MEC – Ministério da Educação  
MNSP – Movimento Nossa São Paulo  
MP – Medida Provisória  
MP – Ministério Público  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
NCA – Norwegian Church Aid  
NEPSO – Nossa Escola Pesquisa sua Opinião (projeto)  
OEI – Organização dos Estados Iberoamericanos  
OIJ – Organización Iberoamericana de Juventud  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
ONU – Organização das Nações Unidas

OPA – Obstáculos e Possibilidades de Acesso à Justiça  
PAD – Processo de Articulação e Diálogo  
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação  
PEC – Proposta de Emenda Constitucional  
PMCS – Prêmio Minha Comunidade Sustentável  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNLDEJA – Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos  
PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens  
SAF – Setor de Administração e Finanças  
SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade  
SEE – Secretaria Estadual de Educação  
SME – Secretaria Municipal de Educação  
SESC – Serviço Social do Comércio  
SESI – Serviço Social da Indústria  
SICONV – Sistema Convênios do Governo Federal  
STF – Supremo Tribunal Federal  
SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial  
TAC – Termos de Ajustamento de Conduta  
TJSP – Tribunal de justiça de São Paulo  
UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas  
UFBA – Universidade Federal da Bahia  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais  
UFPR – Universidade Federal do Paraná  
UFRS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação  
UNICAMP – Universidade de Campinas  
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância  
UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher  
USP – Universidade de São Paulo  
VAI – Valorização das Iniciativas Culturais

## *Apresentação*

A Ação Educativa se constituiu nestes 15 anos em uma forte e qualificada instituição da sociedade civil brasileira. Ela goza de ampla legitimidade e credibilidade no espaço público. Seu trabalho é da mais alta qualidade e valor social. A instituição tem sido muito sustentável em toda a sua trajetória e está preparada para aperfeiçoar alguns de seus fundamentos institucionais em vista da manutenção da sustentabilidade no futuro.

*Ação Educativa: virtudes, desafios e perspectivas.* Relatório geral final da avaliação externa da Ação Educativa (1994-2009).

**E**m 2009, a Ação Educativa comemorou 15 anos de existência com muita festa e muito trabalho. O último ano do seu quinto Plano Trienal foi marcado por um rico e intenso processo de avaliação, reflexão, identificação de novos desafios e definição de novas apostas institucionais.

A avaliação institucional apontou virtudes e reafirmou a importância do trabalho realizado nas áreas de Educação, Juventude e Cultura. As condições de sustentabilidade foram consideradas muito satisfatórias devido à coerência que a Ação Educativa tem conseguido garantir entre seus valores, princípios, visão política e suas opções e práticas, o que está ligado: ao alto grau de compartilhamento de ideais na equipe; ao perfil qualificado e comprometido de seus associados/as; à preocupação em assegurar qualidade e rigor metodológico a todos os trabalhos e produtos; à capacidade de evoluir, incorporar, adaptar e inovar, tanto nas temáticas como nas estratégias de ação.

Ao mesmo tempo, foram apontados alguns grandes desafios institucionais, entre os quais destacam-se três: a construção de maior integração entre as diferentes áreas, programas, setores e projetos, com uma maior sinergia e complementaridade; a implementação de um processo de monitoramento e avaliação dos trabalhos com mais momentos coletivos de debate amplo sobre os impasses, resultados e desafios comuns; o aprofundamento da reflexão e dos caminhos para fortalecer ainda mais o caráter democrático, participativo e colegiado do sistema de governança e gestão.

Tais resultados foram produzidos num processo bastante interativo, com diversos momentos coletivos, e que foi secundado por um outro processo institucional – a elaboração do novo Trienal (2010 – 2012) – que demandou novos trabalhos coletivos. A equipe sentiu-se verdadeiramente desafiada e motivada, envolvendo-se com ânimo na busca de caminhos para a superação dos desafios identificados.

Assim, 2009 caracterizou-se como um ano de grande riqueza na vida institucional, ao final do qual as diferentes áreas e programas estavam um pouco mais próximas que no início, tendo renovado seus compromissos para fazer jus ao que apontaram os avaliadores na passagem que serve de epígrafe a essa apresentação.

São Paulo, junho de 2010.

## *Juventude*

Dentre os objetivos específicos projetados para esse Plano Trienal, três são os diretamente relacionados às questões de juventude:

- Ampliar a capacidade de intervenção dos jovens no espaço público.
- Ampliar e qualificar a participação de atores da sociedade civil na formulação, implementação e controle social de políticas públicas que atendam às necessidades dos jovens.
- Colaborar na construção de sistemas integrados de políticas públicas que respondam às necessidades dos jovens, considerando sua singularidade etária, sua diversidade (de gênero, raça, classe social e pertencimento territorial) e seu direito a participar das definições dessas políticas.

Considerando os acúmulos da Ação Educativa e suas possibilidades de ação nessa área, foram estabelecidas as metas institucionais para as ações e projetos. Na seqüência, são descritas as atividades e os produtos desenvolvidos em 2009, faz-se um balanço dos resultados e apontam-se as perspectivas para os próximos períodos.

### ***META 1***

***TER APOIADO JOVENS E GRUPOS DE JOVENS (PELO MENOS 180 JOVENS AO ANO) PARA INTERVIR NO ESPAÇO PÚBLICO, POR MEIO DE CAPACITAÇÃO, ASSESSORIA E ACESSO A RECURSOS.***

### ***Atividades e produtos***

Assim como em anos anteriores, as atividades de formação e apoio para jovens e grupos de jovens, procuraram fortalecer sua atuação em três âmbitos: o do direito à educação, o da participação social por meio de diferentes linguagens e o da participação política.

No Projeto Jade – Jovens Agentes pelo Direito à Educação, foi dada continuidade à formação de seis jovens agentes, com uma carga horária de 215 horas no ano. No primeiro semestre, as atividades estiveram concentradas na preparação e realização de atividades junto às escolas. Os JADEs conduziram oficinas de sensibilização quanto ao tema da escolha profissional junto a 700 estudantes do 3º ano do ensino médio, de duas escolas públicas, e tiveram participação intensa na realização das oficinas de Orientação para a Escolha Profissional do Programa “Tô no Rumo”, com 24 horas de duração, junto a 60 estudantes de três escolas de ensino médio.

No segundo semestre as atividades com os jovens agentes concentraram-se no planejamento da nova etapa do projeto, que passaria a incorporar um novo grupo de jovens e envolveria novas escolas. Eles participaram ativamente do desenho do plano de formação a ser realizado com o novo grupo, bem como do processo de divulgação e realização da seleção. Participaram de encontros formativos voltados à discussão de temas educacionais atuais, bem como de seminários e outros espaços de debate sobre educação. Dentre esses eventos,

dois merecem destaque. No Seminário Nacional sobre Políticas Públicas para o Ensino Médio, organizado pelo MEC e outras organizações, e realizado em Brasília, dois jovens agentes acompanharam o seminário, e conduziram a apresentação da Pesquisa “Que Ensino Médio Queremos?” numa das salas de pesquisa incluídas na programação do Seminário. Houve grande procura dos participantes, de forma que a apresentação foi realizada para um conjunto de cem pessoas, e muitas não puderam acompanhar por falta de lugares. No Seminário sobre Práticas Pedagógicas de Educação Juvenil, realizado em Goiás, uma jovem agente foi palestrante, juntamente com uma assessora da Ação Educativa, apresentando a experiência formativa do Projeto Jade.

Entre outubro e novembro foi realizado o processo de inscrição e seleção de novos 10 jovens, e em dezembro foram realizados os dois primeiros encontros de formação, que terá continuidade em 2010.

No âmbito do apoio a grupos e organizações juvenis com participação social e política, quatro foram os trabalhos de destaque. Ao Instituto Paulista de Juventude foi oferecida assessoria para a elaboração da proposta conceitual e metodológica do Projeto de Formação Borandá 2009. O curso envolveu 20 jovens e teve duração de quatro dias, contabilizando 32h de atividades que versaram sobre a relação dos jovens com os meios de comunicação, as possibilidades de ação frente aos meios digitais de produção e a agenda política em torno do direito à comunicação. Ao longo da formação Borandá, os jovens produziram um blog no qual compartilharam suas sínteses sobre as discussões e construíram um GT responsável pelo monitoramento e articulação em torno da Confecom (Conferência Nacional de Comunicação).

Ao grupo de jovens do Espaço Arterial foi oferecido apoio na execução de seu projeto de formação de jovens bolivianos como mediadores de leitura. Esse apoio consistiu na identificação de escolas com presença significativa de população imigrante e na facilitação de sua aproximação com organizações que já atuam com bolivianos e de sua inserção em uma rede puxada pela Associação de Mulheres de São Paulo.

Os outros destaques referem-se a duas articulações de jovens feministas. A articulação [Grafitteiras.br](http://Grafitteiras.br) foi apoiada na construção de uma metodologia que permitisse às jovens a elaboração de um plano de ação estratégico para seu grupo. As jovens também foram apoiadas com recursos financeiros para realizar um encontro, que ocorreu na cidade de Salvador (BA). Já as integrantes do Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas receberam apoio para construção, edição e finalização dos textos que compuseram a publicação “Forito: Jovens Feministas Presentes!”, lançado em dezembro de 2009. Elas também contaram com a assessoria da Ação Educativa para organizar um encontro da articulação, com vistas à realização de um balanço e planejamento de novas ações das participantes.

Neste período, o Centro de Mídia Juvenil (CMJ) continuou apoiando os grupos juvenis produtores de mídias (audiovisual, mídias sonoras, fanzines, programas de rádios, sites, blogs, etc) com destaque para as seguintes linguagens artísticas: videoclipe, hip-hop, literatura periférica e grafite. Foram realizados diversos tipos de assessoria para 15 coletivos juvenis que atuam com as linguagens audiovisual e sonora: assessoria na elaboração de roteiros de captação de imagens, no trabalho de edição final dos vídeos produzidos, na definição dos equipamentos a serem utilizados e nas estratégias de divulgação e distribuição após o término do trabalho. Outros 18 grupos foram apoiados por meio de empréstimo de acervo de referência e/ou equipamentos de filmagem, de cessão de horas da ilha de edição e de uso de computadores e impressora. Foram ainda oferecidos dois cursos. As Oficinas de Elaboração de Projetos para o Programa VAI (Valorização das Iniciativas Culturais) da

Prefeitura Municipal de São Paulo, que tiveram início em 2008, formaram 102 jovens. Foi oferecido o curso VídeoVerso, que teve como objetivo despertar o interesse do tema da metrópole a partir de um exercício prático de realização de videoclipe, para 16 jovens que residem na região central da cidade de São Paulo; como resultado, dois vídeos foram produzidos pelos próprios jovens.

### ***Balanco dos resultados e perspectivas***

Para os jovens agentes pelo direito à educação, a experimentação concreta das atividades junto às escolas, com sua dinâmica própria, o contato com um grupo extremamente diverso de estudantes e as dificuldades, desafios e conquistas resultantes desta interação foram extremamente instigantes e motivadoras. Pode-se observar que o grupo ficou fortalecido no que diz respeito à sua capacidade de intervenção e que, individualmente, os jovens passaram a ter projetos mais concretos em relação à universidade e à inserção profissional.

O Projeto Jovens Agentes pelo Direito à Educação - JADE teve sua continuidade aprovada por mais quatro anos, o que permitirá ampliar seu raio de ação para uma quantidade maior de jovens: estão previstas a formação de 50 jovens agentes e a realização de oficinas de orientação para a escolha profissional de 600 estudantes.

No âmbito do CMJ – Centro de Mídia Juvenil, registrou-se uma diminuição do uso da Ilha de Edição, pois com os recursos captados por meio de editais alguns grupos têm adquirido estes equipamentos de edição (computadores e câmeras). Por outro lado, houve um aumento da procura pelo empréstimo de equipamentos (câmeras, iluminação e áudio) e a instalação de uma Ilha de Áudio permitiu o apoio a novos grupos - que a utilizaram para finalizar suas gravações - e o desenvolvimento de oficinas de edição de áudio durante a IX Semana de Hip Hop.

No período, também foi registrado um aumento da demanda por assessorias pontuais, demonstrando que o apoio oferecido pela Ação Educativa aos grupos que atuam com o audiovisual e outras mídias permanece sendo de fundamental importância para que estes possam viabilizar e aprimorar seus projetos. Em 2010, será proposta uma discussão junto aos grupos e ao poder público - por meio da Comissão do Programa VAI - para buscar a construção de alternativas que propiciem a ampliação do acesso a este tipo de apoio (empréstimos de equipamentos e assessoria) para um número maior de grupos e de jovens que atuam com mídias.

No âmbito do apoio a grupos com participação social e política, é possível afirmar que as atividades realizadas pela Ação Educativa em 2009 fecharam um ciclo de vida, por diferentes motivos. De um lado, os grupos com os quais trabalhamos nos últimos três anos têm construído condições que garantem maior autonomia para o funcionamento de suas iniciativas e projetos. São organizações que têm buscado maior institucionalidade e parcerias e/ou cujos integrantes encontram-se inseridos em espaços estratégicos - em organismos governamentais, não-governamentais e em movimentos sociais - para tomadas de decisão e definição de agendas que favoreçam o desenvolvimento de moças e rapazes.

Exemplo disso é que algumas integrantes do Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas integram hoje equipes de ministérios e secretarias de Saúde, Previdência Social, Educação e Desenvolvimento Agrário, e outras estão em cargos de coordenação de movimentos sociais ou partidos políticos. Na mesma perspectiva, membros do Instituto Paulista de Juventude já

possuem diploma de ensino superior, outros possuem pós-graduação, estão envolvidos em projetos com recursos financeiros captados por eles para formação de agentes comunitários em Guaianazes e, mais recentemente, tornaram-se integrantes do Conselho Municipal de Juventude. De outro lado, há grupos, como o Grafiteiras.br, que encerraram seu ciclo de ativismo e organização. Trata-se de uma situação que demonstra a dificuldade das participantes em encontrar sinergia para projetos e ações em comum, mas também a saturação das forças que garantiram, noutra ocasião, a aglutinação de sujeitos em torno de objetivos ou idéias comuns.

A equipe avalia que tanto a constituição de grupos mais fortalecidos de ação coletiva como a dissolução de grupos juvenis decorre do amadurecimento de seus membros, uma vez que já não são tão jovens e encontram novos caminhos e oportunidades para dar continuidade a suas vidas e trajetória de participação. Nessa perspectiva, a dissolução de grupos, por exemplo, é entendida menos como resultante de uma crise de participação e, muito mais, como busca por condições que favoreçam projetos individuais ou outros coletivos de ação.

De qualquer maneira, em diálogo com essas organizações e/ou parte de seus membros, e tendo em vista o fechamento do ciclo de apoio a esses grupos juvenis, foi acenada como uma ação estratégica a organização de ações exploratórias com vistas a problematizar a participação juvenil e os grupos juvenis, com especial ênfase para aspectos concernentes à renovação de integrantes, pautas e formas de organização. Além disso, tendo em vista as eleições nacionais (presidente, senado e deputados federais) e estaduais (governador e deputados estaduais), acenou-se como importante a construção, em parceria com a Ação Educativa, de um processo que dê visibilidade à agenda de juventude.

Por fim, vale ressaltar que, com a realização, em 2009, da I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) pode-se observar que a comunicação fez parte da agenda estratégica de muitos grupos juvenis e de organizações que trabalham com a juventude. Essa observação reforçou a necessidade da Ação Educativa elaborar um plano estratégico para atuar com essa questão e contribuiu para a constituição de um Foco de Ação Articulada Mídia e Participação, que deverá começar a funcionar em 2010, reunindo integrantes do programa juventude e do setor de comunicação.

## ***META 2***

### ***TER FORTALECIDO E AMPLIADO A EFICÁCIA DE ARTICULAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL E GOVERNOS ENGAJADAS NA FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE.***

#### ***Atividades e produtos***

No período, as atividades desenvolvidas buscaram fortalecer articulações nos campos da cultura, da política educacional e das políticas públicas de juventude.

No campo da educação, a Ação Educativa participou de duas articulações. A primeira envolveu uma parceria com o Ministério da Educação, o Conjuve (Conselho Nacional de Juventude), Unesco, Unicef e outras 13 organizações para a realização de um Seminário Nacional de Políticas para o Ensino Médio, que contou com a participação de 500 pessoas, entre educadores, estudantes, gestores e pesquisadores. A segunda consistiu na realização

de esforços para a retomada do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública (FEDEP) e para a inserção do tema do Ensino Médio em sua pauta.

No que diz respeito à produção audiovisual, a Ação Educativa continuou engajada no Fórum Audiovisual São Paulo que reúne fundamentalmente jovens produtores ligados a coletivos juvenis e algumas organizações de apoio. O objetivo maior continuou sendo fortalecer o campo do vídeo popular, desenvolvendo atividades conjuntas.

No campo das políticas públicas de juventude, dois processos tiveram destaque. Na esfera federal, a Ação Educativa continuou participando intensamente do Conselho Nacional de Juventude. Ao final do primeiro trimestre, com o encerramento de seu mandato na Vice-Presidência, sua representação institucional assumiu a coordenação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Programas e Políticas de Juventude. No âmbito local, foi construída uma articulação de organizações de juventude – Juventude Sampa – para elaboração de uma pauta da sociedade civil e fortalecimento do processo de eleição de seus representantes no Conselho Municipal de Juventude.

### ***Balanco dos resultados e perspectivas***

É sabido que o Ensino Médio como etapa da educação básica, não se constitui como pauta específica de organizações, grupos e movimentos, e que fica invisibilizado no âmbito das pautas dos movimentos mais gerais em defesa da educação. Por isso, a estratégia institucional é fortalecer o debate público para provocar um maior envolvimento por parte tanto das organizações do campo da educação quanto do campo da juventude.

Nesse sentido, ganha destaque a realização do Seminário Nacional de Políticas para o Ensino Médio, realizado pelo Ministério da Educação, como fruto de uma demanda feita por algumas organizações sociais, dentre elas a Ação Educativa, ao Ministro da Educação, em 2008. Com duração de três dias, o Seminário contou com a presença de cerca de 500 pessoas, entre educadores, jovens, gestores e pesquisadores. A Ação Educativa integrou a Comissão Organizadora do Seminário, apresentou os resultados da pesquisa *Que Ensino Médio Queremos?* e coordenou uma mesa de debates.

Fruto desse movimento, a Ação Educativa foi convidada pela UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas a organizar um seminário sobre o Ensino Médio a realizar-se no âmbito de seu congresso anual, que reuniu cerca de 2000 estudantes secundaristas.

No âmbito do FEDEP, foram produzidos dois textos de posicionamento em relação às políticas, um deles sobre a educação à distância na formação inicial de professores e no ensino médio, e outro a respeito da reformulação curricular e da avaliação de alunos e professores. Os textos foram distribuídos para cerca de 1.000 participantes da Conferência Nacional de Educação - CONAE, realizada no estado de SP nos dias 02, 03 e 04/10. No entanto, o Fórum teve dificuldades para manter o calendário regular de reuniões, e não conseguiu realizar as atividades de debate público previstas. No final do ano, encontrava-se bastante desarticulado em função da ausência da entidade responsável pela Secretaria Executiva na organização das reuniões. Contando com uma forte composição sindical, o FEDEP reflete fortemente as pautas destes atores e suas dinâmicas próprias, com certa resistência em relação a outras agendas como as provenientes do campo das ong's, as quais são muitas vezes vistas com suspeição. Esta seria uma questão central a ser discutida, uma vez que a Ação Educativa é a única ONG integrante do Fórum. Além disso, o foco voltado às

políticas estaduais como um todo faz do FEDEP um espaço pouco propício a abordagem de pautas específicas como a do Ensino Médio, como era nossa expectativa. Assim, em 2010, pretende-se buscar construir uma articulação específica reunindo algumas organizações de São Paulo que demonstram potencial de maior envolvimento com esse tema.

No campo da cultura, a Ação Educativa continuou atuando na articulação do Fórum Audiovisual de São Paulo, espaço que tem-se mostrado positivo para a ampliação da rede de relações dos jovens que produzem audiovisual nas periferias dos circuitos já consolidados, favorecendo que eles se encontrem, planejem e realizem ações conjuntas. Exemplo disso foi a elaboração e aprovação, junto ao Programa VAI de um projeto coletivo envolvendo a realização de uma Semana de Vídeo Popular, a produção de duas revistas e o fortalecimento de um circuito exibidor alternativo. No Fórum Audiovisual de São Paulo, os jovens encontram não apenas um local onde podem ser discutidas propostas, mas também uma oportunidade concreta de realizar suas ações, ocupando espaços públicos e proporcionando visibilidade para as suas ações. O apoio ao Fórum confirmou-se como estratégia acertada na aposta de que os jovens passem a ser reconhecidos pelos gestores públicos como agentes culturais que têm não apenas propostas e idéias, mas também capacidade de realizá-las. Não por acaso, um membro do Fórum foi indicado representante no Conselho Consultivo da Secretaria de Audiovisual do Ministério da Cultura.

### ***META 3***

#### ***TER PRODUZIDO ESTUDOS E PROMOVIDO DEBATES QUE INFLUENCIEM A OPINIÃO PÚBLICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA JUVENTUDE.***

#### ***Atividades e produtos***

Foram publicados 1200 exemplares do livro "Letramentos no Ensino Médio", com nota no site da Ação Educativa colocando a publicação à disposição de professores da rede pública, gratuitamente. O lançamento foi realizado na Diretoria de Ensino Leste 1, com a qual a Ação Educativa manteve alguns projetos em parceria nos últimos anos. Participaram do debate cerca de 50 professores coordenadores pedagógicos do ensino médio e alguns convidados. As autoras apresentaram o percurso de elaboração da obra e os recortes temáticos elaborados a partir dos seus três capítulos: 1) Os jovens, a leitura e a escrita; 2) Ler e escrever para (se) conhecer; 3) Ler e escrever para aprender na escola. Para distribuição

Foram também publicados, em versão impressa, 1000 exemplares do relatório "Que Ensino Médio Queremos?", cuja pesquisa fora realizada em 2008.

Foi realizada uma "Roda de Conversa: A atual Política Nacional para o Ensino Médio", que reuniu 25 convidados/as de diversos segmentos: Secretaria Estadual de Educação, Ministério da Educação, Conselho Estadual de Educação, professores, diretores, estudantes do ensino médio, ong's (Aprendiz, Viração, Ação Educativa, Cenpec), Assembléia Legislativa Estadual, Sindicato de professores, professores universitários, Action Aid, Unicef e Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Cada convidado recebeu com antecedência um "dossiê" contendo os principais documentos sobre as recentes políticas do governo federal, focalizando sobretudo duas delas: o projeto de emenda constitucional que torna obrigatória a educação para todos/as que tenham entre 4 e 17 anos de idade (abarcando a população do ensino médio) e o Programa Ensino Médio Inovador. A atividade contou ainda com mais 10 participan-

tes/ouvintes no local, e foi transmitida ao vivo pela internet, propiciando a participação do público através de e-mails que eram lidos e contemplados no debate. Foram contabilizados 57 acessos ao link do debate, que contou ainda com tradução de LIBRAS.

Foram publicados quatro números do boletim eletrônico Juventude na Cena. As temáticas exploradas em cada edição foram: fundo para as políticas de juventude, eleições do Conselho Nacional de Juventude, jovens mulheres e mundo do trabalho e a institucionalidade das políticas públicas de juventude no município de São Paulo. Pela primeira vez, foi possível monitorar os acessos ao boletim, o que apontou uma média de 90 leitores por edição. Também foi atualizado o cadastro de assinantes, de modo a “limpar” o banco de e-mails inexistentes, e construídos procedimentos que garantam uma atualização constante.

Foi realizada uma capacitação para a utilização da metodologia “Choicework Dialogue” junto às equipes responsáveis pela condução de grupos de diálogos de caráter nacional em cada um dos países envolvidos na Pesquisa Juventudes Sul Americanas: Bolívia, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile. O grupo de diálogo brasileiro foi organizado e conduzido pela Ação Educativa junto a um grupo de trinta jovens vindos de diversas regiões do país e ligados a diversos movimentos e grupos tais como CUT, MST, LGBT, sindicato dos bancários, movimento negro, juventude evangélica, hip hop entre outros.

Foi construída uma importante parceria com o Centro de Apoio ao Imigrante (CAMI) para realização, em 2010, de um encontro que problematize os direitos educativos da população imigrante na cidade de São Paulo.

Foram realizadas duas atividades para buscar fortalecer a participação dos jovens nas conferências temáticas. Em parceria com Viração, Fundação Friedrich Ebert, Intervozes, Aprendiz e Cipó foi realizada uma Conferência Livre de Juventude e Comunicação, como atividade preparatória para a I Confecom (Conferência Nacional de Comunicação). Os participantes (60) elaboraram uma carta da juventude dirigida aos participantes da plenária nacional e construíram propostas nos seguintes eixos: a) imagem do jovem na mídia; b) participação popular; c) internet e novas tecnologias; d) comunicação e diversidade; e, e) mídia e educação. Em parceria com Instituto Sou da Paz, Centro Cultural da Juventude, Viração e Ilanud, foi realizada uma Conferência Livre de Segurança e Juventude, que teve 80 participantes. A Conferência produziu um documento que foi enviado à Conferência Nacional de Segurança, com o foco específico no direito dos jovens.

Por fim, a Ação Educativa foi convidada a se posicionar, como palestrante ou debatedora, em 13 eventos, sendo um de caráter internacional, cinco de caráter nacional, cinco de caráter estadual ou municipal e dois de caráter local.

### ***Balanco dos resultados e perspectivas***

Os trabalhos realizados no tema do Ensino Médio ganharam maior visibilidade pública. Os pedidos de exemplares do livro Letramentos no Ensino Médio foram muitos e vindos de diversos estados e municípios do país – professores de ensino médio regular e de EJA (Educação de Jovens e Adultos), órgãos vinculados a secretarias municipais e estaduais de educação, pesquisadores de pós-graduação, institutos sociais empresariais e até mesmo professores das redes privadas de ensino médio e de ensino superior. A publicação também foi enviada para todas as Secretarias Estaduais de Educação do país, e hoje sua primeira tiragem encontra-se praticamente esgotada. O livro foi apresentado no edital Programa

Nacional de Biblioteca Escolar – Professor, do MEC, cujos resultados serão divulgados em 2010.

A publicação “Que Ensino Médio Queremos?” foi distribuída para um conjunto de organizações sociais e aos participantes do Seminário Nacional sobre Ensino Médio, promovido pelo MEC. A Ação Educativa foi convidada a apresentar o relatório em seminários e encontros, e a contribuir com o Observatório de Juventude da UFMG na elaboração de pesquisa semelhante, utilizando a metodologia dos grupos de diálogo no estado do Pará. Restam apenas alguns exemplares da publicação, que foram reservados para utilização ao longo das próximas etapas do Projeto Jovens Agentes pelo Direito à Educação.

A “Roda de Conversa: A atual Política Nacional para o Ensino Médio” cumpriu o objetivo de aproximar diferentes atores ao tema do ensino médio e foi possível mapear a existência de posições divergentes em relação à orientação das políticas voltadas a esta etapa, destacando-se os argumentos favoráveis e contrários à aprovação da obrigatoriedade do Ensino Médio no país.

Foi registrado um aumento no número de veículos de comunicação e de jornalistas que procuram a Ação Educativa para posicionar-se sobre o tema do ensino médio. Isso ocorreu com a revista Época, revista Educação, rádio Câmara, Globonews (emissora televisiva) e diversos jornais.

Em 2010, a Ação Educativa buscará continuar alimentando e aprofundando o debate acerca do Ensino Médio, especialmente em torno da política implementada no estado de São Paulo.

Dois boletins Juventude na Cena acompanharam questões da conjuntura e/ou denúncias de situações que incidiam sobre a vida dos jovens. Acompanhado de posicionamentos e análises, nesse formato foi possível verificar um aumento de leitores e uma visibilidade pública para a temática. O boletim que versou sobre a institucionalidade municipal de juventude teve repercussões na grande mídia, forçando a Prefeitura a justificar publicamente os motivos para o desvio de função dos assessores de juventude (cargo criado nas subprefeituras da cidade de São Paulo para dialogar com os jovens e garantir a execução das políticas no plano local). Essa experiência demonstrou a necessidade de cautela na escolha das pautas, de modo a não produzir “textos frios”, atemporais e descolados dos fatos cotidianos. Para 2010 estão planejados outros quatro números, apostando na produção de boletins conectados com questões da educação e do trabalho, mas atrelados a resoluções ou problemas factuais.

Para a Ação Educativa, lidar com a população imigrante e suas questões ainda se constitui em uma novidade. O momento ainda é de reconhecimento dos atores que já atuam nesse campo e de busca de identificação das possíveis contribuições na luta por garantia de direitos deste grupo. De todo modo, ao longo de 2009, foi possível constatar a distância das organizações da sociedade civil em relação às demandas e necessidades dos imigrantes. O CAMI tem se apresentado como uma organização diferenciada e espera-se que a realização conjunta de uma atividade, em 2010, para incidir no processo de construção do Plano de Educação da Cidade de São Paulo abra espaço para a estruturação de um conjunto de ações junto a essa população.

A organização das duas conferências livres foram bastante importantes para que os dois importantes temas – segurança e comunicação – fossem considerados na perspectiva dos jovens. No caso da comunicação, a conferência evidenciou o grande interesse e o acúmulo de discussão por parte dos jovens. No caso da segurança, a organização do evento refletiu o

esforço das organizações para identificar e discutir as interfaces entre o tema da segurança pública e da juventude. A presença da Ação Educativa facilitou a introdução do enfoque de direitos da juventude, numa discussão temática que costuma ter como ponto de partida a culpabilização e /ou controle dos jovens.

#### **META 4**

***TER DESENVOLVIDO E/OU APOIADO PROGRAMAS QUE ATENDAM ÀS NECESSIDADES DOS JOVENS NAS ÁREAS DO TRABALHO, EDUCAÇÃO E CULTURA, COM PARTICIPAÇÃO DE PELO MENOS 100 EDUCADORES, TÉCNICOS E GESTORES, AO ANO, E FORMAÇÃO DE PELO MENOS 100 JOVENS AGENTES SOCIOEDUCATIVOS NO TRIÊNIO.***

#### **Atividades e produtos**

Foram realizadas oficinas de sensibilização junto a cerca de 700 estudantes de Ensino Médio, sobre a importância da reflexão acerca da escolha profissional, e realizado o Programa "Tô no Rumo" com 60 estudantes, sendo oferecidas 24 horas de formação para cada uma das três turmas. As atividades foram realizadas nas próprias escolas, no contra-turno: período da tarde, uma vez que os alunos estudam de manhã ou à noite.

Observou-se que o Programa de Orientação Profissional produz efeitos diferenciados conforme o público - nas escolas Aroldo de Azevedo e Padre Nildo percebeu-se que a preocupação com a escolha profissional e os projetos de futuro ainda se configuravam de forma bastante vaga para os estudantes. Provenientes de regiões bastante periféricas, estes jovens pouco vislumbravam projetos de continuidade dos estudos após o ensino médio, e contavam com poucas informações sobre as profissões e as oportunidades de acesso à universidade. De fato, notou-se uma enorme distância entre estes jovens e uma reflexão sobre seus projetos de vida, especialmente no que tange à continuidade de seus estudos e à escolha profissional, confirmando a existência de uma grande lacuna entre os conteúdos trabalhados pela escola e tais temáticas. Quanto ao grupo dos estudantes da escola Moacyr Campos, em sua maioria composto por moças, havia um perfil um pouco diferenciado, que revelava que o interesse em frequentar as oficinas já era vinculado a uma preocupação prévia com seus planos para depois do ensino médio e, notadamente, com o vestibular. Para estas moças, que já tinham intenção de entrar na universidade, o Programa teve um efeito mais focalizado na escolha de qual carreira seguir.

Foi realizada a formação inicial dos educadores do Projovem no município de Taboão da Serra. Planejada para ser realizada junto a 28 educadores do programa, terminou envolvendo 40 profissionais. O processo envolveu uma carga horária de 96 horas presenciais e 64 horas de atividades orientadas - não presenciais. A formação presencial teve 24 encontros com duração de quatro horas cada. O local das formações foi a sede da Prefeitura de Taboão da Serra. Na avaliação da formação realizada, os educadores destacaram o uso de metodologias diferenciadas, a relação de respeito mútuo estabelecida com as formadoras, o ambiente de confiança, de livre expressão e de diálogo aberto; a abordagem de temáticas ligadas à diversidade da juventude urbana (gênero, questões étnico-raciais, mundo do trabalho entre outras); a discussão do desenho do Projovem; a construção de um campo de políticas públicas para a juventude no Brasil, e destacaram como aspectos negativos o pouco

tempo para se apropriarem dos guias de estudo, que foram distribuídos pela coordenação municipal na última semana de formação; a falta de pontualidade de uma parte dos cursistas; o pouco aprofundamento específico quanto à qualificação profissional e à Formação Técnica geral.

### ***Balanco dos resultados e perspectivas***

A realização das oficinas de sensibilização e do Programa "To no Rumo" junto aos estudantes das escolas revelou a importância do tema – num momento em que estão prestes a sair da escola - e, ao mesmo tempo, a sua ausência no currículo escolar. Para muitos estudantes, provenientes de famílias de baixa escolaridade, a proposta de esboçar um projeto de vida para depois do ensino médio, de conhecer o mundo do trabalho atual e a dinâmica das profissões foi uma novidade e colocou no seu horizonte preocupações e questões que estavam apenas fragilmente delineadas. Por isso, mais do que realizar escolhas profissionais, as oficinas possibilitaram aos jovens informações e reflexões sobre o mundo em que vivem e a importância de planejarem seus próximos passos rumo à sua inserção profissional e, em alguns casos, universitária. Diante do baixíssimo grau de informações que estes estudantes possuem sobre o acesso ao ensino superior, a limitada vivência e conhecimento das profissões, que geram um processo de exclusão das oportunidades (ainda que poucas) existentes, reforçou-se a convicção sobre a necessidade de incluir este tema no rol das preocupações da escola. O silenciamento em torno do tema pode expressar uma premissa, ainda que tácita, de que aos jovens das classes populares está reservada a educação básica, como limite do seu processo de escolarização - cuja correspondência em termos de ocupações no mercado de trabalho já estariam definidas por sua origem social. Levantar a discussão sobre o tema da escolha profissional para este grupo favorece a explicitação dos entendimentos que se têm sobre estes sujeitos e sobre suas perspectivas de vida na sociedade atual. O projeto Jovens Agentes pelo Direito à Educação, que teve sua continuidade aprovada para os próximos quatro anos, poderá e deverá ampliar o trabalho já realizado para um conjunto maior de jovens agentes, de estudantes e de escolas e com base em suas experiências, fomentar o debate mais amplo sobre estas questões e suas decorrências para o currículo de ensino médio.

O trabalho de formação de educadores do Projovem permitiu identificar a carência de informações e de espaços de debate e aprendizagem acerca da juventude atual e das políticas dirigidas a esse segmento, e reforçou a importância do desenvolvimento de ações nesse sentido.

## *Educação*

No campo da Educação, as mudanças qualitativas de situação almejadas pela Ação Educativa e expressas em seus objetivos específicos são:

- Ampliar e qualificar a participação de atores da sociedade civil na efetivação do direito à educação pública e de qualidade – entendido como direito humano –, influenciando a opinião pública, a atuação dos poderes executivo, legislativo e judiciário.
- Fortalecer a escola pública e outras instâncias que atendem aos setores mais desfavorecidos pela situação de desigualdade, promovendo um conceito de qualidade educativa baseado nos princípios da participação e da equidade, na relevância social e cultural das aprendizagens.

Seis metas foram estabelecidas a partir desses objetivos, às quais são referidas as atividades, os produtos, o balanço de resultados e as perspectivas relatadas a seguir.

### ***META 1***

***TER APOIADO PROGRAMAS EDUCATIVOS, NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, CONTRIBUINDO PARA O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE APRENDIZAGEM DE PELO MENOS 250 MIL EDUCANDOS JOVENS E ADULTOS.***

### ***Atividades e produtos***

#### **Produção de materiais didáticos**

A elaboração de materiais didáticos para a modalidade EJA continuou sendo uma das principais estratégias de apoio à escolarização de jovens e adultos. Ao longo desse ano, foram concluídos novos volumes da coleção: a reorganização da coleção voltada para o 2º segmento do Ensino Fundamental e a obra destinada ao Ensino Médio. No Ensino Médio, a nova coleção será publicada em 3 formatos: Expandido (4 volumes), Integrado (3 volumes) e Unificado (2 volumes). A obra foi organizada em áreas de conhecimento, além de inserir atividades relacionadas ao que foi denominado de participação social e orientações para a inserção no mundo do trabalho.

Em 2009 foi lançado o primeiro Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLDEJA). Para que a Ação Educativa pudesse inscrever as obras de alfabetização, 1º e 2º segmentos nesse programa, foi necessário realizar uma adequação dos volumes aos termos do edital lançado pelo governo federal.

As coleções são organizadas a partir de temas que articulam diversas áreas curriculares, combinando o desenvolvimento de habilidades básicas com o tratamento de temas relevantes para os educandos jovens e adultos, enfatizando a promoção dos direitos humanos, a solidariedade e o desenvolvimento sustentável. Ao longo do ano, foram comercializados livros da coleção para programas públicos de EJA de todo o país.

### **Assessorias e consultorias**

A Ação Educativa participou como representação do setor ONGs na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos – CNAEJA do Ministério da Educação ao longo do ano de 2009. Nesta comissão foram discutidas políticas federais para o campo, assim como a estratégia de participação de pessoas e entidades nacionais no processo preparatório da CONFINTEA VI e na conferência oficial.

No período, foi realizada uma atividade de formação de professores e coordenadores da rede municipal de Educação de Jovens e Adultos de Ipatinga. A formação teve como objetivo fornecer subsídios metodológicos para professores do 1º e 2º segmentos nas áreas de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Foram 32 horas de formação envolvendo aproximadamente 100 professores da rede de educação municipal. Temas como letramento, numeramento, as especificidades da Educação de Adultos e o trabalho interdisciplinar por projetos estiveram no centro da preocupação dos formadores.

No primeiro semestre de 2009, foi produzido relatório consolidando dados da Avaliação diagnóstica da rede SESI de Educação por região. Os resultados foram apresentados para os coordenadores de toda a rede em cinco seminários regionais, que tiveram como temas: a oferta de ensino da rede na região, a infra-estrutura das escolas, o projeto pedagógico, as metodologias de ensino e as condições de trabalho dos profissionais do SESI. Cada região recebeu uma sinopse dos dados levantados com a finalidade de embasar o debate.

### **Pesquisa e disseminação de conhecimentos**

Foi concluída uma nova pesquisa no campo da EJA, desta feita relativa à educação não escolar de jovens e adultos, financiada com recursos da FAPESP e CNPq. Coordenada por Sérgio Haddad, a pesquisa, com três anos de duração, fez um balanço da produção de conhecimentos sobre a temática, tomando como base a produção discente em programas de pós graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado, nas áreas de Pedagogia, Ciências Sociais e Serviço Social. Foi levantada a produção acadêmica dos anos de 1998 a 2006, distribuída por 16 temáticas que foram trabalhadas por pesquisadores de diversas universidades e centros de pesquisa, especialistas na matéria.

Em 2009 realizou-se a sétima edição do levantamento nacional do Inaf, que envolveu entrevistas domiciliares e teste de habilidades de leitura, escrita e matemática numa amostra de duas mil pessoas, representativa da população brasileira de 15 a 64 anos. Além disso, realizou-se um módulo especial focalizando a população juvenil, no qual se levantaram informações sobre a inserção desse público em oportunidades de educação básica e continuada. Realizou-se um seminário preparatório, com a participação de outros pesquisadores envolvidos em avaliação e implementação de programas educacionais para jovens e adultos.

Paralelamente, concluíram-se as ações que visavam o aperfeiçoamento metodológico do programa de pesquisa e que contaram com o apoio financeiro do CNPq. A nova matriz de referência para medição de habilidades de alfabetismo, que integra a dimensão do letramento e do numeramento, foi finalizada e apresentada em dois eventos científicos: Jornadas de Lectura Y Vida, na cidade de La Plata, Argentina, e na Reunião Anual da ABAVE (Associação Brasileira de Avaliação Educacional), que teve lugar na cidade de Salvador, BA. Mais um artigo, dessa vez com foco na matriz de referência, foi aceito para publicação na Revista Estudos em Avaliação Educacional e se encontra no prelo.

Foi também finalizada a organização do banco de dados com uma série histórica de informações coletadas desde 2001 sobre as condições de alfabetismo da população brasileira, suas práticas de representações sobre a leitura, a escrita e a matemática. Esse importante acervo de informações fica disponível para pesquisadores interessados na temática. Organizou-se também o banco de itens com a descrição detalhada de 120 tarefas de alfabetismo que podem ser usadas para elaboração de instrumentos de avaliação, devidamente calibrados com base na TRI (Teoria da Resposta ao Item), metodologia utilizada em avaliações de aprendizagem no país.

A equipe também se envolveu na análise dos resultados de avaliação de programa de educação complementar voltado a adolescentes, desenvolvido pelo Instituto Ayrton Senna.

No período, a equipe também continuou acompanhando o encaminhamento burocrático de projeto apresentado em 2008 à SECAD, com uma proposta de avaliação da Educação de Jovens e Adultos, no que se refere às habilidades e práticas de alfabetismo de educandos, professores e egressos da modalidade. Apesar do projeto apresentado por meio de edital ter sido aprovado, até o final de 2009 o Ministério ainda não havia encaminhado a efetivação do convênio de cooperação.

Finalmente, foi elaborado um grande projeto para constituição de um núcleo de pesquisas na área de avaliação, intitulado *Educação de Jovens e Adultos: insumos, processos, resultados*. O projeto foi apresentado a edital lançado pelo INEP – Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, ligado ao MEC, tendo sido contemplado com pequenos ajustes. A proposta inclui pesquisas sobre o ENCCEJA – Exame Nacional de Certificação de Competências na Educação de Jovens e Adultos; sobre os impactos do FUNDEB na oferta de EJA por redes municipais no município de São Paulo; sobre os impactos do PROJOVEM na trajetória dos estudantes e das políticas públicas voltadas à juventude e finalmente, sobre os impactos psicossociais da escolarização, focalizando as clivagens relacionadas à raça.

### ***Balanco dos resultados e perspectivas***

Sobre a produção de materiais didáticos, foi concluída a elaboração de uma nova versão para todos os segmentos. No entanto, sabe-se que são necessários investimentos constantes para que sejam realizadas revisões, atualizações e recriações pontuais para atender a editais específicos ou redefinir conteúdos. Além disso, é preciso investir também no suporte aos professores e redes adotantes, uma vez que, em geral, têm muita dificuldade de fazer uso da obra de maneira autônoma.

É importante lembrar ainda que a Ação Educativa, nos últimos anos, vem, cada vez mais, participando de todas as fases de produção da obra, desde a criação dos originais até a produção editorial. Isso tem se mostrado necessário para garantir que o conjunto da obra satisfaça as especificidades da Educação de Jovens e Adultos.

A formação de professores realizada em Ipatinga foi considerada bem-sucedida pelos gestores locais, que afirmaram ter sido possível ressignificar o trabalho realizado naquele município. No entanto, fica evidente para a Ação Educativa a necessidade de buscar novos modelos de trabalho de formação de professores, pois ações muito pontuais têm demonstrado pouca eficiência no processo de reflexão sobre o trabalho realizado por uma rede. Mas o desenvolvimento de novos modelos requer, de um lado, a constituição de uma equipe estável de formadores e, de outro, que cada secretaria de educação parceira esteja disposta

a investir num trabalho mais amplo e de maior fôlego. A Ação Educativa continuará buscando, mas até o momento essas condições não têm se concretizado.

conectado a Assim, a instituição deve realizar um esforço de reflexão para redefinir sua concepção do que deve ser o trabalho de formação. Além disso, continua a ser um desafio a constituição de uma equipe estável de formadores

Quanto à pesquisa acerca da educação não escolar de jovens e adultos, o resultado foi publicado como um número especial da revista eletrônica e-curriculum, e está disponível para acesso remoto através do endereço <http://www.pucsp.br/ecurriculum/>. Ainda como resultado desta pesquisa, foi organizada uma biblioteca digital na Ação Educativa, na qual foram depositados todos os 341 documentos trabalhados pelos pesquisadores, disponível para consulta no endereço <http://www.bdae.org.br/dspace/>. Os resultados da pesquisa foram apresentados na reunião anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação ANPED, no grupo de Trabalho sobre Educação de Jovens e Adultos.

O Inaf nesse ano fechou um ciclo de atualização metodológica, sistematizando a base de dados sobre práticas de alfabetismo, finalizando a matriz de referência e o banco de itens, assim como realizando um segundo levantamento nacional com a nova metodologia. O Inaf, dessa forma, já alcança um nível de sistematização que permite a utilização de seus instrumentos de forma autônoma por outros pesquisadores. Com a implementação dos projetos de pesquisa aprovados pelo MEC e INEP, abre-se a possibilidade de ampliar nossa expertise no campo da pesquisa, consolidando referências de avaliação de programas e políticas de Educação de Jovens e Adultos. Avalia-se que uma reflexão densa, com base em dados empíricos e alimentada pelo diálogo com novas produções internacionais da área, é essencial para alavancar inovações numa área que tende a entrar em retrocesso caso não se renovem os esforços para propor alternativas educativas diferenciadas para os públicos jovens e adultos.

## **META 2**

***TER APOIADO ANUALMENTE 1000 EDUCADORES ENVOLVIDOS COM A INOVAÇÃO PEDAGÓGICA EM ESCOLAS PÚBLICAS, POR MEIO DE ASSESSORIA, FORMAÇÃO, INTERCÂMBIO E ARTICULAÇÃO DE REDE, PROMOVENDO SEU ENGAJAMENTO NA DISPUTA PELAS ORIENTAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.***

Em 2009 houve continuidade dos projetos Nossa Escola Pesquisa sua Opinião – Nepso, Indicadores da Qualidade na Educação – Indique, Prêmio Minha Comunidade Sustentável – PMCS e Trabalho Infantil.

## **Atividades e produtos**

### **Nepso**

Esse projeto, em parceria com o Instituto Paulo Montenegro, dissemina a metodologia de pesquisa educativa de opinião como prática pedagógica em sala de aula. Realizado o projeto piloto em 2000, em São Paulo e Rio de Janeiro, constituiu-se uma rede de escolas públicas que participam de oficinas de formação para uso da metodologia, encontros de assessoria para acompanhamento do trabalho e eventos de divulgação das pesquisas educativas

realizadas – Seminários regionais, estaduais e um Congresso Internacional que reúne, no final do ano letivo, todos os Estados e países (pólos) participantes.

Em 2009 houve uma pequena redução nos números dos participantes da rede Nepso, comparativamente com 2008 (registrados entre parênteses): 447 (584) professores e 5.060 (7.201) alunos de 117 (182) escolas públicas de redes estaduais e municipais e 8 universidades. No entanto, houve aumento no número de projetos de pesquisas educativas de opinião: foram realizados 262 (213) nos estados de SP, RJ, MG, PR, RS, PE, DF e BA. Também no Chile, México e Colômbia. O pólo da Argentina não realizou pesquisas educativas de opinião em 2009. A ONG *Seguir Creciendo*, que coordena o projeto nesse país, trabalha com instituições de voluntariado e enfrentou dificuldades para mobilizar escolas. Com o objetivo de dinamizar esse pólo, foi firmada parceria com a Universidad de Quilmes que iniciará a disseminação da proposta em 2010.

Esses educadores e estudantes continuaram se envolvendo em ações de disputa pelas orientações das políticas públicas, em outras iniciativas da Ação Educativa e da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Ou seja, manteve-se a mesma estratégia que se mostrara eficaz em 2008 por trazer as perspectivas daqueles que vivem o cotidiano da escola para a esfera das decisões políticas.

Professores e professoras do Nepso participaram das seguintes atividades de outros Programas:

1. Observatório da Educação
  - Campanha Fala Educador! Fala educadora
  - Debates “Desafios da conjuntura” – Mudanças na educação paulista: Balanço e perspectivas do Ensino Médio no Brasil.
  - Conversa Informada – “Rotatividade dos profissionais de educação na rede pública estadual paulista de ensino.
2. Campanha Nacional pelo Direito à Educação
  - Semana de Ação Mundial pelo Direito à educação.

Alguns estudantes do Grupo de Comunicadores do Nepso também foram selecionados, como em 2008, para participar do Grupo JADE (Juventude).

Quanto à parceria com a Cátedra Celso Daniel, da Universidade Metodista, encerrou-se o projeto financiado pela FAPESP, que se constitui na elaboração de uma metodologia participativa para elaboração de políticas públicas integradas no município. Essa metodologia tem como inspiração a experiência do Nepso na cidade de Mauá.

Foi concluída a Revista “*Jovens, escola e comunidade: Experiência no semiárido baiano- A Arte de perguntar*” que sistematiza a experiência do Nepso na Bahia (Senhor do Bonfim), realizada desde 2007 em parceria com Save The Children – UK.

Também foi editado o Calendário Nepso 2010 que descreve, em português e espanhol, todos os pólos Nepso no Brasil e demais países.

### **Indique - Projeto Indicadores da Qualidade na Educação**

O Indique é um instrumento de avaliação que visa o envolvimento de toda a comunidade escolar em processos de melhoria da qualidade da educação. O material consiste numa proposta metodológica participativa e num sistema de indicadores por meio dos quais a comunidade julga a situação de diferentes aspectos de sua realidade, identifica prioridades, estabelece um plano de ação, implementa e monitora seus resultados.

Em 2009, foi finalizado o instrumento para Educação Infantil - elaborado em 2007 com o MEC, o Unicef, a Undime e a Fundação Orsa - e seu lançamento foi realizado em maio desse mesmo ano no Fórum da UNDIME. A distribuição nacional desse material será iniciada em 2010.

Paralelamente, continuou-se o trabalho de disseminação dos Indicadores voltados ao Ensino Fundamental, cujo material foi elaborado em 2003. Pelo quarto ano consecutivo, prestou-se assessoria ao Instituto Embraer, que desenvolve nas regiões de São José dos Campos, Araraquara e Botucatu (SP) um programa de apoio a escolas públicas, por meio de atividades de formação e financiamento de projetos. Foram realizadas cinco oficinas de formação junto a 70 profissionais das escolas participantes. Esses profissionais utilizaram o Indique para fazer um diagnóstico participativo sobre a qualidade da educação nas escolas e elaboraram planos de ação tendo em vista as prioridades apontadas pelas comunidades escolares. Coube à Ação Educativa a análise dos 38 projetos inscritos e a elaboração de pareceres que orientaram a seleção das escolas a serem apoiadas financeiramente pelo Instituto Embraer.

No mesmo período, o Indique também foi utilizado por dezesseis escolas nos municípios de São Vicente (SP), Bauru (SP) e Santos (SP), dessa vez com o apoio da Fundação Telefônica.

Em São Vicente foi o segundo ano de projeto e a principal perspectiva foi assessorar as oito escolas participantes na elaboração e implementação dos planos de ação pensados a partir da avaliação participativa realizada em 2008. No total foram realizados, entre oficinas, visitas nas escolas e seminário, 24 encontros com 207 profissionais das escolas, da Secretaria de Educação e das organizações que atendem as crianças no contra-turno escolar. Participaram ainda desses encontros 35 alunos/as e 27 familiares. No total foram 269 membros da comunidade escolar envolvidos das atividades do projeto no município.

Já em Bauru e Santos foram realizados 08 encontros de formação, 04 em cada um dos municípios, com 76 profissionais das escolas, da Secretaria de Educação e das organizações que atendem as crianças no contra-turno escolar. As escolas realizaram as avaliações de forma participativa junto a 657 membros das comunidades escolares e elaboraram planos de ação coletivos com vistas à melhoria da qualidade na educação.

Finalmente, para apoiar o trabalho das comunidades escolares e discutir os avanços e desafios da utilização do Indique, foi utilizado um fórum de discussão hospedado no Portal Educarede, mantido pela Fundação Telefônica, sobre "dicas de melhoria da qualidade na educação" que envolveu 142 participantes em reflexões sobre práticas educativas desenvolvidas para a melhoria da qualidade do ensino.

### **Prêmio Minha Comunidade Sustentável**

Em 2009, ocorreu a 2ª edição do Prêmio Minha Comunidade Sustentável. O objetivo central da premiação continuou a ser fazer as escolas refletirem e se mobilizarem para a criação de

experiências práticas na busca de novas soluções para o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental com a participação da escola e comunidade.

Apesar do sucesso da 1ª edição do Prêmio, neste ano foram grandes as dificuldades de financiamento do Prêmio, que teve seu orçamento substancialmente reduzido. Com isso, limitaram-se as possibilidades de divulgação do mesmo para um grande número de escolas. Ao final do período de inscrição, 300 projetos disputavam sete prêmios entre 5 e 20 mil reais.

No período, foi realizado também o acompanhamento dos 10 projetos vencedores em 2008, sendo que em todos os casos pode-se observar uma grande mobilização da escola e do grupo gestor dos projetos. Foi notória a transformação ocorrida no âmbito da escola que passou a organizar parte de seu trabalho com base na gestão de um projeto coletivo. Professores, alunos e coordenação pedagógica tiveram de rever procedimentos e encaminhamentos para que a proposta pudesse ser implementada. Algumas escolas aprenderam também a se mobilizar para obter novos recursos e projetos.

### **Trabalho Infantil**

Ao longo de 2009, a Ação Educativa coordenou a elaboração de uma publicação que teve como finalidade criar estratégias para a escola discutir sobre o impacto do trabalho infantil na aprendizagem. Além disso, espera-se também que a escola possa adotar novas práticas para impedir que crianças abandonem os estudos para se dedicarem ao trabalho. O trabalho foi proposto pelo Fórum Nacional de Erradicação e Prevenção ao Trabalho Infantil (FNPETI) em parceria com UNICEF, Itaú Social, MEC e OIT.

Após realizar um balanço bibliográfico sobre o tema, foram organizadas 24 oficinas de escuta em 7 estados brasileiros com a finalidade de compreender a visão que alunos e professores têm do trabalho infantil. Foram coletados dados junto a 198 professores e 261 alunos de diferentes regiões do país. As oficinas de escuta se realizaram em escolas do Ensino Fundamental, com alunos entre 10 e 15 anos. Os temas centrais da discussão foram: o conceito de trabalho infantil; a legislação sobre o trabalho infantil; os impactos do trabalho infantil: saúde e estudos e as iniciativas ou possíveis ações da escola com relação ao trabalho infantil.

Levando em conta os resultados das oficinas, iniciou-se a produção da publicação que indica estratégias para a escola discutir o tema do trabalho infantil entre professores, com os estudantes e com a família. A publicação intitulada *O trabalho infantil e o direito de aprender*, está disponível na Biblioteca Digital da Ação Educativa, no link: <http://www.bdae.org.br/dspace/handle/123456789/2439>.

### **Balanço dos resultados e perspectivas**

#### **Nepso**

O número de professores, estudantes e escolas participantes sofreu uma redução na comparação com 2008. No entanto, aumentaram as pesquisas educativas realizadas.

São múltiplas e complexas as variáveis que definem esses indicadores quantitativos. Se desdobrarmos os números de cada pólo-Estado/país compreenderemos melhor essa

equação, pois as metas de disseminação e/ou consolidação varia em função do tempo de adesão de cada um deles ao Nepso e pelo orçamento disponibilizado pelas empresas do Grupo IBOPE, apoiadoras do projeto. Aqueles que participam há mais tempo da rede investem na meta de Consolidação. Isso significa, prioritariamente, manter os docentes e escolas participantes do Nepso e convencer novos educadores dessas instituições para que se somem ao trabalho realizado. É o enfrentamento do desafio de tornar o Nepso “projeto de escola” e, não somente, “projeto do professor”. Novas escolas são acolhidas mas essa ampliação para novas instituições não é a meta principal do pólo porque existe um limite na capacidade operativa dos mesmos.

Esses pólos-Estados/países cuja participação é mais antiga (ano expresso entre parênteses) e investem prioritariamente na meta de consolidação, tiveram números menores em 2009. São eles: São Paulo (2000), Rio Grande do Sul (2001), Pernambuco (2002) e Minas Gerais (2004).

Os pólos Estados/países, que integram a rede mais recentemente (ano expresso entre parênteses), e investem, prioritariamente na meta de disseminação da proposta para novas escolas/instituições, tiveram números maiores em 2009. Bahia (2007), Distrito Federal (2005), Chile (2006), México (2007).

No pólo-estado Paraná (2006) houve diminuição no número de professores e estudantes participantes e aumento no número de escolas, enquanto que as pesquisas educativas realizadas se mantiveram no mesmo patamar. Neste caso há uma complexidade das variáveis que precisa ser investigada.

No pólo-país da Colômbia (2006) houve uma diminuição geral em função de cortes no orçamento gerados pela situação da empresa IBOPE local.

No pólo Argentina (2005), como mencionado acima, a ONG responsável pela coordenação do projeto - “*Seguir Creciendo*”, enfrentou dificuldades e não logrou realizar pesquisas educativas de opinião em 2009. Nova parceria foi estabelecida com a Universidad de Quilmes, que já mantém relações próximas com as escolas públicas locais, e certamente trará resultados mais animadores para a rede Nepso.

No pólo Rio de Janeiro apenas uma professora continuava, desde 2001, utilizando a metodologia Nepso em uma escola na cidade de Rio Bonito. Em 2009 foi firmada parceria com a PUC-RJ, que coordenará o pólo e já disseminou a proposta para novas escolas.

### **Indique**

Parcerias com entidades privadas e públicas possibilitaram a disseminação do Indique junto às redes de ensino no ano de 2009. São experiências que geram reflexões sobre a participação da comunidade escolar tanto nas discussões sobre educação, como no desenvolvimento de ações concretas que contribuam para que haja mudanças nas escolas.

Os principais desafios dizem respeito, principalmente, à sustentabilidade da participação dos/as alunos/as e familiares no projeto da escola e à implicação da Secretaria de Educação no acompanhamento da implementação dos planos de ação e no encaminhamento de problemas de sua governabilidade. Somente em um dos municípios (Bauru) o conjunto das escolas se mobilizou para exigir da Secretaria o direito ao Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC). A lei, na época, estava em processo de tramitação.

A participação constante dos alunos e familiares no projeto pedagógico depende de um canal de diálogo efetivo. Vale ressaltar a existência de espaços e/ou fóruns democráticos na escola que podem contribuir com essa aproximação como o Conselho Escolar e Grêmios Estudantis.

O fortalecimento desses fóruns será uma perspectiva do projeto em 2010, sobretudo junto aos municípios que já realizaram suas avaliações e se encontram na etapa de elaboração e implementação dos planos de ação participativos.

Outro desafio ainda é criar junto às comunidades escolares diferentes estratégias para socialização das experiências de uso do Indique, seja por meio da internet, seja pela participação dos profissionais em seminários e eventos.

### **Prêmio Minha Comunidade Sustentável**

Ficou evidente para a equipe coordenadora do Prêmio Minha Comunidade Sustentável que só pode ocorrer uma nova edição do mesmo se os recursos forem suficientes para se realizar uma divulgação adequada e investir na contratação do pessoal e aquisição das ferramentas necessárias para que ele possa atingir um grande número de escolas e mobilizar alunos e professores. A principal razão de sua existência é mobilizar as escolas para a criação de alternativas sustentáveis para o Planeta. Sem as condições mínimas adequadas para isso, o Prêmio perde sua razão de existir.

Em 2010, a Ação Educativa reforçará junto ao parceiro financiador a necessidade de ampliar os investimentos e fortalecer o trabalho de acompanhamento dos premiados, procurando criar ferramentas que ajudem as escolas com mais dificuldade de desenvolver projetos. Atuará também para que o parceiro divulgue os projetos que foram implementados como um modelo que pode ser seguido por muitas escolas. Caso essas condições não sejam garantidas, a parceria não será renovada.

### **Trabalho Infantil**

Após a finalização do livro *O trabalho infantil e o direito de aprender* propôs-se ao UNICEF e ao FNPETI a realização de um trabalho de disseminação da publicação. Entende-se que, para fazer com que a obra cumpra o seu objetivo, será necessário investir em estratégias que aproximem os agentes escolares da proposta e explicitem seus propósitos de modo que a publicação não se torne apenas mais um amontoado de papel na escola. Esse trabalho enquadra-se em uma luta política mais ampla para a erradicação do trabalho infantil no país.

Antes disso, contudo, a publicação foi enviada para que o Ministério da Educação (MEC) formule um parecer. Somente depois da chancela governamental, será possível imprimir e distribuir a obra para as escolas por meio do próprio Ministério da Educação. Vencida essa etapa será possível dar prosseguimento ao trabalho de disseminação.

**META 3****TER PRODUZIDO CONHECIMENTOS QUE APÓIEM A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A AÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS EDUCATIVOS.****Atividades e produtos**

Os três processos que tiveram centralidade em 2009 foram as ações referentes (1) ao enfrentamento do racismo e implementação da lei 10.639/2003; (2) à construção e o desenvolvimento do Plano de Educação da Cidade de São Paulo; (3) ao desenvolvimento dos trabalhos da Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação, em especial, a missão sobre educação nas prisões brasileiras. Mas, uma vez que a Relatoria se vincula à Plataforma DHESCA, as atividades a ela relacionadas serão apresentadas na Meta 6.

Além das ações vinculadas a esses processos, o programa também realizou outras como a finalização e o lançamento da publicação *Bicho de Sete Cabeças* – para entender o financiamento da educação brasileira; e deu início a parceria com o Cladem (Comitê da América Latina e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher) para a realização do capítulo brasileiro de uma pesquisa sobre a situação das mulheres na educação em 18 países da América Latina.

Em suas ações, o programa combina a produção de conhecimentos e sistematização de informações, ações com escolas, fortalecimento de articulações de sociedade civil e incidência em políticas educacionais.

**Enfrentamento do racismo e implementação da lei 10.639/2003**

Dando continuidade às ações realizadas em 2008, a atuação se deu em duas frentes:

1) desenvolvimento do projeto “Educando as Relações Étnico-Raciais na Escola”<sup>1</sup> (renomeado em 2009 para *Educações e Relações Raciais: apostando na participação comunitária*) e de seus desdobramentos. O projeto visa o desenvolvimento de experiência-piloto junto a escolas, a produção de materiais educativos e a disseminação assistida. O material é destinado a educadores(as), familiares, estudantes das comunidades escolares e a gestores(as) educacionais.

2) lançamento e implementação do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, chamado também de Plano Nacional da lei 10.639/2003. As ações desse ponto serão apresentadas na Meta 6.

No âmbito do projeto *Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar*, em 2009, deu-se continuidade ao processo de desenvolvimento dos materiais

---

<sup>1</sup> O projeto conta com o apoio da linha de micro-projetos em direitos humanos da Comissão Européia do Brasil e com a contrapartida de Ação Educativa por meio das parcerias com Save the Children UK e do Instituto C&A, parceiros que apoiaram a viabilização da Consulta sobre Relações Étnico-Raciais na Escola entre 2005-2007. No final de setembro de 2009, Unicef resolveu apoiar as ações do projeto, por meio de divulgação nacional vinculada a uma Campanha Nacional que será lançada em maio de 2010 e que terá como foco o combate ao Racismo contra Crianças e Adolescentes.

educativos, realizando reuniões internas, reuniões com colaboradores (artistas plásticos e leitores críticos) e produtores (de vídeo e gráfico) e reuniões com o grupo de representantes das escolas-piloto para ajuste na linguagem e conteúdo dos materiais. As condições obtidas permitem que sejam reproduzidos 1000 conjuntos (kits) dos materiais, que serão também disponibilizados para *download* no site de Ação Educativa. A seguir, a situação de cada um dos materiais é apresentada:

- *Vídeo Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar.* O vídeo foi finalizado com a colocação de créditos, a tradução para libras e a legendagem em português, visando sua acessibilidade para pessoas com deficiências auditivas. Para chegar na última edição, foram produzidas cinco versões a partir de roteiro elaborado pela equipe, e discutidas duas delas com o grupo de representantes das quatro escolas-piloto, em reuniões realizadas na escola municipal Fernando Azevedo, na região leste de São Paulo. Foram feitas várias alterações visando adequação de alguns trechos à fala mais coloquial, diminuição do tamanho de depoimentos de pessoas das escolas e mudanças em algumas das animações (o vídeo utiliza a linguagem da animação).
- *Vídeo Educação e Relações Raciais: um diálogo África do Sul e Brasil.* O vídeo aborda como a questão racial está sendo tratada pelas políticas educacionais do Brasil e da África do Sul. As 13 horas de depoimentos colhidos na África do Sul foram traduzidas para o português. Ocorreu atraso na gravação dos depoimentos de ativistas e pesquisadores(as) brasileiros(as) em decorrência do adiamento do evento sobre o Plano Nacional da lei 10.639/2003 que Ação Educativa, CEERT e Ceafro realizariam junto com a Universidade Federal de São Carlos em novembro de 2009. Como o volume de recursos previsto para a realização deste vídeo é extremamente baixa, planejara-se a gravação dos depoimentos da “parte brasileira” do vídeo durante o evento, já que todos os 13 entrevistados participariam dele, o que evitaria gastos de filmagens em outros estados. O evento foi adiado para 17 e 18 de março na Universidade Federal de São Carlos. Dessa forma, o vídeo será finalizado até o final de abril de 2010. A edição da parte “sul-africana” do material, com os depoimento de ativistas e pesquisadores(as) colhidos na Cidade do Cabo, está em fase de finalização.
- *Conjuntos de 10 Cartazes sobre Diversidade Racial na Escola.* Os cartazes estão comprometidos com a positivação da negritude no espaço escolar, considerando a carência – quase total – de imagens que afirmem esta diferença. A partir da experiência piloto com as quatro escolas, foram definidos os dez temas que são abordados nos cartazes: cabelos, Áfricas, mídia e negritude, arte e cultura, ciência e produção de conhecimento, mulheres e meninas negras, resistências e movimentos sociais, religiosidade de matriz africana, povo negro em diferentes espaços, negritude e diversidade na escola. Depois de várias versões e reuniões entre a equipe e o grupo de artistas plásticos e de duas reuniões de apresentação e afinação com o grupo de representantes das quatro escolas, conseguiu-se concluir em setembro de 2009 o conjunto das imagens. Os cartazes foram finalizados pela editora de arte (colocação de créditos e harmonização do conjunto das imagens) e aguardam a finalização das publicações do conjunto de materiais para a entrada em gráfica.

- *Indicadores de Igualdade Racial na Escola.* Foi iniciada a elaboração do texto desta publicação, que tem como base as publicações anteriores elaboradas por Ação Educativa (Indicadores de Qualidade na Escola, Indicadores de Leitura e Escrita, Indicadores de Qualidade em Educação Infantil) e os acúmulos gerados pela experiência-piloto junto a quatro escolas, por outras experiências desenvolvidas no Brasil por entidades do movimento negro em ambientes escolares e por outras experiências internacionais. Este material é estruturado em sete dimensões: (1) recursos didáticos, pedagógicos e instalações; (2) prática pedagógica e currículo; (3) participação e organização escolar; (4) condições de trabalho dos(das) profissionais; (5) práticas, atitudes e situações de racismo no cotidiano (linguagem/silêncios); (6) acompanhamento, apoio, permanência e sucesso de estudantes; (7) para além da escola (políticas públicas, intersetorialidade, outros equipamentos, relação com outros movimentos). A previsão de conclusão é maio de 2010.
- *Guia metodológico.* Foi dado início à elaboração da publicação que aborda a metodologia construída pelo projeto e suas muitas possibilidades a serem exploradas, recriadas e adaptadas por diferentes realidades escolares. Esta publicação já incorpora a análise crítica da equipe com relação à própria experiência desenvolvida junto às quatro escolas-piloto (o que foi aprendido, o que poderia ser melhor, o que deve ser evitado, etc). O Guia contém um capítulo dedicado a sugestões de trabalho e de abordagem – dentro e fora da sala – com o conjunto de dez cartazes que compõem o conjunto de materiais. A publicação deve ser concluída até final de abril de 2010.

Em 2009, foram novamente estabelecidos contatos formais com a Secretaria Municipal de Educação (SME) de São Paulo e com a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo visando à construção de um termo de cooperação técnica entre a Ação Educativa e estes órgãos para a realização da etapa de disseminação assistida junto a 30 escolas da capital. O investimento nesta parceria institucional decorre do nosso interesse de que as Secretarias avaliem e dialoguem com as possibilidades metodológicas colocadas pelo projeto, articulando-as com as políticas de formação em curso, no que se referem aos temas vinculados à educação das relações étnico-raciais. Visa também diminuir os obstáculos burocráticos e hierárquicos a serem enfrentados pelas trinta escolas.

Em 28 de outubro de 2009, na sede de Ação Educativa, foi realizado o seminário para escolas do projeto Educação e Relações Raciais. O evento mobilizou representantes de 22 escolas e de três diretorias de ensino, além das coordenações de diversidade racial da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. O objetivo do encontro foi o de apresentar e convidar um grupo de escolas da região metropolitana de São Paulo a conhecer e a experimentar a metodologia e os materiais desenvolvidos pelo projeto Educação e Relações Raciais, etapa a ser realizada em 2010. No evento, foram discutidos quais os compromissos que as escolas assumirão ao aderir ao projeto em 2010, as condições necessárias e o papel de Ação Educativa e das Secretarias de Educação (Municipal e Estadual) no processo.

Durante o Encontro, representantes das escolas-piloto apresentaram ao grupo depoimentos sobre como foi a experiência de participação no projeto Educação e Relações Raciais. A representante da Comissão Européia no Brasil, Rosana Tomazini, manifestou sua satisfação com o desenvolvimento e a pertinência do projeto, afirmando que recomendaria que a

iniciativa fosse categorizada como “projeto de sucesso” à Comissão Européia. O evento também contou com a participação da representante de Save the Children UK, Polyanna Magalhães, que compôs a mesa de abertura.

Após o evento, foi retomado o contato com as escolas, enviando uma proposta de termo de adesão a ser assinado pela direção e representação do conselho escolar. Até o final de dezembro de 2009, quinze escolas já estavam confirmadas para a etapa de experimentação da metodologia e do uso dos materiais da coleção Educação e Relações Raciais, a ser realizada a partir de agosto de 2010.

Nesta linha de trabalho, também merece destaque a produção do *paper* Ações Afirmativas e Interesses Estatais: políticas raciais como instrumentos de transformação social, elaborado pelo doutorando da Universidade de Harvard (EUA), Adilson Moreira, no âmbito de intercâmbio realizado na Ação Educativa. O texto foi apresentado pelo autor em um evento promovido em outubro de 2009 pela Ação Educativa e ActionAid do Brasil sobre Ações Afirmativas no Brasil, no qual foi lançado o livro Caminhos Convergentes: Estado e Sociedade na Superação das Desigualdades Raciais no Brasil, produzido por ActionAid Brasil e Fundação Heinrich Boll, sob coordenação de Rosana Heringer. Foi também divulgado para redes e movimentos sociais por meio da internet e do boletim do Observatório da Educação.

Esse intercâmbio, com duração de três meses, foi fruto de parceria estabelecida com o Centro David Rockefeller, e também envolveu uma estudante de graduação, Rosana Galaviz, que elaborou texto-depoimento sobre políticas de ação afirmativa na educação pública dos EUA.

### **Plano de Educação da Cidade de São Paulo**

Em 2009, a Ação Educativa participou de reuniões semanais da Comissão Executiva do Plano de Educação da Cidade de São Paulo. Os encontros abordaram conteúdos como a logística do processo, as responsabilidades dos entes federados, a comunicação, a sistematização e a elaboração do texto-base para o debate nas escolas e comunidades.

Colaborou-se de forma intensa, em conjunto com o GT Educação do Movimento Nossa São Paulo, na elaboração do texto-base para debate a ser distribuído em escolas e comunidades da cidade. No texto, foram utilizados vários conteúdos da versão preliminar do estudo Educação e Exclusão em São Paulo, desenvolvido por meio de projeto apoiado por Save the Children UK. Foi dada continuidade à preparação e apresentação de propostas em cada reunião, contribuindo para o desenvolvimento dos debates e para a tomada de decisão coletiva.

Neste período, além do texto e das negociações nas reuniões, a equipe elaborou o texto do folder do Plano (que foi diagramado pela SME com qualidade questionada pela Comissão) e o termo de colaboração que foi assinado no lançamento oficial do processo de construção do Plano pelo Secretário Municipal de Educação, Alexandre Schneider, pela representante da Secretaria Estadual de Educação e pela Representante do MEC em São Paulo, professora Iara Bernardi. O lançamento oficial do processo de construção do Plano de Educação ocorreu na abertura da Conferência Municipal de Educação de São Paulo (etapa da Conae), no dia 15 de agosto, no ExpoCenter Norte.

O estudo Educação e Exclusão em São Paulo, apoiado por Save the Children, deverá ser lançado em conjunto com um hot site de apoio à mobilização social para o Plano de Educação, viabilizado parcialmente pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente da Cidade de São Paulo (Fumcad). O projeto apoiado pelo Fundo também prevê

oficinas que tenham como foco a participação de crianças e adolescentes no processo de construção participativa do Plano.

### ***Balanco dos resultados e perspectivas***

Em 2009, foram dados novos e importantes passos na sustentação de dois eixos estratégicos do trabalho da Ação Educativa: o enfrentamento do racismo e a construção de processos participativos visando políticas educacionais de Estado. Duas agendas bastante “conflitivas” que tradicionalmente enfrentam diversas dificuldades para obtenção de recursos junto a apoiadores nacionais e que se relacionam estruturalmente com os obstáculos e desafios para a garantia do direito humano à educação para todos e todas.

Com relação ao enfrentamento do racismo e implementação da lei 10.639 na educação básica, a instituição partiu de um trabalho focado em pesquisa (Concurso Negro e Educação e Consulta sobre Relações Raciais na Escola) nos anos anteriores e avançou para a elaboração de metodologia e de materiais educativos junto com um grupo de escolas. O conjunto destes materiais, que será disponibilizado para download no site da Ação Educativa e disseminado para todo o país, articula-se diretamente com a estratégia de construção de alianças políticas e de incidência em nível nacional e estadual pela implementação da lei 10.639/2003.

Nesse sentido, é fundamental também destacar que uma conquista no último ano foi o estabelecimento de uma parceria com o Unicef para divulgação nacional dos materiais do projeto como parte da Campanha Nacional contra o Racismo contra Crianças e Adolescentes, a ser lançada pelo Fundo no primeiro semestre de 2010. Apesar desses avanços, o desafio de sustentabilidade dessas ações continua, já que não há nenhum apoio garantido para a continuidade dessa linha de trabalho.

Com relação à atuação na cidade de São Paulo, especificamente sobre o Plano de Educação, foi feita uma aposta institucional. A maior parte do trabalho foi desenvolvida sem nenhum apoio financeiro. A aposta institucional se deveu ao entendimento que, apesar dos inúmeros obstáculos que se vinculam à falta de tradição do Estado brasileiro em apoiar processos efetivamente “participativos” que influenciem políticas educacionais, a experiência de construção participativa de um Plano decenal de Educação na cidade de São Paulo pode ser “sim” uma experiência inovadora com repercussões para todo o Brasil. O processo – que começará a ser implementado efetivamente nas escolas e comunidades em fevereiro de 2010 - visa mobilizar milhares de pessoas para identificar demandas, dinamizar processos participativos e de controle social e pensar metas de educação para os próximos dez anos para uma metrópole com dimensões continentais.

Apoiado por Save the Children UK, o estudo Educação e Exclusão – apesar de ainda não lançado – contribuiu de forma decisiva para o desenho do documento-base do Plano, no que se refere aos dados de diagnóstico. Como já abordado em relatórios anteriores, foram enfrentadas muitas dificuldades para acessar os dados para o Estudo Educação e Exclusão na cidade de São Paulo, o que se vincula a uma outra pauta de reivindicação da sociedade civil e que é objeto de projetos de lei no Congresso Nacional: o acesso a informações públicas. Foram encontrados muitos dados contraditórios e desatualizados, o que gerou problemas e o atraso na finalização do documento, que será lançado em abril de 2010 como parte da estratégia de mobilização social para o Plano de Educação.

**META 4**

**TER AMPLIADO A UTILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS NA DEFESA DE DIREITOS EDUCACIONAIS, QUALIFICANDO A RECEPTIVIDADE DO SISTEMA DE JUSTIÇA E FORTALECENDO AS ESTRATÉGIAS DE JUSTICIABILIDADE NOS MOVIMENTOS SOCIAIS.**

**Atividades e produtos**

Na execução do Plano Trienal, essa meta ficou a cargo do Programa Ação na Justiça, que tem como objetivo promover a justiciabilidade (exigibilidade jurídica) do direito à educação na perspectiva dos direitos humanos. A justiciabilidade, nessa concepção, deve ser compreendida como uma característica dos direitos, requerendo do Estado a organização de instituições públicas capazes de prevenir e reparar violações a direitos humanos, dentre eles o direito à educação. Tais instituições, além de acessíveis a todos, devem ser eficazes, sob pena de não se efetivarem as conquistas sociais inscritas nos documentos jurídicos.

A justiciabilidade, portanto, é a possibilidade de se exigir no sistema de justiça o cumprimento direitos previstos nas normas domésticas e internacionais. No campo dos chamados direitos sociais, normalmente identificados como aqueles direitos cuja realização requerem a intervenção do Estado no campo econômico, com a promoção de políticas redistributivas, o debate em torno de sua justiciabilidade tem como pano de fundo diferentes concepções de Estado e de justiça social.

Entre 2008 e 2009, foram propostas e acompanhadas 3 (três) ações civis públicas, uma assistência litisconsorcial em ação civil pública, 2 (dois) mandados de segurança, 4 (quatro) petições de Amicus Curiae junto ao Supremo Tribunal Federal, além de representações ao Ministério Público, encaminhamentos à Defensoria Pública e diversas petições às autoridades públicas. O acompanhamento das medidas administrativas e, sobretudo, judiciais, requer a apresentação de petições e recursos, até o julgamento ou extinção do processo. Por ora, limitaremos-nos a descrever e brevemente avaliar os desdobramentos de tais medidas no ano de 2009, relacionando as medidas administrativas e judiciais às demais estratégias do programa:

**a. Déficit de vagas e violação ao princípio da qualidade do ensino na educação infantil.**

Em 2008, como estratégia do Movimento Creche para Todos ([www.crecheparatodos.org.br](http://www.crecheparatodos.org.br)), foram propostas, sucessivamente, duas ações civis públicas contra o déficit de vagas em educação infantil no Município de São Paulo, situação crônica que provoca a exclusão educacional massiva de crianças das camadas populares, residentes na periferia, onde a taxa de frequência à creche (zero a 3 anos) gira em torno de 10% a 12%, somente<sup>2</sup>. Também é importante destacar que à época da propositura de tais ações havia um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado entre a municipalidade e o Ministério Público, segundo o qual este último não proporia ações judiciais desde que a administração ampliasse o atendimento em uma quantidade de vagas anualmente definida.

---

<sup>2</sup> Para informações detalhadas sobre a estratégia de litígio nesse tema: RIZZI, Ester; XIMENES, Salomão B. *Litigância estratégica para a promoção de políticas públicas: as ações em defesa do direito à educação infantil em São Paulo*. IN: ESCRIVÃO FILHO, Antônio S.; PRIOSTE, Fernando Gallardo V.; SCHÜHLI, Laura. *Justiça e direitos humanos: experiências de assessoria jurídica popular*. Curitiba: Terra de Direitos, 2010 (no prelo).

Na primeira ação (Proc. nº 002.08.150735-6), proposta junto à Vara da Infância e da Juventude do Fórum de Santo Amaro, foi requerido que (i) fossem construídas unidades de educação infantil (creches e pré-escolas) em número suficiente para atender, nas proximidades de suas residências, as crianças inseridas no cadastro do Movimento<sup>3</sup> (ii) que a municipalidade fosse compelida judicialmente a apresentar plano de ampliação de vagas e de construção de unidades de educação infantil (creches e pré-escolas) em São Paulo, plano capaz de atender toda a demanda oficialmente cadastrada; bem como atingir os patamares mínimos estabelecidos pelo Plano Nacional da Educação (Lei nº 10.172/2001), a serem alcançados até 2011; (iii) o Poder Judiciário acompanhasse a execução do plano de expansão formulado pela própria municipalidade, formulando-se, assim, uma obrigação de fazer consistente na ampliação de vagas e construção de unidades de educação infantil (creches e pré-escolas) em São Paulo, nos termos do plano formulado pelo próprio Município segundo os parâmetros legais.

Tais pedidos partem do pressuposto que a forma adequada de tutela do direito à educação passa, em tais situações, pela tutela coletiva do direito, com a defesa de políticas públicas cuja implementação depende de um plano de ação específico, inexistente no Município. Além disso, a simples pretensão de matrícula de crianças específicas (tutela individualizada), em regra, não altera a realidade global de exclusão, uma vez que permite ao poder público esquivar-se do dever legal com artifícios como a superlotação de salas de aula ou a mera mudança na ordem de atendimento, uma vez que a fila de espera é imensa.

Contudo, num primeiro momento essa visão não encontrou respaldo no Judiciário, sendo a ação denegada sob o argumento de impossibilidade jurídica do pedido, pois, no entendimento da juíza da causa, ao Poder Judiciário não caberia imputar obrigação de fazer referente à apresentação de plano de expansão e construção de unidades.

Contra essa decisão foi proposto Recurso de Apelação (Proc. nº 175.158.0/3), julgada procedente pela Câmara Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo - TJSP, que em sua decisão entende que tais pedidos não poderiam ser considerados como juridicamente impossíveis, pois tal conclusão somente decorreria da análise de mérito da Ação, com a apresentação de argumentos e provas pelas partes que eventualmente comprovassem tal impossibilidade<sup>4</sup>. Após julgamento de embargos propostos pelo Município, foi determinada a devolução do processo à primeira instância, onde os pedidos deverão ser analisados.

Enquanto esta primeira ação foi proposta com o propósito de incidir na jurisprudência dominante sobre as formas de tutela coletiva de direitos educacionais – efeito que começou a ser produzido com o Acórdão do TJSP acima mencionado -, seu indeferimento inicial exigiu a propositura de uma segunda Ação Civil Pública, requerendo especificamente a matrícula de 1.030 (mil e trinta) crianças listadas pelo Movimento em unidades de educação infantil próximas às suas residências, dentre as quais estavam incluídas aquelas já protegidas na primeira ação proposta.

Em julho de 2009, após pedido de julgamento antecipado formulado por Ação Educativa e demais autores, a ação foi julgada procedente em primeira instância, confirmando-se a decisão liminar proferida no final do ano anterior e que determinava a matrícula imediata das crianças listadas. O TJSP, por sua vez, julgou improcedentes o Recurso de Agravo de

---

<sup>3</sup> No momento da proposição dessa Ação Civil Pública, eram 736 (setecentas e trinta e seis) crianças cadastradas e ainda não atendidas.

<sup>4</sup> Decisão publicada em 14 de agosto de 2009, nos autos da Apelação Cível n. 175.158.0/3, Rel. Des. Martins Pinto.

Instrumento proposto pelo Município de São Paulo contra a referida liminar<sup>5</sup> e, em março de 2010, também julgou improcedente o Recurso de Apelação do Município<sup>6</sup>.

Enquanto dava seguimento à estratégia judicial, a Ação Educativa continuou a participar da coordenação do Movimento Creche para Todos, com a proposição e participação em debates junto à Câmara Municipal de São Paulo, através do Fórum de Discussão de Educação Infantil. Além do referido movimento e das comissões legislativas vinculadas ao campo, tal Fórum também envolveu o Grupo de Trabalho de Educação do Movimento Nossa São Paulo, o Fórum Paulista de Educação Infantil e o Fórum de Educação Infantil das Entidades Conveniadas, formando-se assim uma ampla coalizão cujo objetivo era controlar as políticas públicas, incidir no debate legislativo e pressionar por mais recursos orçamentários. Em 2009, foram realizadas 4 (quatro) reuniões públicas do Fórum na Câmara Municipal.

Em 14 de março de 2009, a Ação Educativa realizou, com Movimento Creche para Todos, um Seminário sobre Políticas Públicas de Educação Infantil em São Paulo, abordando aspectos como acesso, qualidade, diferenças intra-rede, estratégias públicas de expansão e modelos de atendimento. Autoridades públicas, judiciais e acadêmicas, além de atores sociais, participaram do seminário, que teve um público de 50 (cinquenta) pessoas, aproximadamente.

Em 8 de agosto foi realizado, na sede da Ação Educativa, Seminário de Planejamento Anual do Movimento Creche para Todos, com o objetivo de estipular ações estratégicas para o período de matrículas que se iniciaria. Também nesse momento foram pensadas iniciativas capazes de incidir nos aspectos qualitativos do atendimento infantil, que poderiam ser levadas ao Judiciário, como a superlotação de salas, as desigualdades de padrões de atendimento entre as redes direta e conveniada e a antecipação compulsória e ilegal da transferência de crianças de 3 (três) anos de creches para Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI).

Também foi planejado o Dia de Cadastro e Mobilização por uma Educação Infantil de Qualidade na Cidade de São Paulo, realizado em 24 de outubro, tendo como objetivo tanto exigir o cumprimento das decisões judiciais (das organizações, do MP e da Defensoria) referentes à garantia de acesso à educação infantil como dar maior visibilidade geral ao tema. Além disso, os cadastros realizados durante as atividades de mobilização embasariam novas demandas administrativas e judiciais. Durante aquele dia, em 11 (onze) diferentes pontos da Cidade, foram realizados cerca de 1.500 cadastros de crianças cujos direitos educacionais se encontravam violados, havendo situações de exclusão absoluta e outras em que se reclamava a irregularidade do atendimento (turno parcial, antecipação da transferência para escolas etc).

Em seguida, foram encaminhadas 7 (sete) petições administrativas às Diretorias Regionais de Ensino (DRE) responsáveis pelos cadastros, exigindo-se o atendimento da demanda

---

<sup>5</sup> Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO - Antecipação da tutela, para garantir às crianças o acesso ao ensino infantil - Possibilidade - Garantia Constitucional de acesso ao Poder Judiciário (artigo 5º, inciso XXXV, da CF), que não pode ser afastada por legislação infraconstitucional - Previsão expressa da possibilidade de antecipação da tutela nos artigos 208 e 211 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Presença dos requisitos *fumus boni iuris* e *periculum in mora* - Direito fundamental, líquido e certo, amparado na Constituição da República (art. 208) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 54) - Inocorrência de violação dos princípios constitucionais da Separação dos Poderes e da Autonomia Municipal - Questões de mérito que não podem ser apreciadas neste agravo - Não provimento do recurso. (Tribunal de Justiça de São Paulo. Câmara Especial. Agravo de Instrumento nº 174.783-0/8-00. Agravante: Município de São Paulo. Agravado: Ação Educativa, Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo e outros. Des. Rela. Maria Olívia Alves, 05 de outubro de 2009).

<sup>6</sup> Decisão publicada em 22 de março de 2010, nos autos da Apelação Cível n. 0186.901.0/0, Rel. Des. Maria Olívia Alves.

identificada, além de informações oficiais sobre a situação das crianças nos cadastro municipal e sobre eventual plano de expansão de vagas em suas áreas de competência. No dia da entrega da petição à DRE do Campo Limpo, 10 de dezembro, houve um ato em frente à sede da Diretoria. O protesto foi organizado em razão de sucessivas tentativas frustradas de realização de reunião para discutir as reivindicações do Movimento com o diretor responsável pela região. Tais medidas serão desdobradas juridicamente em 2010.

Contudo, em relação às 26 (vinte e seis) crianças cadastradas que se encontravam na iminência de ser compulsoriamente transferidas para escolas municipais, onde o atendimento é, além de manifestamente ilegal, inadequado à faixa etária de 3 (anos), optou-se por propor uma Ação Civil Pública<sup>7</sup> ainda em dezembro de 2009. Essa medida busca obter no Judiciário o reconhecimento da ilegalidade de tal política, abrindo caminho a um questionamento mais amplo, além de assegurar às crianças especificamente nominadas a permanência, durante o período letivo de 2010, nas unidades de ensino infantil que freqüentaram em 2009.

#### **b. Omissão no campo das políticas públicas de educação de jovens e adultos (EJA)**

Outro segmento educacional no qual a Ação Educativa entende ser necessário o fortalecimento da perspectiva de exigibilidade social e jurídica é a educação de jovens e adultos – EJA, modalidade de ensino fundamental ou médio destinado àqueles cujos direitos educacionais não foram assegurados na idade regular.

Ainda em 2005, a Ação Educativa e várias outras organizações do Fórum EJA – São Paulo (<http://forumeja.org.br/sp>) representaram ao Ministério Público (MP) requerendo a propositura de medidas judiciais que compelissem Estado e Município a realizar o censo escolar e a chamada pública de jovens e adultos pouco escolarizados, uma vez que tais instrumentos estão explicitamente previstos em várias normas jurídicas nacionais. Tal representação ensejou a abertura de Inquérito Civil Público e, posteriormente, a propositura de Ação Civil Pública com tal objeto. Além disso, requeria-se liminarmente que os entes públicos fossem proibidos de fechar salas ou escolas que ofertassem essa modalidade até a realização do censo e da chamada. A Ação Educativa e mais seis organizações ingressaram no processo como Assistentes Litisconsorciais Ativos, reforçando a tese do MP, sendo formalmente admitidas em fevereiro de 2009<sup>8</sup>.

Em setembro de 2009, após despacho do juiz, as organizações assistentes requisitara o julgamento antecipado do processo, por entender que estava plenamente comprovado tanto no processo quanto no Inquérito Civil que a obrigação legal não havia sido cumprida, sendo inclusive tal fato assumido pelos entes governamentais. Com isso, caberia a Judiciário unicamente decidir sobre a questão de direito, ou seja, sobre a possibilidade de que fosse determinada ao Executivo a materialização da lei em políticas públicas.

Em janeiro de 2010 a sentença de 1ª instância foi publicada, julgando improcedente a ação. No entendimento do juiz da causa, a obrigação legal de recensear já haveria se materializado no Censo Escolar (MEC/INEP), sendo que a forma de realização e aplicação dos dados coletados estaria na esfera de discricionariedade de cada administrador, "(...) sendo evidente que se trata de caso de formulação de política pública de educação, de ordem eminentemente técnica, que descabe ao Poder Judiciário reexaminar sob a ótica de seu mérito".

---

<sup>7</sup> Proc. nº 011.09.127031-7, em curso na Vara da Infância e da Juventude do Fórum de Santo Amaro.

<sup>8</sup> Proc. nº 053.08.102151-6, em curso na 4ª Vara da Fazenda Pública da Capital.

Além de decidir contra todos os elementos reunidos no processo, o juiz equivocadamente tomou o Censo Escolar da população escolarizada como suficiente para identificar aquela demanda que se encontra fora da rede de ensino. A decisão também retoma as principais teses levantadas em oposição à justiciabilidade dos direitos sociais, principalmente aquela que declara ser impossível ao Judiciário determinar a implementação de políticas públicas. Contra tal decisão as organizações não-governamentais propuseram Recurso de Apelação.

Em 12 de setembro, foi realizada a Oficina Temática O Direito à Educação de Jovens e Adultos - Censo específico de demanda e estratégias de exigibilidade, cujo objetivo era reforçar a mobilização por uma postura ativa do Estado no campo da EJA e, nesse sentido, pensar novas estratégias de exigibilidade do direito. Na atividade, que contou com a participação de cerca de 40 (quarenta) atores sociais do campo educacional, foi identificada a necessidade de reforçar iniciativas públicas de realização do censo e da chamada escolar de jovens e adultos e de se fortalecer a capacidade de identificação de violações do direito à EJA, propondo seu enfrentamento no sistema de justiça. A educação no sistema prisional também foi destacada como um tema de atuação.

Na base das questões está o fato de haver uma política velada de desestímulo à matrícula em EJA, com redução permanente de oferta e, conseqüentemente, queda na demanda oficialmente manifesta. No final de 2009, o Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos de São Paulo recebeu informações sobre uma suposta reorganização da oferta dos cursos de EJA que estaria em curso nas escolas estaduais da região metropolitana de São Paulo. Isso resultaria no fechamento de salas de EJA em diversas unidades escolares.

A partir de tais informações e com a assessoria da Ação Educativa, o Fórum EJA encaminhou um requerimento de informações à Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana de São Paulo (COGESP) para saber detalhes sobre a suposta política de reorganização da oferta de cursos de EJA, já que a proposta não havia sido divulgada em nenhum meio oficial. Em resposta oficial, a administração negou que estivesse em cursos um processo de "nucleação", afirmando que "em nenhum momento cogitou-se o fechamento de classes de EJA em 2010". No entanto, diante da continuidade das denúncias e como estas também se referiam a outros municípios, outro requerimento de informações oficiais foi encaminhado ao poder público, desta vez à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Caso não houvesse posicionamento da Secretaria em favor da "reorganização", o documento encaminhado pelo Fórum EJA pedia providências no sentido de que fossem revertidas as violações já realizadas (jovens e adultos que, nas escolas onde o processo havia sido constatado, desistiram ou foram desestimulados a se matricular) e impedidas violações futuras, com a divulgação de comunicados na imprensa e a extensão do período de matrículas.

Oficialmente, também a Secretaria de Educação negou haver uma política de redução da quantidade de salas e escolas com oferta de EJA em 2010, alegando que "atenderia todos os estudantes que solicitassem matrícula". No entanto, como indicariam os dados de matrícula inicial divulgados em 2010, seria registrada uma queda de 19,4%, passando de 381.866 alunos em 2009 para 307.644 em 2010.

A mobilização dos estudantes de EJA – Ensino Fundamental - da Escola Municipal Profa. Elza Marreiro Medina pode ser citada como uma referência. Com a assessoria da Ação Educativa, que formulou requerimento administrativo às autoridades educacionais do Estado, eles conquistaram o direito à continuidade dos estudos de ensino médio, ofertado na própria escola municipal, em parceria com o governo estadual, que cedia os professores. No início do

ano letivo de 2009, nova conquista pôde ser registrada com a abertura da Escola Estadual Nelson Antônio do Nascimento Júnior no período noturno, passando assim a atender essa demanda. Nesse caso, a mobilização local articulada à utilização de instrumentos jurídicos em âmbito administrativo foi capaz de reverter a política geral, tendente ao fechamento de escolas.

### **c. Limites à atuação da esfera privada na educação e à mercantilização de programas educacionais**

Desde 2007, a Ação Educativa vem atuando no sentido de restringir a publicidade abusiva direcionada aos docentes e às escolas responsáveis pela escolha dos livros a serem adotados e, conseqüentemente, comprados através do Programa Nacional do Livro Didático (que movimentava cerca de R\$ 1 bilhão/ano). Tal estratégia faz com que prevaleça, em muitas situações, o poder econômico das empresas em detrimento da análise técnica sobre a adequação das obras ao projeto pedagógico das escolas. Havíamos encaminhado requerimento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), requerendo a adequação da regulamentação, e, não obtendo resposta satisfatória, formulamos representação ao Ministério Público Federal. Este, por sua vez, entendeu não estar configurada uma situação de ilegalidade que merecesse intervenção judicial, arquivando o procedimento em 2009.

A organização insistiu no tema, entendendo que a melhor estratégia seria avançar em termos de regulamentação do programa. Em junho de 2009, participou de consulta pública sobre a minuta de decreto que disporia sobre os programas de material didático executados no âmbito do Ministério da Educação. Em janeiro de 2010, por fim, foi publicado o Decreto nº. 7.084, regulamentando os Programas Nacionais do Livro Didático, e incorporando duas das três sugestões formuladas pela Ação Educativa. Foi incorporado um parágrafo único ao art. 4º do documento, proibindo “a realização de publicidade, propaganda ou outras formas de divulgação que utilizem logomarcas oficiais, selos dos programas de material didático do Ministério da Educação, ou marcas graficamente semelhantes, ou, ainda, que façam referência direta ao processo oficial de escolha, durante toda a execução da etapa” de escolha dos livros. Também foi incluída, entre as atribuições do FNDE, a obrigação de divulgar em meio eletrônico o resultado final do processo de compra, especificando as obras escolhidas pelas escolas, as obras efetivamente adquiridas pelo órgão e o preço por exemplar (art.15, §3º, incisos I a III).

No campo da regulação da iniciativa privada na educação, mais especificamente do ensino privado, uma das grandes tensões se dá entre os interesses mercantis expressos no contrato de prestação de serviços educacionais, firmado entre a empresa e o responsável legal pelo estudante, e o direito à educação deste último. No STF essa questão é discutida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3.874, proposta pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – CONFENEN, contra a Lei nº 4.675, de 20 de dezembro de 2005, do Estado do Rio de Janeiro, que proíbe que instituições de ensino, em todos os níveis, sediadas naquele Estado, cobrem pela realização de provas substitutivas, finais ou equivalentes. Segundo a CONFENEN, a competência para emissão de tal norma caberia somente à União, a quem cabe legislar exclusivamente sobre direito civil ou contratual.

Em agosto de 2009, Ação Educativa e Conectas foram admitidas como Amici Curiae na referida ADI. Em seu posicionamento, as organizações argumentam que normas como aquela editada no RJ não tratam unicamente de direito civil, e sim de direito educacional, cuja competência legislativa pertence a todos os entes federados. Ao estipular limites à atuação privada em educação, a Lei questionada, na verdade, protege o direito humano à

educação dos estudantes, impedindo a aplicação de penalidades de natureza pedagógica em razão de dívida civil.

Outro campo de atuação na relação entre o público e o privado na educação está situado na fiscalização das compras governamentais. Nesse sentido, acompanhamos Inquérito Civil Público (Nº. 249/2009) aberto junto ao MP a partir de representação do deputado federal Ivan Valente e dos deputados estaduais Carlos Giannazi e Raul Marcelo (ambos do PSOL), em que se apuravam irregularidades na aquisição de 220 mil assinaturas da revista Nova Escola – Ed. Abril, compradas com dispensa de licitação ao custo de R\$ 3,74 milhões.

Como viria a apurar o Observatório da Educação, a contratação de revistas e outros materiais sem licitação é prática recorrente do governo de São Paulo. Durante a produção da matéria, o programa Ação na Justiça requereu e obteve junto à Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) cópia do processo administrativo referente à contratação da Editora Abril. De posse desse documento, a Ação Educativa apresentou informações ao MP, as quais serviram de base para a propositura de Ação Civil de Improbidade Administrativa (Proc. nº 053.09.018196-7) contra as autoridades responsáveis e a empresa. Em setembro de 2009, o Judiciário deferiu o pedido liminar do MP, determinando a suspensão do contrato e a conseqüente interrupção do pagamento.

Tal iniciativa aponta a necessidade de se articular uma estratégia de enfrentamento à questão da mercantilização da educação pública, fenômeno que põe em risco a própria noção de direito humano à educação. É notório que há crescente pressão das empresas sobre a educação pública, que enxergam nas compras governamentais e nos processos de terceirização de serviços e de gestão educacional meras oportunidades de fazer negócio e auferir lucro. A defesa do direito à educação como entendido pela Ação Educativa passa por limitar esse campo e, sobretudo, por submetê-lo à lógica da gestão democrática, da participação e do controle social.

#### **d. Ensino religioso nas escolas públicas**

A presença do ensino religioso nas escolas públicas pode ser situada como um dos temas mais polêmicos no debate educacional. Previsto na Constituição Federal (art. 210, § 1º) como conteúdo de oferta obrigatória no ensino fundamental e de freqüência facultativa aos estudantes, sua própria previsão constitucional revela a afirmação de um campo social em detrimento de setores laicos que a ele se opõem. Sua presença nas escolas está relacionada a uma série de questões relevantes para os direitos humanos, notadamente os direitos sexuais e reprodutivos e a intolerância religiosa de que são principais vítimas as crenças de matriz africana.

Entre 2007 e 2008, a Ação Educativa desenvolveu um levantamento sobre as regulamentações estaduais do ensino religioso e da jurisprudência em torno do assunto, que foi desdobrada em um conjunto de discussões e debates públicos. Nesse estudo identificou-se uma pressão crescente pela manutenção desse conteúdo nas escolas públicas, sendo que todos os estados estipularam uma regulamentação quanto à oferta para suas redes de ensino. Mesmo reconhecendo que há diferenças significativas quanto ao conteúdo e à forma de oferta dessa disciplina, a partir do estudo e dos debates a Ação Educativa passou a explicitar sua posição em favor da laicidade das escolas públicas, entendendo que a educação religiosa, sobretudo quando nos referimos a estudantes de ensino fundamental, diz respeito unicamente às instituições confessionais e à esfera privada dos indivíduos.

No entanto, o processo de aprovação (em regime de urgência) da Concordata entre o Brasil e a Santa Sé pelo Congresso Nacional, documento que havia sido assinado em novembro de 2008 pelo Presidente Lula e o Papa Bento XVI, pautou o debate durante o ano de 2009. Sob o argumento de regulamentar “o Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil”, o acordo na verdade dispõe sobre uma série de direitos fundamentais associados à liberdade de crença e culto, ferindo o princípio da laicidade estatal. Uma das principais vertentes da Concordata é justamente a previsão de ensino confessional nas escolas públicas, “católico e de outras confissões”, o que é um retrocesso legal quando considerados os textos da Constituição e da LDB.

A assinatura da Concordata, que trata eminentemente de assuntos religiosos de interesse da Santa Sé, significa, a princípio, o tratamento estatal diferenciado de uma crença religiosa em detrimento das demais, as quais, por questões que dizem respeito unicamente às próprias confissões, não dispõem de organismos internacionais com personalidade jurídica nos moldes da Igreja Católica. Também significa o tratamento diferenciado em relação aos cidadãos ateus e agnósticos. Por tais razões, é flagrante a inconstitucionalidade da medida, por violar ao menos dois princípios basilares do direito brasileiro: a laicidade estatal (Constituição, art.19, I) e a igualdade material, em sua vertente de proibição de tratamento diferenciado entre cidadãos por razões de ideologia, crença ou culto (art.5º, caput, e art.19, III).

Por tais razões, a Ação Educativa procurou incidir no debate público sobre o tema, mesmo reconhecendo as dificuldades relativas ao regime de urgência adotado no Congresso e ao forte apelo político da matéria. Nesse sentido, passou a articular-se em uma coalizão de organizações críticas ao documento, composta por ATEA - Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos, Católicas pelo Direito de Decidir, Conectas Direitos Humanos, CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Consulta Popular, Geledés - Instituto da Mulher Negra, Grupo de Pesquisa Discriminação, Preconceito, Estigma (FEUSP), Iniciativa Brasil para Todos e Marcha Mundial de Mulheres. Também divulgou posicionamento próprio intitulado Acordo entre Brasil e Vaticano ameaça o Estado laico e as liberdades fundamentais.

Na tentativa de incidir no debate legislativo, no dia 17 de agosto foi realizado o debate Estado Laico e Ensino Religioso nas Escolas Públicas: implicações da proposta de Acordo entre o Brasil e a Santa, com a participação dos deputados Ivan Valente (PSOL-SP) e Chico Abreu (PR-GO) - relator da matéria (Mensagem nº 134/2009) na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Na ocasião, foi encaminhada proposta de realização de audiência pública sobre o tema e de supressão do dispositivo que trata do ensino religioso “católico e de outras confissões”. Em função do regime de urgência, os requerimentos de audiência não foram aprovados e a emenda supressiva ao texto que trata do ensino religioso acabou sendo retirada em acordo de plenário, por ocasião da votação.

A aprovação da Concordata pelo Congresso abre um conjunto de novos desafios nos campos político e jurídico. É necessário seguir acompanhando a forma de implementação do ensino religioso nos sistemas de ensino, combatendo novos retrocessos. Ao mesmo tempo, o enfrentamento judicial da questão requer uma estratégia bem articulada e um amplo leque de atores sociais envolvidos. Esse é um desafio para o ano de 2010.

#### **e. Liberdade de expressão dos profissionais da educação**

Como decorrência da Campanha Fala Educador! Fala Educadora!, iniciativa do Observatório da Educação em articulação com outras organizações em favor da liberdade de expressão dos profissionais da educação, foi proposta junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) a

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 173, de autoria do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Essa medida requer a supressão de dispositivos do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Paulo (Lei n. 8.989/79) e do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (Lei n. 10.261/68) que limitam a liberdade de expressão dos servidores públicos.

Os textos dos estatutos de estado e município são parecidos e proíbem funcionários(as) de referirem-se “depreciativamente em informação, parecer ou despacho, ou pela imprensa, ou por qualquer meio de divulgação, às autoridades constituídas e aos atos da Administração” (Lei Estadual n. 10.261/68, art.242, I; Lei Municipal n. 8.989/79, art.179, I). Segundo levantamento do Observatório, esse dispositivo é um dos motivos da ausência de voz dos profissionais da educação na cobertura da mídia sobre o tema. Além disso, a ADPF 173 ataca outros dispositivos igualmente contrários à Constituição na legislação estadual, como aqueles que proíbem aos funcionários “promover manifestação de apreço ou despreço dentro da repartição, ou tornar-se solidário com elas” (Lei Estadual n. 10.261/68, art.242, VI).

Em 2009, o programa Ação na Justiça realizou levantamento junto aos diários oficiais do município e do estado de São Paulo apontando que a chamadas “leis da mordaga” haviam baseado a punição de servidores públicos nos últimos anos nas duas esferas. Havia o caso, por exemplo, de um agente de serviços escolares punido com “pena de repreensão por infringência dos artigos 241, inciso II, VI, XII e XIII; artigo 242, nos seus incisos I, VI, artigo 245, no inciso II da mesma Lei 10261/68”. No município, foram levantados dois casos, em 2004 e 2006, ambos de punição a profissionais da educação, o primeiro deles professor, repreendido por “descumprido o disposto no art. 178 e seus incisos I, V, XI e XII, e infringido o “caput” e inciso I do art.179 da Lei 8989/79”.

Como forma de enfrentar o argumento de defesa dos representantes do poder público no sentido de que a referida legislação não vinha sendo aplicada, sendo portanto inócua a medida judicial, o levantamento, juntamente com outras informações, foi apresentado ao STF no início de 2010 em uma petição de Amicus Curiae, assinada por Ação Educativa, Artigo 19 Brasil e CNTE.

No entanto, também como decorrência da referida Campanha, o dispositivo da legislação municipal questionado na ADPF foi revogado, razão pela qual o Município deverá ser excluído da ADPF. Também na esfera estadual houve revogação do referido art. art.242, inciso I, sendo que os demais dispositivos questionados seguem vigentes.

Além de acompanhar a matéria no STF, sobretudo em relação ao art. 242, inciso VI, da Lei Estadual, também será necessário enfrentar regulamentos infralegais que igualmente restringem a liberdade dos servidores, como é o caso da previsão de autorização prévia, mediante requerimento justificado do servidor, para a concessão de entrevistas à imprensa. Também será necessário enfrentar a legislação dos demais estados, uma vez que o Observatório da Educação identificou ao menos 14 (quatorze) outros com legislação similar à paulista.

#### **f. Cobrança de taxas e subfinanciamento das escolas públicas**

No dia 10 de novembro, a Ação Educativa encaminhou pedido de informações para a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo solicitando esclarecimentos sobre as formas de financiamento das despesas cotidianas das escolas - com manutenção dos espaços e materiais de consumo. A iniciativa foi desencadeada por notícias de cobranças para realização de provas, exigência de uso de uniformes, combinada com a necessidade de comprá-los,

entre outras situações de mercantilização das relações em escolas públicas da rede estadual de São Paulo que violam o princípio da gratuidade, relatadas por diversos meios de comunicação ao longo de 2009.

O objetivo do pedido era levantar informações iniciais sobre a origem do problema das cobranças: se a administração escolar ou a política pública geral da rede estadual que não garante condições materiais suficientes para a realização da educação gratuita. Pela recorrência da situação em diversas escolas, a hipótese era que a situação não seria pontual, mas sim um problema generalizado de política pública. Encaminhou-se também uma petição administrativa para a Escola Estadual São Paulo, último local onde houve relatos de cobranças por provas e uniformes. O objetivo era igualmente averiguar quais as condições materiais de funcionamento da escola, ou seja, qual o contexto de financiamento que levou à cobrança pelos materiais.

Nesse sentido, alguns pedidos formulados. O primeiro dizia respeito às providências administrativas para prevenir e coibir ilegalidades como as relatadas nos casos de referência. Sobre essa questão a administração estadual respondeu que havia instaurado um procedimento administrativo para averiguar os fatos, identificar responsáveis e, eventualmente, aplicar sanções administrativas. Quanto à prevenção de novas irregularidades, informou que em 2009 divulgou amplamente a Circular Conjunta COGSP/CEI/CENP n. 001/2009, bem como o Comunicado Conjunto COGSP/CEI, de 18/06/2009, ambos reafirmando a proibição de quaisquer cobranças e trocas monetárias no âmbito das escolas (para materiais, para matrículas e rematrículas) e, por fim, determinando que nenhum aluno seja privado de freqüentar as aulas por não utilizar uniforme escolar.

O segundo pedido de informações formulado pela Ação Educativa dizia respeito à reparação dos estudantes que foram prejudicados pelas cobranças já realizadas. Este questionamento, contudo, não foi respondido. Por fim, requereu-se a adoção de medidas no sentido de dar publicidade aos recursos destinados à manutenção e custeio das escolas em geral. Houve resposta em relação aos valores totais recebidos pela Associação de Pais e Mestres (APM) da Escola Estadual São Paulo, sendo que as informações gerais sobre a rede não foram disponibilizadas. Também ficou evidenciado que a administração não dispõe de um estudo de custo das atividades escolares, não havendo nenhum embasamento para os valores repassados às escolas.

A partir dessa primeira intervenção em âmbito administrativo, é necessário insistir na publicidade dos recursos educacionais repassados às escolas. Também será importante denunciar a já referida ausência de um parâmetro de custo, definido pelo Estado. Sem tal referência, sabe-se que os recursos repassados às escolas são insuficientes, mas não se conhece quanto seria necessário, portanto exigível. O direito à educação não se realiza com a mera proibição e sim com a garantia de recursos regulares e suficientes para a manutenção das escolas e o desenvolvimento de suas atividades pedagógicas.

#### **g. Produção de Informações**

Além das atividades de formação, oficinas, debates públicos e produção de informações relacionados ao andamento dos casos jurídicos, é importante registrar a publicação e difusão do Manual Direito Humano à Educação, fruto da parceria entre a Ação Educativa e da Plataforma Dhesca Brasil. Esse manual, com tiragem inicial de 3.000 mil exemplares e livre acesso na internet, procura reunir em um documento sintético as informações mais relevantes sobre o conteúdo do direito e as formas de exigibilidade social, política e jurídica.

Além disso, deu-se continuidade à publicação periódica do Boletim Eletrônico OPA – Informação pelo direito à educação, que chegou à sua 50ª edição em novembro de 2009. Esse boletim tem como objetivo disponibilizar informações sobre o direito à educação, as mais relevantes inovações no campo da legislação e da jurisprudência sobre o tema, a posição do Ministério Público e do Poder Judiciário frente às demandas por educação, além de análises dos instrumentos jurídicos, nacionais e internacionais, destinados à garantia e proteção desse direito.

As cinco edições publicadas durante o ano de 2009 procuraram dialogar com os principais temas acompanhados pelo programa Ação na Justiça<sup>9</sup>, adensando assim sua reflexão. Na edição de janeiro e fevereiro de 2009 (nº 46) tratou-se a questão do Piso Salarial Nacional dos Profissionais do Magistério face aos questionamentos decorrentes da suspensão cautelar de parte da Lei n. 11.738/2008 na ADI 4167, em curso no STF. Na edição de março e abril de 2009 (nº 47), o texto principal versou sobre “Desafios à construção do direito à educação por toda a vida”, destacando-se a necessidade de avançar a previsão normativa referente ao direito à educação para além das etapas elementares. Na edição maio e junho de 2009 (nº 48), o boletim trouxe à tona a crítica da Ação Educativa ao acordo firmado entre o Brasil e a Santa Sé. Nas duas últimas edições do ano (nº 49 e 50) os temas enfocados estiveram relacionados a importantes inovações legislativas, respectivamente, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009), aprovada com status de Emenda Constitucional; e a Emenda Constitucional nº 59/2009, que amplia a faixa de obrigatoriedade escolar e determina a não incidência da Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre os recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Além dos temas analisados na seção Em Foco, dezenas de outras informações foram disponibilizadas e analisadas nas demais seções do Boletim, envolvendo Legislação e Jurisprudência (18 itens), Boas Práticas (notícias sobre atuação da sociedade civil e do sistema de justiça em defesa do direito à educação, com 23 itens no período), Estudos (5 itens) e Dicas de aprofundamento (5 itens).

### ***Balanco dos resultados e perspectivas***

Dos relatos e balanços específicos acima podemos concluir que foi alcançado o objetivo traçado no último Plano Trienal, que consistia em fortalecer a capacidade de litigância estratégica da Ação Educativa em defesa do direito à educação. Com isso, difundiu-se a utilização dos instrumentos jurídicos no campo educacional e a capacidade da sociedade civil de atuar diretamente no sistema de justiça, fortalecendo-se ainda a interação da Ação Educativa com os órgãos do Ministério Público e da Defensoria Pública, sobretudo no estado de São Paulo.

Como estratégia institucional, merece destaque a articulação das iniciativas do campo jurídico ao fortalecimento de redes e articulações da sociedade civil com as quais a Ação Educativa estabelece uma relação de colaboração e construção comum. Essa articulação possibilitou, ressalte-se, uma maior incidência da organização no município e no estado de São Paulo, ampliando assim a capacidade de incidência nas políticas públicas educacionais locais. Nesse sentido, mostrou-se acertada a articulação da estratégia do programa Ação na

---

<sup>9</sup> Todas as edições do Boletim Eletrônico OPA podem ser consultadas na página eletrônica da Ação Educativa, seção boletins.

Justiça à atuação institucional junto ao Movimento Nossa São Paulo, ao Fórum EJA – São Paulo e ao Movimento Creche para Todos.

Um aprendizado importante, na verdade, decorre dessa articulação de estratégias e campos de intervenção: as estratégias de litigância tiveram mais resultados políticos e jurídicos justamente nos temas e campos nos quais se apostou na construção coletiva de demandas, a partir do diálogo com redes, movimentos e articulações sociais. Na continuidade do trabalho, essa perspectiva deverá ser fortalecida.

Um desafio institucional diz respeito à incorporação do enfoque de exigibilidade jurídica (justiciabilidade) às demais áreas de atuação da Ação Educativa – Juventude e Cultura. Tal incorporação passa necessariamente por uma cuidadosa avaliação de possibilidades, oportunidades e limites. Inegável, no entanto, é o fenômeno de crescente judicialização, no qual de forma cada vez mais evidente os diversos campos sociais e políticos passam a reivindicar e exigir suas demandas enquanto direitos, colocando assim o Judiciário em um papel de destaque na luta por efetivação.

Ligada a esse fenômeno vem a necessidade de ampliar a inserção da Ação Educativa nas reflexões da sociedade civil sobre o papel do Poder Judiciário na realização dos direitos humanos. Por vezes, sobretudo nos últimos anos, esse poder estatal atua como uma instância de garantia de tais direitos frente às omissões e arbitrariedades dos administradores públicos. É o caso de importantes decisões que vêm reforçar a exigibilidade de direitos educacionais, por exemplo. Por outro lado, também é possível identificar no Judiciário uma instância conservadora, que resiste a reformas institucionais importantes, sobretudo quando privilégios, como a concentração do poder político, econômico e de propriedade, estão em questão. No campo educacional, por exemplo, a suspensão parcial da Lei nº 11.738/2008 (Lei do Piso Salarial Nacional dos Profissionais do Magistério) pelo STF indica tal dificuldade<sup>10</sup>. Há ainda situações de descompasso entre as decisões judiciais e as conquistas e acúmulos do campo educacional, como é o caso de algumas decisões judiciais que suspenderam o regime de ciclos de progressão continuada, determinando o restabelecimento da retenção escolar (reprovação) em nome do princípio da qualidade do ensino.

Esse desafio de incidência no Judiciário passa tanto pelo acompanhamento de suas respostas às demandas sociais em direitos humanos e pela litigância estratégica em alguns casos, como pelo fortalecimento do necessário controle social sobre o Judiciário, entendido, nessa perspectiva, como política pública passível de fiscalização e avaliação por parte da sociedade organizada. Também devem ser acompanhadas as propostas de mudança legislativa nos instrumentos e garantias legais de acesso à justiça, sobretudo quanto às ações de caráter coletivo que podem ser promovidas por organizações. Esse é o desafio de um campo social que vê na litigância estratégica um meio de afirmação dos direitos humanos, cuja articulação deverá ser fortalecida pela Ação Educativa no próximo período.

Por fim, além de dar continuidade aos temas estratégicos já trabalhados, há a perspectiva de construção de uma incidência mais articulada nos campos do financiamento da educação e do enfrentamento à mercantilização da educação pública. Também já temos planejado uma atuação específica, em colaboração com outros programas da organização, na defesa do direito à educação de pessoas privadas de liberdade.

---

<sup>10</sup> Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.167/DF, proposta por 5 governadores (MS, PR, SC, RS, CE) contra alguns pontos da referida Lei. A Ação Educativa vem acompanhando essa demanda como *Amici Curiae*, em articulação com organizações da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Nesse sentido, ver *Relatório de 2008*, pp.31-32.

**META 5**

**TER QUALIFICADO A COBERTURA DA MÍDIA SOBRE EDUCAÇÃO, DANDO VISIBILIDADE À PLURALIDADE DE PONTOS DE VISTA E A TEMAS RELEVANTES PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE E DA CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO COMO DIREITO HUMANO.**

**Atividades e produtos**

Em 2009 foram mantidas as diferentes estratégias de incidência, marcadas pela produção das publicações e serviços dirigidos a jornalistas de todo o País, num total de aproximadamente 800 profissionais.

A produção dos boletins, aliada ao trabalho de atendimento às demandas dos jornalistas por fontes, oferta de sugestões de pautas exclusivas, mais a provocação para a produção e publicação de artigos de opinião de diferentes atores e ainda o envio de cartas críticas, comentando temas da conjuntura pautados pela mídia, conformam uma estratégia de incidência que resultou em: publicação de 171 reportagens pautadas e outras 35 construídas com apoio do Observatório da Educação, e 31 artigos opinativos publicados em todo o ano.

Merecem destaque os artigos produzidos por professores da rede pública de educação básica, com o estímulo do Observatório, em resposta à provocação da Campanha Fala Educador! Fala Educadora!

A análise de mídia, elaborada por meio do boletim Ação na Mídia provocou interessantes reações entre os cerca de 800 profissionais que o assinam. Caso exemplar foi a edição 54, de 3/dez, que estimulou a investigação da imprensa sobre o programa "Ciência em Foco", do Instituto Sangari, que prestava serviços ao governo do Distrito Federal. Em meio às acusações que levaram ao afastamento e prisão do governador Arruda, o tema ganhou destaque na mídia nacional, e se incorporou às inúmeras denúncias de irregularidades. Também, vale destacar que os artigos do Ação na Mídia também foram replicados pelo Observatório da Imprensa, que possui mais de 27 mil assinantes.

Ainda sobre o apoio direto ao trabalho dos profissionais da comunicação, em 2009 o Banco de Fontes foi ampliado, com a inclusão de pesquisadores/as e instituições do campo da educação escolar indígena e professores/as das redes públicas de ensino que se dispõem a atender a mídia.

Ao longo do ano, o boletim do Observatório da Educação foi produzido semanalmente e enviado a 5.200 assinantes. Destaca-se a produção de edições especiais dedicadas a temas específicos, com a elaboração de reportagens, entrevistas exclusivas e estímulo à produção de artigos. A educação escolar indígena foi tema de um desses especiais, em abril, quando foram ouvidos diferentes atores envolvidos, como lideranças e educadoras/es indígenas, gestores e pesquisadores/as.

O boletim tem gerado a reação de leitores/as por e-mail, além de contribuições espontâneas, sugestões e elogios; destacamos a seguir algumas manifestações recebidas no período, que podem ser tomadas como indicativos do impacto das publicações do Observatório sobre a pluralização do debate sobre educação:

*"Tenho acompanhado com muito interesse o excelente trabalho que vocês tem feito. Me interessou particularmente o debate sobre as condições de trabalho docente, de vez que sou pesquisadora da área. Minha tese de doutorado versou sobre as razões da desistência e resistência do trabalho docente e está à disposição na página do Núcleo de Política, Gestão e Financiamento da Educação da UFPR ( [www.nupe.ufpr.br](http://www.nupe.ufpr.br)). Me coloco também a disposição para contribuir, no que for possível."*

Andréa Caldas, professora e pesquisadora do Paraná - 22/10/2009

*"Puxa, aconteceu uma coisa muito legal ontem! A rádio CBN me entrevistou sobre o ensino fundamental de 9 anos. Eles conseguiram meu telefone pelo [site do] Observatório de Educação. Eu e as minhas amigas ficamos muito contentes por saber que podemos ser ouvidas sobre os problemas educacionais!"*

Jacqueline Simões, professora da rede municipal de São Paulo - 30/10/2009

*"(...) esta é uma experiência inédita para mim. Sempre gostei de escrever. Escrevi recentemente o artigo Terceirizando a educação dos filhos e logo em seguida escrevi este sobre o novo ENEM. A princípio foi só um desabafo...não tinha a intenção de publicação... Na mesma semana li o texto do Sérgio e resolvi socializar o meu texto e agora estamos aí... Agradeço pelo reconhecimento e atenção. É muito bom saber que nossas ideias vão ao encontro de educadores sérios...fiquei muito feliz"*

Elivete de Oliveira Silva Ribeiro, pedagoga de Ipatinga, MG - 12/11/2009

Balanco do Observatório da Educação em números:

- 171 Reportagens pautadas pelo Observatório da Educação
- 35 - Reportagens construídas com apoio do Observatório da Educação
- 31 artigos publicados
- 6 artigos de professores/as publicados
- 16 boletins Ação na Mídia
- 4 debates da série Desafios da Conjuntura

### ***Balanco dos resultados e perspectivas***

O diálogo com os jornalistas foi estreitado com o lançamento do site do Observatório, no final de 2008. Depois de um ano no ar, é possível afirmar que, além de potencializando o trabalho de produção e difusão de informações para a imprensa, a página virtual própria possibilitou a aproximação com a mídia local e alternativa, para além dos espaços da mídia comercial impressa.

O Banco de Fontes é uma das seções mais acessadas do site, e os jornalistas passaram a utilizá-la diretamente para seu trabalho cotidiano - e em 2009 se destaca notadamente o

banco de contatos de professores/as, diretores/as e funcionários/as da educação básica que se dispõem a falar com a imprensa, apesar dos mecanismos legais restritivos (e inconstitucionais) existentes em vários estados. Além de ampliar a discussão sobre a necessidade de se revogarem tais restrições, o Observatório 'provocou' os/as professores/as a enviarem artigos e reflexões sobre seu cotidiano escolar e a condição docente – o que deve ser reforçado em 2010, com a criação, no final de outubro de 2009, de mais uma seção do site, denominada "Fala Educador, Fala Educadora!" Até o fim do ano, foram publicados ali seis textos de cinco profissionais da educação básica.

Ainda como parte do esforço de diversificar as formas de disseminação das informações, o Observatório começou a testar, em 2009, a publicação de materiais em áudio – entrevistas e boletins. A ideia, prevista no planejamento do programa, era que esse formato pudesse ser utilizado também por rádios comunitárias.

Embora alguns materiais tivessem sido publicados de forma pontual no período – como entrevistas com os participantes da Roda de Conversa sobre Ensino Médio, por exemplo, constatou-se a necessidade de reestruturar o espaço e o equipamento disponível para que a produção radiofônica seja viabilizada em 2010. Tal reestruturação estava prevista em projeto e, juntamente com a transmissão participativa de debates ao vivo, começou a ser executada e deve ser concluída em 2010.

#### ***META 6***

***TER FORTALECIDO MOVIMENTOS SOCIAIS E ARTICULAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE PROMOVEM DIREITOS EDUCACIONAIS E INCIDEM NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.***

#### ***Atividades e produtos***

Esta é uma meta transversal aos programas e projetos da Ação Educativa. Cada um a seu modo, dentro de suas temáticas e redes de interlocutores, procura influenciar as políticas públicas por meio de modalidades de ação participativas, de modo a fortalecer a democracia e promover a equidade. Nesse ano, ocorreram processos importantes nos planos internacional, nacional e local.

#### **GT Educação do Movimento Nossa São Paulo**

Em 2009 o GT acompanhou várias audiências públicas que tematizaram o orçamento e plano de metas da prefeitura. A apresentação de um plano de metas por parte do executivo municipal se tornou obrigatório, graças ao Movimento, que advogou pela aprovação de lei sobre a matéria e que assumiu a responsabilidade de divulgar e reforçar o comprometimento das secretarias com esse plano. Paralelamente, o GT acompanhou alguns projetos de lei em tramitação na Câmara de Vereadores. Amparados pela análise da proposta orçamentária realizada, foi dedicada especial atenção aos PLs que versavam sobre os itens de custeio que podem ser incluídos no percentual orçamentário vinculado à educação – no item Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Também foi questionada a permanência do programa Leve Leite no orçamento da Educação, uma vez que, além de não constituir atividade educativa, constitui política ultrapassada e ineficaz para o contexto paulista, também no que tange à assistência social e segurança alimentar. Nesse ponto, entretanto, foram encontradas

resistências por parte dos principais atores políticos – legisladores e ministério público – dado principalmente o apelo popularesco da distribuição de alimentos.

O GT promoveu também alguns debates temáticos relevantes para posicionamentos políticos: sobre pedagogias alternativas, ciclos de progressão continuada e papel do Conselho Municipal de Educação.

Finalmente, o GT atuou intensamente nas negociações para viabilizar um processo participativo de elaboração do Plano de Educação da Cidade de São Paulo. Os trâmites sob responsabilidade da SME foram extremamente morosos, assim como as negociações com os sindicatos, exigindo grande esforço para que a agenda não se perdesse completamente diante da aproximação de prazos limites impostos pelo processo eleitoral em 2010.

Representando o GT Educação, a Ação Educativa participou de reuniões semanais da Comissão Executiva do Plano de Educação da Cidade de São Paulo. Os encontros abordaram conteúdos como a logística do processo, as responsabilidades dos entes federados, a comunicação, a sistematização e a elaboração do texto-base para o debate nas escolas e comunidades, e envolveram negociações intensas com vários segmentos.

Novas tensões das entidades da sociedade civil com a Secretaria Municipal de Educação ocorreram no final de 2009 em decorrência do atraso do cronograma de divulgação do processo e da impressão dos materiais pela Secretaria Municipal de Educação. Depois de várias negociações e da constituição de uma comissão interna da Secretaria, envolvendo os vários setores de SME, para agilização do processo, os trabalhos foram retomados com as reuniões com as diretorias regionais, definição do processo de sistematização, construção do regimento interno das plenárias setoriais, distritais e municipal pela Comissão Executiva. O cronograma foi novamente repactuado e o processo ganha força a partir de fevereiro de 2010.

Para subsidiar e preparar uma participação qualificada da sociedade civil na elaboração do Plano, a Ação Educativa promoveu em parceria com o GT Educação do Movimento Nossa São Paulo o seminário “A sociedade civil e o plano de educação da cidade: o que São Paulo ganha com isso?”. Participaram presencialmente 60 pessoas, entre educadores, estudantes, pesquisadores e ativistas. O evento foi transmitido ao vivo, com interpretação em Libras. O ineditismo do processo de mobilização que está acontecendo em São Paulo para a formulação do plano, demandado pela sociedade civil, foi destacado, além do desafio de garantir a participação das crianças na construção do Plano.

Em todo o processo de negociação e construção do Plano de Educação na Comissão Executiva, a Ação Educativa tem tido um papel estratégico reconhecido pelas outras organizações do GT Educação do Movimento Nossa São Paulo.

Para subsidiar e preparar uma participação qualificada da sociedade civil na elaboração do Plano, o GT promoveu em parceria com a Ação Educativa o seminário “A sociedade civil e o plano de educação da cidade: o que São Paulo ganha com isso?”. Participaram presencialmente 60 pessoas, entre educadores, estudantes, pesquisadores e ativistas. O evento foi transmitido ao vivo, com interpretação em Libras. O ineditismo do processo de mobilização que está acontecendo em São Paulo para a formulação do plano, demandado pela sociedade civil, foi destacado, além do desafio de garantir a participação das crianças na construção do Plano.

### **Campanha Fala Educador! Fala Educadora!**

Em 2009, a Campanha Fala Educador! Fala Educadora!, realizada em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Artigo XIX, conquistou importante vitória ao derrubar a lei da mordaza no serviço público estadual de São Paulo. Além do acompanhamento da atividade legislativa sobre o tema, o Programa Observatório da Educação desenvolveu atividades visando o incentivo e apoio a educadores e educadoras para a expressão de suas opiniões sobre as políticas educacionais em espaços públicos, fortalecendo sua participação no debate, na crítica e proposição de caminhos para melhorar a educação. Uma iniciativa que correspondeu a esse objetivo foi a organização de uma conversa informada sobre o absentismo docente, tema que a mídia vinha tratando de forma recorrente, colocando os professores numa posição de profissionais pouco comprometidos com os interesses dos alunos. No evento, o ponto de vista da secretaria de educação foi contraposto ao dos professores e todos puderam qualificar seus argumentos com um levantamento de informações realizado pela equipe do Observatório da Educação. O resultado evidenciou a complexidade da questão e as razões que levam os professores a faltar, mostrando que se trata de uma questão a ser resolvida por uma nova política de contratação e planos de carreira, responsabilidades da política pública.

### **Direitos autorais e educação**

No início de 2009 o Observatório da Educação buscou articular-se com o Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação da USP (G-Popai/USP), a fim de produzir informação e estimular o debate sobre os impactos dos limites impostos pela atual lei de direitos autorais na educação. Esta parceria produziu o *seminário Direitos autorais e educação*, realizado no dia 24 de março, que reuniu cerca de 60 pessoas entre professoras/es, pesquisadoras/es, ativistas do campo da cultura livre e estudantes da rede pública. O encontro foi transmitido ao vivo pela internet, com interpretação de Libras. O conteúdo do debate foi sistematizado na publicação "Os direitos autorais e a educação", da série Desafios da Conjuntura. Com essa realização, a Ação Educativa passou a se engajar ativamente em iniciativas que visam à garantia do direito ao acesso à informação e ao conhecimento. Uma das iniciativas foi a assinatura de uma carta endereçada ao Ministro Juca Ferreira, cobrando a abertura do debate público do projeto de reforma de Lei de Direitos Autorais, ao lado do Instituto Paulo Freire, Intervezes e Gpopai- USP.

### **Direito à educação para pessoas privadas de liberdade**

Em 2009, depois de quase três anos de análise, o Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias (CNPCP) aprovou as Diretrizes Nacionais para Educação em Prisões. A articulação com organizações de direitos humanos e do campo da educação de jovens e adultos, além da Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação da Plataforma Dhesca/Brasil, foi importante no processo de acompanhamento da tramitação do texto no Conselho Nacional de Educação. Essa articulação resultou na escuta, por parte do CNE, às organizações, que apresentaram propostas de alteração no texto inicial, no sentido de explicitar a responsabilidade do Estado na oferta da educação pública e de qualidade nas prisões.

Em 2009 a Ação Educativa continuou alimentando o debate público sobre essa temática. A educação no sistema prisional foi tema de dois dias de debates durante o Fórum Social

Mundial 2009, que aconteceu em Belém entre 27 de janeiro e 1 de fevereiro. Entidades do campo da educação e direitos humanos organizaram a atividade "A educação como direito humano: a escola na prisão", composta por rodas de conversa, um seminário e uma oficina de trabalho. Os encontros tiveram como principal desdobramento a criação de um grupo de trabalho voltado à mobilização pela formulação e implementação de políticas educacionais nas prisões do País.

### **Ensino Médio democrático**

A aprovação da PEC 277/08 – que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino dos quatro aos 17 anos e sobre o fim da Desvinculação das Receitas da União (DRU) em Educação – e o Programa Ensino Médio Inovador, de iniciativa do Ministério da Educação (MEC), foram temas da conjuntura educacional que exigiram estratégias de disseminação de opiniões e informações que respondessem, simultaneamente, às dúvidas da sociedade civil e à necessidade da mídia de cobrir os temas. Para responder a estas demandas, em setembro, foi realizada a Roda de Conversa sobre o Ensino Médio.

O encontro, que envolveu 22 pessoas, dentre representantes de organizações da sociedade civil, universidades, escolas públicas e órgãos do governo e foi transmitido ao vivo pela Internet, aprofundou os debates em torno da extensão da obrigatoriedade do ensino dos quatro aos 17 anos, e mostrou que o tema não é consensual.

### **Movimento Creche para Todos**

Na intervenção em defesa do direito à educação infantil, a Ação Educativa atua em articulação com outras organizações da cidade de São Paulo, no *Movimento Creche para Todos* ([www.movimentocrecheparatodos.org.br](http://www.movimentocrecheparatodos.org.br)). Este se constitui como uma articulação informal de entidades e militantes sociais que têm como objetivo lutar pela inclusão educacional de qualidade de todas as crianças em unidades de educação infantil. Nesse sentido, desde o final de 2007, o *Movimento* organiza mobilizações e iniciativas de incidência política com comunidades e organizações locais no município de São Paulo e na Região Metropolitana, buscando consolidar o reconhecimento deste direito e a articulação social para a sua garantia, fortalecendo sua exigibilidade.

O *Movimento Creche para Todos* tem ainda como objetivos fortalecer o controle social das iniciativas públicas no campo da educação infantil e promover sua justiciabilidade, tendo em vista: (i) a ampliação do número de vagas associada à priorização do atendimento nas áreas de maior vulnerabilidade social; (ii) a melhoria da qualidade do atendimento e (iii) o acesso às informações públicas e a garantia de um sistema de registro da demanda por esta etapa educacional.

Por um lado, o *Movimento* fomenta a mobilização social para reivindicar a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade nessa etapa educacional, o que é feito por meio de um cadastro de demanda não atendida, organizado e alimentado pelo desde o fim de 2007. Tal cadastro identifica e estimula a demanda social por educação infantil, dá publicidade à inexistência de oferta em áreas estratégicas da cidade e serve de base à estratégia judicial. Por outro, o *Movimento* busca permanentemente incidir sobre os poderes públicos competentes, propondo mobilizações junto aos órgãos responsáveis pela administração do ensino, cobrando informações sobre "planos de expansão" e propondo debates junto à Câmara Legislativa Municipal.

Em articulação com as iniciativas de incidência política e mobilização social, as organizações do *Movimento*, assessoradas pelo Programa Ação na Justiça, vêm se utilizando da litigância judicial estratégica como forma de fortalecer o direito e de dar visibilidade à temática, com o que buscam também incidir sobre a configuração da jurisprudência e a posição dos órgãos oficiais do sistema de justiça (Ministério Público, Defensoria Pública e Justiça da Infância e da Juventude)<sup>11</sup>.

### **Campanha Nacional pelo Direito à Educação**

A Ação Educativa continuou participando na coordenação nacional da Campanha, representada, neste período, por Marilse Araújo, coordenadora do NEPSO, e Ana Paula Corti do Programa Juventude.

Em 2009, o principal foco de atuação da Campanha foi o processo da Conferência Nacional de Educação - Conae. A realização da Conae foi deliberada na Coneb (Conferência Nacional de Educação Básica), inclusive por ação da Campanha - em parceria com outros segmentos, e contou com dois níveis de etapas preparatórias (municipais/intermunicipais/locais/regionais e estaduais), abrangendo toda a educação, da creche à pós-graduação.

### **FISC e Confintea**

A Ação Educativa esteve envolvida no processo de mobilização e participação da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos - VI Confintea, que ocorreu em Belém do Pará, entre os dias 1º e 4 de dezembro de 2009. As Confinteas, organizadas pela Unesco, vêm sendo realizadas em média a cada 12 anos, sendo esta última, a de Belém, a primeira em um país do sul, organizada com o apoio do governo brasileiro. O envolvimento ocorreu na discussão dos temas principais, na promoção da temática da EJA junto à sociedade brasileira e internacional, e na organização do Fórum Internacional da Sociedade Civil que ocorreu entre os dias 28 a 30 de novembro, imediatamente anterior ao evento oficial.

O FISC teve como objetivo preparar a participação da sociedade civil internacional para intervenção no encontro oficial. Foram organizadas mesas de debates com 12 painéis com 60 participantes de várias partes do mundo sobre temas variados e estratégicos para a EJA, além da disponibilização de espaços para mais de 150 atividades autogestionadas. O FISC trabalhou sobre o documento base apresentado pela UNESCO, fazendo emendas que posteriormente foram levadas para os representantes de governos de forma a serem incorporados ao documento oficial. A Ação Educativa teve um papel central em articular entidades locais, nacionais e internacionais, através do Conselho Internacional de Educação de Adultos onde ocupa uma cadeira na sua coordenação. Participaram do FISC mais de mil pessoas de diversas nacionalidades.

### **Forum São Paulo de Educação de Jovens e Adultos**

A Ação Educativa acompanhou as plenárias e reuniões da coordenação do Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos de São Paulo. Dentre os temas discutidos no Fórum em 2009,

---

<sup>11</sup>Além da Ação Educativa, participaram da criação do *Movimento Creche para Todos* e compõem sua coordenação: Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo (CDHEP), Casa dos Meninos, Instituto de Cidadania Padre Josimo, Instituto Lidas, Fórum do Jardim Irene e Associação Internacional de Interesses à Humanidade Jd. Emílio Carlos e Irene.

estão a participação do mesmo na CONFINTEA, a construção de uma agenda territorial junto ao governo federal e as indicações de que existiria uma limitação do número de vagas para EJA pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Foi encaminhado documento ao Ministério Público solicitando a realização de um Censo EJA no estado para averiguar a real demanda frente ao número de vagas oferecidas. Tornou-se freqüente candidatos procurarem escolas de EJA e não encontrarem onde estudar por falta de vagas. As secretarias do município de São Paulo e do Estado afirmavam não haver demanda reprimida.

### **Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação**

A Ação Educativa continuou apoiando a Plataforma Dhesca (Direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais), tanto pela participação em sua coordenação (ver Meta 1 de Gestão e Desenvolvimento Institucional), quanto pelo apoio a Denise Carreira, coordenadora do Programa Pesquisa e Monitoramento de Políticas Educacionais, que foi reconduzida para o segundo mandato como Relatora Nacional para o Direito Humano à Educação<sup>12</sup>.

Em 2009, a principal atuação da Relatoria foi a finalização das missões aos estados e do relatório nacional sobre Educação nas Prisões Brasileiras, que foi lançado no Congresso Nacional e apresentado em dezembro no Fórum de Sociedade Civil preparatório à VI Confinteia (Belém) e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). No Conselho, o relatório foi assumido como principal subsídio para a apreciação das Diretrizes Nacionais para Educação nas Prisões, então em processo de elaboração. Como o relatório Educação e Violência Armada (2008), o Relatório Nacional sobre Educação nas Prisões está sendo traduzido para o espanhol e para o inglês pela Unesco visando sua divulgação internacional. O documento vem sendo divulgado em eventos de sociedade civil.

A missão sobre educação nas prisões foi realizada nos estados de Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo e o Distrito Federal. Nesses estados, visitou unidades prisionais, realizou diversas entrevistas – a direção das unidades, profissionais de educação, pessoas encarceradas, ativistas de sociedade civil e agentes penitenciários –, participou de eventos sobre o tema da educação no sistema prisional, pesquisou documentos oficiais e estudos que tratam do assunto. Além de verificar a situação da educação no sistema prisional brasileiro, a missão buscou contribuir para o debate público e somou vozes pela apreciação urgente da proposta de Diretrizes Nacionais e dos projetos de lei da remição da pena por estudo pelo Congresso Nacional em articulação com redes, organizações e movimentos da sociedade civil, entre elas, a rede de educação nas prisões (da qual Ação Educativa faz parte). O Relatório da missão contém nove recomendações estruturantes e quatorze complementares ao Estado brasileiro visando à construção de políticas educacionais que garantam o direito humano à educação das quase 500 mil pessoas encarceradas no país.

Além das duas principais missões, a Relatoria Nacional realizou ações de incidência, de monitoramento, pedidos de esclarecimento a autoridades públicas e elaboração de nota técnica sobre outras problemáticas vinculadas à garantia do direito humano à educação,

---

<sup>12</sup> A Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação é vinculada à Plataforma DHESCA Brasil e conta com o apoio das agências da ONU, do Ministério Público Federal e da Secretaria Especial de Direitos Humanos para realização de investigações independentes sobre violação dos direitos educativos no país. Além da Relatoria de Educação, a Plataforma conta com mais quatro Relatorias: meio ambiente; terra, território e alimentação; saúde e cidades. A assessoria da Relatoria de Educação continuou a ser exercida por Suelaine Carneiro, integrante da organização Geledés - Instituto da Mulher Negra.

recebidas por meio de denúncias, entre elas: o caso de demissão de professoras homoafetivas da rede municipal de Campo Grande (MS), o fechamento de escolas do povo indígena Pankará em Pernambuco; as dificuldades enfrentadas no acesso a vagas escolares por parte de imigrantes indocumentados em São Paulo, em especial, por famílias bolivianas, peruanas e africanas; a expulsão de 60 alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Tarso de Castro pela secretaria de educação do município de Barueri (SP), a partir da alegação de indisciplina; e o uso indevido de verba pública por direção de escola pública e problemas na efetivação da matrícula de crianças em escolas da cidade de São Paulo.

### **Relações Raciais: Plano Nacional da Lei 10.639/2003**

Lançado pelo governo federal em 13 de maio de 2009, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira é resultado do trabalho de um Grupo Interministerial coordenado pelo MEC e pela SEPPIR, do qual Ação Educativa fez parte durante o ano de 2008 junto com outras organizações do movimento negro. Ação Educativa integrou a subcomissão de redação da proposta de texto, composta também por representantes da Unesco e da Universidade Federal de São Carlos, e participou do lançamento do Plano Nacional em cerimônia em Brasília e em evento no dia 14 de outubro no Rio de Janeiro para fóruns estaduais da diversidade étnico-raciais da região sudeste.

Devido aos muitos desafios políticos e institucionais envolvidos na implementação do Plano Nacional – que estabelece um outro lugar de poder da agenda racial nas políticas educacionais – Ação Educativa, CEERT, Ceafro, Unesco e Universidade Federal de São Carlos resolveram realizar um encontro intitulado “O papel da sociedade civil no enfrentamento do racismo na educação: rumo a uma agenda de ação articulada”. O encontro que deveria ocorrer no segundo semestre de 2009, foi adiado para março de 2010. No início do segundo semestre de 2009, a Ação Educativa apresentou proposta contendo os objetivos, o formato e a programação do evento para aperfeiçoamento coletivo por parte do grupo das instituições promotoras.

Também em 2009, a Ação Educativa manteve sua participação no Fórum Estadual de Diversidade Étnico-racial, espaço com participação de sociedade civil e governo, ainda bastante frágil politicamente e que vem se estruturando no estado de São Paulo, com o objetivo de influenciar o desenho das políticas educacionais na rede estadual.

### **Espaço Brasil-Áfricas**

Por iniciativa da Rede de Diálogos entre os Povos, que tem sua sede latino-americana no escritório do IBASE, foi constituído em outubro de 2009 um espaço de diálogo entre organizações que têm atuação envolvendo os países da África. Os objetivos das iniciativas são o de produzir uma análise conjunta sobre a realidade do continente; refletir criticamente a relação entre governos, iniciativa privada e sociedade civil brasileira com países da África, envolvendo as organizações e redes de sociedades civis africanas; e discutir uma atuação mais articulada das organizações brasileiras no continente que contribua para o fortalecimento da cooperação sul-sul. A Ação Educativa integra o grupo, que realizará em 2010 reuniões trimestrais.

## ***Balanco dos resultados e perspectivas***

O GT Educação do Movimento Nossa São Paulo avaliou positivamente sua atuação durante o ano, uma vez que se consolidou como espaço de troca e articulação da sociedade civil paulistana e de diálogo e pressão junto aos poderes públicos. Os desafios de ampliar a participação e capacidade de acompanhar as agendas do executivo e legislativo devem ser favorecidos pelo processo de discussão do Plano de Educação nas escolas e regiões, a ser realizado em 2010, culminando na Conferência Municipal de Educação. Em todo o processo de negociação e construção do Plano de Educação na Comissão Executiva, a Ação Educativa tem tido um papel estratégico reconhecido pelas outras organizações do GT Educação do Movimento Nossa São Paulo.

A opção por fazer do debate público e da produção de informação estratégias de incidência política foi bem sucedida e potencializada pela articulação com diferentes atores do campo educacional, dos direitos humanos e comunicação. Em 2009, a Campanha Fala Educador! Fala Educadora!, realizada em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Artigo XIX, conquistou importante vitória ao derrubar a lei da mordça no serviço público estadual de São Paulo. A perspectiva é que a mesma lei seja revogada na capital paulista em 2010, mas é preciso destacar que não há registro de mobilizações em outros estados, o que aponta a necessidade de ampliar as entidades parceiras da Campanha e promover intensa campanha de sensibilização sobre o tema. A reforma da lei de direitos autorais, proposta pelo Ministério da Cultura, ganhou força e a articulação com entidades do campo da cultura livre, iniciada em 2009, foi importante para pautar o tema da educação no processo. Destaca-se que o boletim Desafios da Conjuntura, produzido em 2009, é o único material existente sobre o tema, e vem sendo utilizado para sensibilizar atores do campo da educação a participarem do processo de consulta para a reforma da lei. Tanto assim que as organizações envolvidas no debate estão tentando viabilizar sua reimpressão para distribuição na Conferência Nacional de Educação, que será realizada em março de 2010. Relevante foi também o envolvimento do Observatório na campanha "A Informação É um Direito Seu!", em prol do Projeto de Lei de Acesso à Informação Pública, que realizou diversas ações para que o projeto entrasse na Ordem do Dia da Câmara, como envio de cartas a parlamentares e manifestações públicas. As ações realizadas ao longo de 2009 culminaram com a inclusão do PL na pauta e a indicação como uma prioridade pela reunião de líderes de partido, tendo seu regime de tramitação elevado para "urgência", no início de 2010.

A garantia ao direito à educação para pessoas privadas de liberdade se alça como uma bandeira importante para Ação Educativa, que vê os frutos do envolvimento dos movimentos de educadores na problemática. Uma vez que as Diretrizes Nacionais sejam aprovadas em 2010, o próximo passo será pressionar os governos estaduais para implementá-las. Para dar maior consistências às ações em torno do tema, no Plano Trienal 2010-2012 ele será um Foco de Ação Articulada, nova forma organizativa a ser testada na instituição, para otimizar a colaboração dos diversos programas em torno de temas prioritários ou emergentes. Processo semelhante ocorreu com o Ensino Médio, tema que também será Foco de Ação Articulada no próximo Trienal, integrando as perspectivas da área de juventude com as da educação na formação de uma agenda consistente de incidência na proposição e controle de políticas educacionais voltadas à juventude.

Como já foi registrado no relato sobre a Meta 4, a atuação junto ao Movimento Creche para Todos possibilitou, dentre outras conquistas, uma incidência estratégica relevante nas políticas públicas educacionais da cidade de São Paulo, junto aos poderes legislativo,

executivo e judiciário. Por isso, a Ação Educativa tem como perspectiva dar continuidade ao fortalecimento dessa articulação, aproximando-a às demais redes locais e ao processo de construção do Plano de Educação da Cidade de São Paulo.

A Campanha Nacional Pelo Direito à Educação contribuiu de forma decisiva para o fortalecimento da participação da sociedade civil na Conferência Nacional de Educação - Conae, processo que mobilizou cerca de 450 mil delegados e delegadas nas etapas municipal, intermunicipal e estadual, em todo o Brasil. O documento-referência das conferências, elaborado pelo MEC: "Construindo o Sistema Articulado de Educação - Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de ação" recebeu 5.300 deliberações em emendas e proposta de novos parágrafos. As deliberações aprovadas em, pelo menos, cinco Estados, foram objeto de debate e votação na etapa nacional realizada em março/2010, em Brasília. Os 54 delegados da Campanha Nacional pelo Direito à Educação elaboraram, em reunião preparatória, um caderno de emendas que serviu como base para participação mais qualificada do grupo no encontro nacional, cujo objetivo consistia em estabelecer grandes diretrizes para o PNE 2011-2021. No próximo ano será de fundamental importância para a Campanha acompanhar, monitorar e incidir no processo de construção do Plano Nacional de Educação, garantindo que as resoluções da Conae integrem o documento e que seja garantido o processo democrático nesta elaboração.

Quanto à Semana de Ação Mundial, em 2009 o tema foi a alfabetização de jovens e adultos e a aprendizagem ao longo da vida. As ações envolveram cerca de 107 mil pessoas em todo o território nacional.

As articulações e trabalhos desenvolvidos para a realização do FISC e participação na Confinte serviram para fortalecer alianças no campo internacional de luta pelos direitos educativos e para sinalizar novos temas de interesse e questões no campo da educação de jovens e adultos e educação não formal. Para o próximo período, pretende-se aprofundar as discussões sobre os rumos da EJA em seminário internacional, que ajude os educadores brasileiros a atualizar suas visões e enfrentar os impasses que essa modalidade educativa vem enfrentando: queda nas matrículas, excessiva formalização, falta de idéias e teorias capazes de dar forma e diretriz para as iniciativas e demandas de educação de pessoas adultas em contextos escolares e não escolares.

Quanto ao Fórum São Paulo de Educação de Jovens e Adultos, a perspectiva foi de acompanhar o movimento organizado em defesa dos direitos da educação de adultos, procurando fortalecer e também contribuir para o debate sobre os caminhos que o movimento pode tomar, além de apoiar as iniciativas assumindo tarefas que estão no âmbito da Ação Educativa.

Ao apoiar a Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação, a Ação Educativa avalia estar contribuindo para a consolidação de uma experiência inovadora da sociedade civil brasileira, que ganha a cada ano novas dimensões, possibilidades e força política. Para os próximos dois anos, estão planejadas as seguintes missões nacionais da Relatoria: Educação e Racismo (estruturada em três eixos: educação quilombola, intolerância religiosa e racismo no ambiente escolar) e Educação e Orientação Sexual.

Com relação à agenda étnico-racial na educação, a Ação Educativa vem ampliando seu reconhecimento no campo da educação das relações raciais por parte de parceiros do movimento negro, sempre a partir de uma atuação e de uma fala pública que reconhece o lugar de protagonista histórico do movimento negro com relação a tal agenda e que, ao mesmo tempo, reforça a necessidade do racismo ser assumido como um desafio estruturan-

te da democracia brasileira e questão a ser assumida por todos aqueles e aquelas que atuam pela justiça social e pela efetivação dos direitos humanos no país. Em decorrência da atuação e da postura política no campo, avalia-se que as possibilidades de alianças e a confiança política em prol de uma agenda comum deram passos importantes em 2009.

## ***Espaço de Cultura e Mobilização Social***

Essa área programática tem como referência principal o sexto objetivo estratégico estabelecido nesse Plano Trienal:

- Fortalecer a produção artística de grupos originários e atuantes nas periferias urbanas, visando a afirmação de suas identidades, a democratização do acesso a novos circuitos de produção e circulação cultural, o fomento de uma cultura de solidariedade e cidadania.

### ***META 1***

***TER AMPLIADO EM 20% A FREQUÊNCIA AO ESPAÇO E QUALIFICADO OS SERVIÇOS OFERECIDOS A PESSOAS, GRUPOS E ORGANIZAÇÕES QUE PROMOVEM DIREITOS HUMANOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS, ALCANÇANDO UM PÚBLICO DE 34 MIL PESSOAS AO ANO EM 2009.***

### ***Atividades e produtos***

Essa meta foi plenamente cumprida no que diz respeito aos grupos e organizações que freqüentaram as atividades promovidas pela instituição, bem como aos eventos realizados por terceiros, aos quais o espaço foi locado ou cedido gratuitamente. Quanto à meta de público, o realizado ficou aquém do projetado: em 2009 o público foi de 25.476 pessoas, mantendo-se estável em relação ao ano anterior. Observou-se uma importante ampliação dos eventos promovidos pelos demais programas da Ação Educativa, sendo o mais notável deles a série de debates Desafios da Conjuntura que, em 4 eventos, reuniu cerca de 400 pessoas, tendo sido inclusive um de seus eventos transmitido via Internet, elevando o alcance da atividade a um nível imensurável. Consolidou-se também em 2009 a estratégia de realizar eventos regulares, destacando aqui o Sarau do Rap, Suburbano no Centro e Encontro de Comunidades. Somadas todas as sessões desses eventos, foram mais de três mil pessoas participando das atividades em 2009. O espaço de exposição passou a se chamar Sala de Exposições, estando aberto a outras artes visuais, principalmente fotografia. O Centro de Internet, que havia sido fechado em 2008, teve sua demanda transferida para o Centro de Mídia Juvenil, restringindo porém o público aos grupos culturais que frequentam a Casa. Registrou-se em 2009 uma frequência de cinco mil usuários do Centro de Mídia Juvenil somente para uso dos computadores.

### ***Balanco dos resultados e perspectivas***

A Ação Educativa confirmou em 2009 a vocação de sua sede como espaço de encontro de movimentos sociais e organizações da sociedade civil que promovem direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. A presença cotidiana do Fórum Social Mundial, da ABONG – Associação Brasileira de ONGs, da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação e do Fundo Brasil de Direitos Humanos ajudou a consolidar o espaço como centro de eventos bastante adequado ao perfil dessas organizações.

Do ponto de vista das atividades culturais, neste mesmo período avançou-se na direção de uma concepção de espaço cultural voltado para a produção artística da periferia. Essa proposta terá ainda mais força no próximo trienal na medida em que o Espaço passa a ser Ponto de Cultura. Trata-se de um reconhecimento por parte do Ministério da Cultura e da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo do centro de eventos como Espaço Cultural Periferia no Centro, aportando R\$ 180.000,00 para aquisição de equipamentos, acervos e realização de programação.

## **META 2**

### ***TER ESTRUTURADO QUATRO NÚCLEOS CULTURAIS: GRAFFITI, LITERATURA PERIFÉRICA, HIP HOP E RODAS DE SAMBA.***

#### ***Atividades e produtos***

Essa meta havia sido alcançada já em 2007 e, naquele mesmo ano, dois outros núcleos foram acrescentados: Cinema e Vídeo e Cultura Livre.

O Núcleo de Graffiti realizou novamente com sucesso o Dia do Graffiti com uma exposição coletiva envolvendo sete curadores e 27 artistas, além desta atividade, em 2009 foi realizada uma grande exposição individual de graffiti intitulada Cidadão Comum do grafiteiro RIM.

O Núcleo de Hip Hop, além de realizar pelo nono ano consecutivo a Semana de Cultura Hip Hop, fez também o II Encontro de DJs da Região Metropolitana de São Paulo que aconteceu no Centro Cultural São Paulo e manteve a regularidade do Sarau do Rap. Além disso, colaborou na organização do Hip Hop Mulher, evento promovido pela Rede Hip Hop Mulher tendo sido realizado no auditório da Ação Educativa.

O Núcleo de Literatura apoiou a publicação de cinco livros, um a mais do que no ano passado: *Dos Olhos Para Fora Mora a Liberdade*, do poeta Casulo; *Tambores da Noite*, coletânea do Sarau da Brasa e Sarau Elo da Corrente; *Pelas Periferias do Brasil Vol. 3*, organizada por Alessandro Buzo; *Libertou-se Por Fim, o Pássaro Cativo*, coletânea de poemas, textos e desenhos de adolescentes que cumprem medida socioeducativa em regime de internação na Fundação Casa; e o livro *Cronista de Um Tempo Ruim*, do consagrado escritor Ferréz.

O Núcleo de Rodas de Samba por sua vez manteve a quantidade de apresentações de 2008: realizou nove apresentações do Samba de Comunidade, antecedidas pela exibição de documentários sobre a história do samba. Não houve uma comemoração especial do Dia do Samba em 2009, mas a presença do Samba da Vela como atração em dezembro acabou por dar um brilho especial na ocasião.

O Núcleo de Cinema e Vídeo realizou os encontros de formação previstos, além de viabilizar uma série de eventos nos bairros da periferia de São Paulo como no ano de 2008.

Já o Núcleo de Mídia Livre se desarticulou, mas o Coletivo Canal Motoboy que a ele havia se vinculado continua se reunindo na Ação Educativa, porém com uma dinâmica independente dos demais núcleos. A postura institucional com este Coletivo tem sido de acolhida e apoio às suas ações.

Finalmente, assim como em 2008, a Agenda Cultural da Periferia manteve sua regularidade tanto em termos de tiragem, quanto o número de edições e periodicidade. O site se posicionou como a área mais visitada do Portal da Ação Educativa na média do ano, com cerca de três mil acessos por mês. Já os pontos de distribuição da publicação saltaram de 70 para 114 em 2009.

### ***Balanço dos resultados e perspectivas***

A estratégia de manter núcleos temáticos como pólos de produção de projetos, articulação de redes e realização de eventos mostrou-se decisiva para a afirmação da Área de Cultura durante o ano de 2009 e todo o Trienal. A criação da Agenda Cultural da Periferia, que tem edição mensal regular desde maio de 2007, contribui para fortalecer ainda mais essa concepção participativa na medida em que somente um contato permanente com as pessoas ligadas aos núcleos garante pautas para o Guia Cultural. Pretendia-se, porém, que os núcleos tivessem uma dinâmica de encontros presenciais regulares e isso não aconteceu em 2009 assim como nos dois anos anteriores. Os núcleos só se reúnem por ocasião de eventos. Por exemplo: o Núcleo de Hip Hop só se reúne no processo preparatório da Semana de Cultura Hip Hop. Acredita-se que com a aprovação, no final de 2009, da Ação Educativa como Ponto de Cultura<sup>13</sup> se possam retomar os encontros regulares, uma vez que ele propiciará um recurso por três anos, a partir de 2010, destinado ao fortalecimento da dimensão de espaço cultural, tanto para programação como para manutenção de equipamentos e instalações.

### ***META 3***

***TER PROMOVIDO PROGRAMAÇÃO REGULAR DE OFICINAS, CURSOS E PALESTRAS EM ARTE-EDUCAÇÃO, ENVOLVENDO 400 EDUCADORES AO ANO, APROXIMADAMENTE 25% A MAIS QUE EM 2005.***

### ***Atividades e produtos***

Como já foi relatado em 2008, com a intensificação das ações dos núcleos de cultura de periferia, vários deles promovendo eventos regulares na sede da Ação Educativa, decidiu-se não mais se fazer uma programação independente e paralela no campo da arte-educação. Por outro lado, a arte-educação ampliou enormemente seu espaço na Ação Educativa com o projeto o Arte na Casa: um convênio da Ação Educativa com a Fundação Casa, antiga Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM), cujo objetivo é a realização de oficinas de arte e cultura para 1204 adolescentes que cumprem medida socioeducativa em unidades de internação da Região Metropolitana de São Paulo.

---

<sup>13</sup> O Ponto de Cultura é uma ação de fomento do Ministério da Cultura realizada em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

A meta foi cumprida plenamente no que diz respeito ao atendimento aos adolescentes, assim como na formação dos arte-educadores que realizam as oficinas nas unidades de internação. Houve um aumento do número de unidades que passaram de 13 para 27, em função do programa de descentralização adotado pela Fundação Casa que cumpre as exigências legais de manter unidades com apenas 40 internos. O número de educadores também teve uma elevação: de 20 para 27.

### ***Balanco dos resultados e perspectivas***

O Projeto Arte na Casa mostrou-se exitoso quanto ao seu propósito de qualificar as atividades de arte e cultura como uma atividade fundamental para o cumprimento das medidas socioeducativas em regime de internação, bem como na formação dos arte-educadores que atuam ministrando oficinas de arte e cultura. Entretanto, a experiência mostrou-se limitada como um fator de humanização dos adolescentes dentro do sistema de atendimento socioeducativo em regime fechado no Estado de São Paulo. O regime de internação impõe uma condição de restrição à liberdade que dificulta o trabalho artístico. A conduta de contenção que predomina nas Unidades por vezes até mesmo inviabiliza a continuidade de algumas oficinas. A partir de 2010 pretende-se ampliar o trabalho com adolescentes que cumprem medida socioeducativa em regime aberto, em especial os que estão em Liberdade Assistida. A perspectiva é que a partir de 2012 a Ação Educativa passe a trabalhar somente com este segmento de adolescentes em situação infracional.

## ***Gestão e Desenvolvimento Institucional***

A área de Gestão e Desenvolvimento Institucional (GDI) reúne a Coordenação Geral, o Setor de Administração e Finanças (SAF) e o Setor de Comunicação e Informação. Além de apoiar e favorecer a integração e o desenvolvimento dos projetos realizados pela instituição, a Coordenação Geral é responsável por zelar pelos mecanismos de governança – em especial da relação entre o corpo funcional, Diretoria e Assembléia de Sócios. É também responsável pela representação institucional junto a órgãos de governo, agências de cooperação e outras organizações da sociedade civil. Ela conta com a assessoria de um colegiado consultivo, escolhido entre coordenadores de programas, setores ou projetos, que auxilia nas atividades de representação, gestão cotidiana e tomada de decisões estratégicas.

Ao realizar a representação institucional da Ação Educativa especialmente junto a articulações da sociedade civil, a área de Gestão e Desenvolvimento Institucional assume com atenção especial um objetivo institucional que é transversal e compartilhado com as áreas programáticas:

- Fortalecer e qualificar a participação das ONGs como atores sociais relevantes na construção de uma sociedade justa e democrática, na qual se efetivem na sua integralidade os direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais.

Nesse sentido, o GDI estabelece uma meta fim relacionada a esse objetivo, a primeira elencada abaixo, enquanto as demais são metas de gestão, relacionadas à qualidade dos processos de administração e desenvolvimento institucional, tendo em vista a eficiência, a transparência, a representatividade e a sustentabilidade.

### ***META 1***

***TER PARTICIPADO DE INICIATIVAS DE ARTICULAÇÕES DE ONGS NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, SOCIAIS, ECONÔMICOS, CULTURAIS E AMBIENTAIS E NO COMBATE ÀS DESIGUALDADES.***

### ***Atividades, produtos, resultados e perspectivas***

O ano de 2009 foi um ano de muitas articulações na defesa de direitos. Além das ações mais diretamente ligadas aos programas vinculados ao campo da Educação, Juventude e Cultura, Ação Educativa esteve envolvida em estratégias de articulação que permitiram ampliar o seu campo de intervenções conforme o relato a seguir.

#### **Movimento Nossa São Paulo**

No campo da ação local, na cidade de São Paulo, Ação Educativa participa do colegiado de articulação do Movimento Nossa São Paulo. O Movimento nasceu em 2007 com o desafio de mobilizar diversos segmentos da sociedade para, em parceria com instituições públicas e privadas, construir e se comprometer com uma agenda e um conjunto de metas visando fazer da cidade de São Paulo uma cidade justa e sustentável, além de articular e promover

ações para atingir esta finalidade. Ação Educativa participa do seu colegiado de organização desde o princípio do Movimento. As reuniões de colegiado são quinzenais e suas atividades podem ser conhecidas pelo site [www.nossasaopaulo.org.br](http://www.nossasaopaulo.org.br).

### **Grupo Pedras Negras**

Denominado Pedras Negras em função do nome do local onde a articulação teve início, trata-se de um consórcio de organizações não governamentais do campo da Associação Brasileira de ONGs- ABONG (FASE, IBASE, INESC, Centro Luiz Freire, SOS Corpo, Geledes, POLIS, CECIP e Ação Educativa), voltado a uma ação articulada para agir na construção de sociedades mais justas, igualitárias e sustentáveis. Ação Educativa tem se reunido periodicamente com os/as dirigentes das demais organizações para um trabalho de análise da realidade e de propostas de atividades coletivas. No ano passado, o Grupo Pedras Negras atuou na produção de temas de referência, na pesquisa sobre a cooperação internacional e nas atividades voltadas à sustentabilidade das ONGs.

### **GRAP – Grupo de Referência e Apoio ao Processo do Fórum Social Mundial**

Trata-se de uma articulação de um conjunto de pessoas, dentre as quais assessores da Ação Educativa, que têm uma vinculação com o processo do Fórum Social Mundial desde a sua constituição em 2001. O Grupo está voltado a uma intervenção articulada no processo do FSM com temas que entende ser significativos para a constituição de direitos e para se pensar em modelos de desenvolvimento que tenham como finalidade a promoção da justiça social, da democracia e de uma organização econômica que respeite a sustentabilidade dos bens naturais.

### **PAD – Processo de Articulação e Diálogo entre Agências Ecumênicas de Desenvolvimento do Norte e ONGs do Sul.**

Tem como objetivo promover o diálogo entre Movimentos Sociais, Entidades Ecumênicas, ONGs e Agências Ecumênicas, favorecendo a construção de um novo pacto de cooperação. Como marco referencial, tem uma "agenda" comum de atuação que pressupõe uma ampla articulação dos atores envolvidos, visando ainda o aprofundamento do diálogo político, integração da cooperação internacional e das relações Norte-Sul e o alcance da expressão pública. Vem trabalhando sobre o tema da relação entre modelo de desenvolvimento, os direitos humanos e ecumenismo. Ação Educativa participou das atividades do Regional Sudeste e do GT Desenvolvimento e DHESCA.

### **ABONG – Associação Brasileira de ONGs – Regional São Paulo**

Foi cumprido o mandato institucional como membro da Coordenação Colegiada da representação regional da ABONG e a Ação Educativa encerrará sua participação nesse comitê diretivo na próxima assembléia nacional, a ser realizada em 2010. Durante o ano de 2009 foram realizadas quatro reuniões ordinárias, com organizações associadas do Estado de São Paulo, e oito reuniões da coordenação, além de uma reunião do Conselho Diretor. A ABONG durante o ano passado se ocupou de organizar seu escritório, atualizando cadastro e melhorando a comunicação com as associadas. Seus quatro encontros trataram de pautas locais, mas principalmente de temas nacionais, tendo em vista a aproximação da assembléia

nacional - inicialmente marcada para novembro, terminou sendo adiada para meados de 2010. Entre os temas tratados nas reuniões, teve destaque a CPI das ONGs, o Projeto de Lei Federal sobre o Marco Legal e os documentos institucionais produzidos para o debate na Assembléia.

### **Comitê Editorial do Imprensa Social – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo**

A Ação Educativa participou de sete das nove reuniões realizadas durante o ano e deu parecer sobre um livro. Nossa atuação contribuiu para a rejeição de publicações com conteúdos que manifestassem qualquer tipo de preconceito, como foi o veto a uma cartilha sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis que, na tentativa de ser popular, apresentava um texto preconceituoso e sexista.

### **Coordenação da Plataforma DhESCA Brasil e do Projeto de Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil**

Em 2008, a Ação Educativa foi reconduzida à coordenação colegiada da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – Plataforma DhESCA Brasil ([www.dhescabrasil.org.br](http://www.dhescabrasil.org.br)), rede nacional de organizações de direitos humanos. Além disso, em 2009, Denise Carreira, coordenadora do Programa Pesquisa e Monitoramento de Políticas Educacionais da Ação Educativa, foi reconduzida à Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação. A Ação Educativa vem dando suporte ao trabalho da Relatoria.

Além de atividades gerais referentes à coordenação da rede, a Ação Educativa vem representando a Plataforma junto ao Projeto de Monitoramento em Direitos Humanos no Brasil, articulação de redes responsável pela apresentação do Contra-informe ao Comitê DESC da ONU, sendo que a situação de implementação do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) no Brasil foi analisada pelo órgão entre os dias 4 a 8 de maio de 2009. As Observações Finais sobre o Brasil (E/C.12/BRA/2) foram publicadas pelo Comitê DESC no segundo semestre de 2009. Além de atuar na coordenação geral do Projeto, a Ação Educativa procurou contribuir especificamente com a reflexão sobre o direito à educação. Sobre este tema, o texto do Comitê destaca preocupação com as taxas de analfabetismo, bem como a persistência das desigualdades no nível de alfabetismo entre populações negras e brancas. Além disso, aponta que a taxa média de analfabetismo é “significativamente mais alta em áreas rurais e no norte do Estado Parte. (art. 2.2)”. Como recomendação, pede fortalecimento nas “medidas corretivas para tratar do problema do analfabetismo, particularmente em áreas rurais e na comunidade afro-descendente”. Quanto às questões de gênero, coloca como medida necessária “fazer cumprir sua legislação sobre equidade de gênero e a tomar todas as medidas efetivas, incluindo o uso da mídia e da educação para superar os estereótipos tradicionais relativos ao status das mulheres nas esferas pública e privada e garantir, na prática, a igualdade entre homem e mulher em todos os âmbitos da vida”. Ainda no campo da educação, o Comitê ressalta que “43% das crianças com idade entre 7 e 14 anos” não completam o ensino fundamental na idade apropriada. Como recomendações, propõe um estudo para “verificar o amplo leque de fatores que contribuem para que as crianças não completem a escola primária na idade adequada; elabore políticas e implemente estratégias para tratar dos fatores identificados; inclua, em seu próximo relatório periódico, informação sobre as medidas tomadas”. Quanto aos ensinos superior e técnico, a preocupação reside na “permanência de

disparidades significativas no acesso à educação superior baseadas em região geográfica, origem étnica e gênero” e recomenda a elaboração de “estratégias para aumentar o acesso à educação superior pelos grupos vulneráveis e forneça, em seu próximo relatório periódico, informação sobre o impacto das medidas tomadas a esse respeito”.

### **Plataforma dos Centros Urbanos - Unicef**

A Plataforma dos Centros Urbanos é uma articulação promovida pelo Unicef que objetiva fortalecer grupos locais/comunitários na atuação em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes que vivem nas grandes cidades. Sua implementação foi iniciada em 2009 nas cidades do Rio de Janeiro, Itaquaquecetuba e São Paulo, e nesta última, tendo como parceiros técnicos o Cieds, Viração, Ação Educativa e Instituto Paulo Montenegro. O papel da Ação Educativa na Plataforma foi desenvolver uma metodologia de avaliação participativa para os Fóruns Comunitários, contratar e formar mediadores e acompanhar a implementação dos Fóruns.

O Fórum Comunitário foi um espaço plural que reuniu moradores, gestores e usuários de serviços e equipamentos públicos, instituições não-governamentais, movimentos sociais, associações e grupos variados com o objetivo de consultá-los sobre a qualidade das políticas públicas voltadas para infância e adolescência na sua região de moradia e/ou atuação. Foi um espaço de mobilização, participação, debate e avaliação, integrante do processo de pontuação das comunidades que fazem parte da PCU.

Os fóruns foram realizados entre os meses de setembro e novembro de 2009, envolvendo ao todo 46 comunidades e 1.827 pessoas, com uma média de 40 pessoas por Fórum. A heterogeneidade foi a grande marca dos Fóruns Comunitários. Embora a metodologia tenha sido a mesma, o número e o tipo de participantes, o local de realização, a infra-estrutura oferecida, bem como a qualificação dos debates, a apresentação das Consultas e o grau de articulação variaram bastante de comunidade para comunidade. Certamente esta heterogeneidade reflete a diversidade das regiões da cidade de São Paulo, e também o perfil de cada Grupo Articulador e seu grau de engajamento na Plataforma.

Os fóruns serviram como espaço de articulação e intenso diálogo entre comunidade e o poder público. A sociedade civil participante, em sua maioria, foi composta por instituições de atendimento às crianças e adolescentes, associações de bairro, ong's e ainda moradores que não estão organizados em instituições. Já o poder público presente, foi composto por escolas, centros de educação infantil, unidades básicas de saúde, sub-prefeituras, equipamentos de cultura etc. A realização do Fórum propiciou maior visibilidade e fortalecimento do Grupo Articulador Local, fator considerado estratégico para a continuidade e sustentabilidade da Plataforma dos Centros Urbanos. Além disso, teve importante papel formativo no que tange aos direitos das crianças e adolescentes, o que foi possibilitado pela metodologia proposta, mas também pelas trocas realizadas entre diferentes atores e pessoas da comunidade.

O desafio que vem pela frente é o de manter a comunidade envolvida na Plataforma a partir das outras atividades previstas, sobretudo o Plano de Ação, e possibilitar que as comunidades ganhem progressiva autonomia para sua atuação local, tendo em vista a construção de uma rede de proteção social à criança e ao adolescente nas comunidades.

**META 2****TER PROMOVIDO A GESTÃO COMPARTILHADA, EFICAZ E EFICIENTE DA AÇÃO EDUCATIVA*****Atividades, produtos, resultados e perspectivas***

Grande parte dos esforços das instâncias de gestão da organização foi canalizada para o processo de avaliação externa, ocorrido ao longo do primeiro semestre, para a elaboração do novo Plano Trienal – para o período 2010-2012, e para as comemorações dos 15 anos da Ação Educativa.

O processo de avaliação foi conduzido por quatro assessores, cada um responsável por uma área. Carlos Jamil Cury (Educação); Eliane Ribeiro (Educação), José Guilherme Magnani (Cultura) e Domingos Armani (Desenvolvimento Institucional), este último responsável também pela consolidação do relatório de avaliação, que está publicado em versão eletrônica no site institucional. O processo desenvolveu-se com base em análise documental, entrevistas semi-estruturadas individuais e coletivas, observação de atividades, aplicação de questionário estruturado via e-mail, reunião dos avaliadores com a coordenação geral e a diretoria da Ação Educativa. Foram também realizados: três seminários temáticos, a partir de relatórios preliminares, nas áreas de educação, juventude e cultura, respectivamente em 11, 12 e 13 de março de 2009; uma reunião dos avaliadores com a Coordenação Geral e parte do Colegiado de Coordenação para refletir sobre os resultados preliminares da avaliação, em 25 de março de 2009; e finalmente um último seminário para apresentação dos resultados, com a participação de agências financiadoras, parceiros e convidados, em 28 de maio.

A avaliação representou um importante subsídio para a elaboração do Plano Trienal 2010-2012, que foi elaborado de forma participativa, envolvendo todas as equipes, ao longo do primeiro semestre. Em junho, o colegiado de coordenação e alguns assessores convidados fizeram um retiro de três dias no Centro Paulus (Parelheiros, São Paulo), para analisar a conjuntura e desenvolver propostas para os programas e para a organização e gestão da entidade. Dentre as inovações organizativas propostas estão os Focos de Ação Articulada, que integram esforços das diferentes áreas em torno de questões prioritárias ou emergentes: Educação de pessoas privadas de liberdade, Ensino Médio Democrático, Mídia e Participação, Formação para a Cidadania e Financiamento na Educação. Também foi proposto um aprofundamento da dimensão colegiada da gestão institucional, com uma ampliação da coordenação executiva e do colegiado de coordenação. Assim que o documento foi finalizado, foi publicado na área do site dedicada a assuntos institucionais.

Em 30 de setembro, realizou-se a reunião ordinária da Assembléia de Sócios. Para comemorar o amadurecimento da área de cultura da Ação Educativa e celebrar as parcerias por ela construídas, o evento realizou-se no salão da igreja de Santo Antônio de Santana Galvão, próxima ao Bar do Zé Batidão, onde acontece o Sarau da Cooperifa. No encontro, foram apresentados os resultados da avaliação externa realizada no primeiro semestre do ano, que analisou os 15 anos da Ação Educativa, o novo plano trienal e o manual de governança da instituição. Além disso, foi homologada pela assembléia a nova composição ampliada da coordenação executiva, que conta agora com cinco integrantes: Sergio Haddad, Vera Masagão Ribeiro, Antonio Eleilson Leite, Maria Virginia de Freitas e Marcos José Pereira da Silva.

O novo grupo coordenador já começou a experimentar novas formas de gestão programática prevista para o próximo triênio. Em novembro realizou encontros de monitoramento com cada um dos programas, trazendo questões que foram posteriormente socializadas na Reunião Geral de Avaliação realizada em Dezembro.

Em novembro foi a vez da comemoração festiva dos 15 anos, com evento realizado no Espaço Turiassu, com apresentações artísticas, DJs e muita animação na pista de dança. Na ocasião foi lançada a Revista "15 anos em Ação", que faz um balanço do campo das ONGs e da inserção da Ação Educativa nesse cenário e nas lutas por direitos educacionais, culturais e da juventude.

Paralelamente, manteve-se a rotina de instâncias colegiadas de gestão institucional: realizaram-se 19 reuniões de colegiado e 3 de colegiado ampliado, onde discutiram-se a conjuntura, as oportunidades, projetos e posicionamentos da organização. Realizou-se também uma reunião da coordenação executiva com a Diretoria, e esta participou ativamente de todo o processo de avaliação, marcando presença nos seminários e encontros com os avaliadores e com as equipes de programas e setores.

No próximo ano, teremos como desafio a implantação das propostas de um novo Plano Trienal e consolidação do modelo de gestão com coordenação executiva de cinco membros, amparada pelo colegiado de coordenação. Teremos também uma nova eleição de diretoria que deve expressar nossa constante preocupação com a renovação dos quadros.

### **META 3**

#### ***TER AMPLIADO E APERFEIÇOADO A COMUNICAÇÃO INTERNA, COM SÓCIOS, PARCEIROS PREFERENCIAIS E PÚBLICO EM GERAL***

##### ***Atividades, produtos, resultados e perspectivas***

No ano de 2009, o Setor de Comunicação investiu na manutenção diária do site da Ação Educativa, que se torna a cada dia uma maior referência em produção de informação nas áreas de educação, cultura e juventude.

A principal atividade do setor foi a confecção da revista "15 anos em Ação" comemorativa dos 15 anos da organização. A produção da peça mobilizou, ao longo do ano, a equipe do setor com a confecção de imagens e textos representativos dos 15 anos de história da Ação Educativa e mobilizou igualmente a Comissão de Comunicação, que colaborou com a concepção da linha editorial da publicação. Coordenadores e assessores foram acionados para a elaboração e revisão dos textos. O processo de avaliação institucional também subsidiou politicamente a construção da revista. Os cinco mil exemplares da publicação foram distribuídos na festa comemorativa dos 15 anos da Ação Educativa, realizada em novembro, para a qual também foram produzidos outros materiais de divulgação, como *banners* e filmes. Além disso, a publicação foi enviada pelo correio para os principais financiadores e parceiros da organização e para seus sócios. Alguns exemplares foram estrategicamente distribuídos em eventos, encontros, seminários e cursos de formação e seguirão sendo distribuídos ao longo do ano de 2010.



Foram produzidas e publicadas no site 429 matérias, notas e artigos, entre notícias institucionais, de redes que a Ação Educativa integra e notícias produzidas pelo Observatório da Educação. Este número mostra que cresceu consideravelmente a capacidade de produção de

notícias em relação ao ano anterior, que foi de 382. Além disso, é preciso considerar o volume de informação produzida e veiculada nos sites do Prêmio Minha Comunidade Sustentável, da Agenda Cultural da Periferia e dos Indicadores da Qualidade na Educação, todos administrados pelo setor de Comunicação.

O expressivo incremento da capacidade de produção e circulação de informação se deve em grande parte ao maior envolvimento dos projetos com a comunicação e ao progressivo esforço de planejamento do setor a partir do mapeamento das demandas de cada projeto ou área. O procedimento de produção de informação também foi melhorado a partir das reuniões de pauta semanais da equipe. As reuniões geraram um sistema de controle de fluxo de trabalho que permitiu uma melhor coordenação das demandas e uma maior capacidade de resposta aos programas em relação a prioridades e volume de tarefas da equipe.

A Política de Comunicação foi publicada este ano no Manual de Governança da organização e orientou toda a produção de informação e também o atendimento à mídia que entra em contato permanentemente com a Ação Educativa (veja mais detalhes abaixo).

Desde 2008, as visitas ao site passaram a ser medidas por um mecanismo mais refinado, desenvolvido internamente, com assessoria do Setor de Tecnologia da Informação e a partir de softwares livres. Com a ferramenta, os acessos contabilizados passaram a ser os acessos únicos (cada visitante que acessa o site, independente de quantas páginas ele visualiza). Anteriormente, o sistema media inclusive os acessos a boletins do site, enviados por e-mail, que têm uma alta taxa de visualização e que elevavam muito o volume total de visitas. Agora, só são computadas as visitas espontâneas e as pessoas que não só visualizam o e-mail do boletim, mas também clicam para ler a matéria na íntegra, acessando dessa forma a página do site onde a matéria se encontra.

<b>Visitas ao Site da Ação Educativa (2008-2009)</b>				
	<b>2008</b>		<b>2009</b>	
	<b>Média diária</b>	<b>Total</b>	<b>Média diária</b>	<b>Total</b>
Janeiro	-	-	472	14.638
Fevereiro	-	-	637	17.863
Março	222	6.670	849	26.344
Abril	569	17.066	393	11.807
Maio	563	16.898	663	20.556
Junho	569	17.078	679	20.380
Julho	568	17.049	652	20.219
Agosto	676	20.271	714	22.148
Setembro	694	20.828	898	26.941
Outubro	701	21.027	786	24.391
Novembro	670	20.090	687	20.612
Dezembro	460	13.800	379	11.777
<b>TOTAL</b>	<b>590</b>	<b>170.777</b>	<b>651</b>	<b>237.676</b>

Foram produzidas e distribuídas por e-mail 12 edições mensais do boletim eletrônico institucional *Em Ação!*. Além disso, o setor coordenou a expedição (com revisão e edição, em alguns casos) das 11 edições dos boletins temáticos elaborados pelos programas. Os boletins tiveram, ao longo do ano, um relativo aumento no número de assinantes, como se pode verificar no quadro abaixo. O baixo aumento absoluto nos números se justifica pelo fato de não serem contabilizados descadastramentos e e-mails antigos, que vão se tornando inválidos.

As assinaturas são feitas via preenchimento voluntário de formulário na página dos boletins no site institucional, e também via cadastros efetuados em atividades a partir do preenchi-

mento de uma filipeta que apresenta os diversos boletins da Ação Educativa, confeccionada em 2007 e que segue sendo usada para captação de mailing.

Boletim Eletrônico	Quantidade de edições no ano		Quantidade de assinantes em dez/07 – dez/ 08		Responsáveis pela editoria
	2008	2009	2008	2009	
Em Ação!	12	12	3039	3614	Setor de Comunicação
Informação em Rede	6	2	3440	3351	Programa Observatório da Educação
OPA	5	5	2613	2771	Programa Ação na Justiça
Juventude na Cena	3	4	740	921	Programa Juventude

Vale observar que, em 2009, os boletins publicados pelo Observatório da Educação (Ação na Mídia, Faísca e Desafios da Conjuntura) passaram a ser publicados diretamente no Portal do Observatório da Educação, que tem gestão autônoma, realizada pela própria equipe do programa.



Outro dado relevante é a progressiva desativação do boletim Informação em Rede que publicou apenas duas edições ao longo do ano. Uma das edições foi especial sobre a Confinte VI (Conferência de Jovens e Adultos, realizada em Belém do Pará em dezembro). A edição foi impressa e serviu como subsídio às discussões do encontro. Ela marcou um processo de revisão do papel e do sentido do boletim, que deve ser concluído no ano de 2010.

### Relação com a mídia

O setor de comunicação realizou, ao longo do ano, 65 atendimentos telefônicos e por e-mail a jornalistas, encaminhando solicitações quanto à indicação de fontes para opinar sobre temas da conjuntura nas áreas de educação, cultura e juventude. Esse trabalho do setor gera um *mailing* qualificado de jornalistas aproveitado para a emissão de avisos de pauta.

Importante ressaltar que este indicador não representa todo contato de jornalistas feito com a instituição e o setor de comunicação vem trabalhando no sentido de sistematizar aqueles contatos feitos diretamente com assessores e coordenadores que já se constituíram como fontes dos jornalistas que cobrem os temas em que a Ação Educativa atua.

Dando visibilidade às posições políticas e realizações da entidade e somado ao esforço dos programas, o atendimento a jornalistas resultou também na continuidade da presença da Ação Educativa na mídia, como mostra o quadro abaixo. Foram 135 inserções ao longo do ano. Vale lembrar que não existe um serviço de clipping contratado exclusivamente para capturar as inserções que mencionam a Ação Educativa. A coleta de informações é feita por sistemas livres disponíveis na internet e por contatos com os/as jornalistas que publicam as matérias. Algumas distorções acontecem em função disso. Quando se contrata serviço de assessoria de imprensa para alguma iniciativa, o volume de notícias clipadas é maior, justamente em função da contratação de serviço específico de coleta. Exemplos são a Semana de Cultura Hip Hop, o lançamento dos Indicadores da Qualidade da Educação Infantil e as inscrições do Prêmio Minha Comunidade Sustentável.

O quadro abaixo mostra as inserções ao longo do ano<sup>14</sup> a partir dos temas pelos quais a Ação Educativa foi mais demandada a se pronunciar publicamente. Em relação às fontes consultadas, estas matérias representam 79 citações à Ação Educativa. Das entrevistas concedidas, 43 foram de mulheres que representam a instituição e 13, de homens.

<b>Temas</b>	<b>Inserções</b>
Prêmio Minha Comunidade Sustentável	34
Indicadores da Qualidade na Educação Infantil	32
Semana de Cultura Hip Hop	24
Alfabetismo Funcional	12
Ensino religioso	5
Plano de Desenvolvimento da Educação	4
Juventude	4
Outros	3
Ofício Docente	3
Exigibilidade	3
Cultura	3
Trabalho infantil	2
Ensino Médio	2
EJA	2
Violência nas escolas	1
Educação nas prisões	1
<b>Total</b>	<b>135</b>

Assim, observa-se que as metas estabelecidas para o setor de comunicação no Planejamento de 2009 da Ação Educativa foram majoritariamente cumpridas. Algumas delas, como a reforma do site institucional, foram retiradas do plano ao longo do ano em função da escassez de recursos que viabilizam as ações do setor. A prioridade do ano de 2009 foi a viabilização, por meio de parcerias e recursos institucionais, da Revista 15 anos Em Ação, e a reforma do site está prevista para 2010. No próximo ano, a comissão de comunicação deverá promover um debate sobre as demandas de comunicação, a viabilidade das ações de comunicação e do setor. A intenção é desenhar um Plano Estratégico de Comunicação para a Ação Educativa que possa se converter em plano de mobilização de recursos para o setor.

#### **META 4**

#### **TER GARANTIDO A SUSTENTABILIDADE, A GESTÃO RESPONSÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS DA INSTITUIÇÃO**

#### **Atividades, produtos, resultados e perspectivas**

##### **Diversificação de fontes**

Ação Educativa manteve uma carteira diversificada de colaboradores, combinando fontes nacionais e internacionais. Acrescentamos em 2009 mais uma forma de mobilização de

---

<sup>14</sup> Vale ressaltar que os números apresentados na tabela são baseados em informações recolhidas ao longo do ano pelo setor de Comunicação Institucional. É intenção implementar um controle mais efetivo e sistemático dos contatos da mídia e das matérias publicadas. No entanto, como não temos um sistema formal de clipping e como alguns coordenadores e assessores são fontes contatadas diretamente pelos jornalistas, algumas informações escapam ao setor de comunicação. É por este motivo que aqui são analisadas apenas parte (135) das 204 registradas na seção V INSERÇÕES NA MÍDIA deste relatório.

recursos. A instituição participou de um edital e teve dois projetos classificados junto ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMCAD. Com esta classificação, empresas e pessoas podem doar aos projetos que estão no FUMCAD e abater diretamente do imposto de renda que teriam a pagar.

Além desta nova forma de captação, em 2009, registrou-se o aporte de recursos de 4 novas organizações para projetos e atividades: Ministério da Cultura (apoio a atividades do Programa de Cultura), Fundação Instituto de Administração (apoio para elaboração de Pesquisas do Observatório), Associação Artigo 19 (parceria para atividades do Observatório: seminário Fala Educador), Centro de Integração Estudos Programa Desenvolvimento Sustentável (atividades da plataforma de Centros Urbanos)

Para o próximo período, novas estratégias deverão ser implementadas. Captar recursos junto a empresas ou pessoas, no caso do FUMCAD. Buscar maior capacitação para acessar recursos públicos, via Sistema de Convênios - SICONV.

### Captação de sócios mantenedores

Continuamos o aprendizado sobre formas de captação de sócios mantenedores. O coletivo de mobilização de recursos se reuniu algumas vezes. Traçamos objetivos que foram parcialmente atingidos. Aumentamos o número de novas associações de pessoas físicas. Mais 14 associados aderiram a central de sócios, como resultaram da visibilidade dos eventos promovidos pela Ação Educativa, das campanhas por e-mail para pessoas que se cadastram para receber nossos boletins, visitas espontâneas ao site e adesão de novos funcionários, que são estratégias de pequeno custo, mas de resultados financeiros modestos.

Os resultados finais do ano, mostrados no quadro a seguir, evidenciam uma tendência de diminuição das doações, embora tenhamos ampliado o número de sócios novos. A constatação é de que devemos manter um investimento baixo, visto que o retorno é também baixo. Temos um desafio a ser debatido em 2010. Como articular as estratégias de mobilização de recursos junto a doadores nacionais e internacionais, que tem obtido sucesso até o momento, com a capilaridade que a Ação Educativa tem para impulsionar novas estratégias junto a pequenos doadores, sejam eles, pessoas físicas ou jurídicas.

### Resultados da Central de Sócios (2007 – 2009)

	2007	2008	2009
Novos Sócios Pessoa Física	7	12	14
Novos Sócios Pessoa Jurídica	1	0	0
Total da Contribuição de Sócios Pessoa Física	R\$ 5.262,60	R\$ 5.387,60	R\$ 3.895,60
Total da Contribuição de Sócios Pessoa Jurídica	R\$ 4.865,00	R\$ 2.830,00	R\$ 2.220,00
Total das Contribuições de Sócios (PF + PJ)	R\$10.127,60	R\$8.217,60	R\$ 6.115,60

**Resultado Financeiro de 2009**

No ano de 2009 a Ação Educativa realizou uma despesa 5,22% maior do que em 2008, conforme demonstrado no quadro 1 Evolução de Despesas 1994 - 2009. Este crescimento representa um maior volume de atividades realizadas, possível porque contamos com elevação no volume de recursos nacionais e governamentais.

**Quadro 1: Evolução de Despesas  
1994 - 2009**

Valores em R\$

	<b>Despesa Anual</b>	<b>Crescimento Anual</b>
1994	20.468,08	Fundação
1995	440.453,28	-
1996	728.705,02	65,44%
1997	903.803,26	24,03%
1998	1.139.514,81	26,08%
1999	1.401.359,35	22,98%
2000*	2.048.483,61	46,18%
2001	2.106.114,88	2,81%
2002	3.358.751,71	59,48%
2003	4.986.322,40	48,46%
2004	5.167.433,75	3,63%
2005	4.275.927,31	-17,25%
2006	4.029.360,15	-5,77%
2007	4.515.536,09	12,07%
2008	5.451.756,47	20,73%
2009	5.736.068,58	5,22%

*(\*) Sem considerar despesas com aquisição e reforma do imóvel no valor de R\$ 1.184.942,86. Despesa total em 2000 foi de R\$ 3.233.426,47.*

Conforme quadro 2 - Comparativo de Despesas 2009 x 2008, houve um aumento na despesa em três rubricas. Na rubrica recursos humanos o aumento foi de 24,26%. Em termos absolutos a elevação foi de R\$ 485.768,84 como resultado da contratação de arte educadores para realizar o projeto Arte na Casa, conforme convênio firmado com a Fundação Casa. Na rubrica acervo foi realizado um ajuste contábil e baixamos para despesa o valor de R\$ 80.902,75 de publicações que estavam no estoque de livros. A rubrica edifícios e instalações aumentou em 10,38% impactada por consertos e pequenas reformas.

**Quadro 2: Comparativo de Despesas - 2009 x 2008**

Despesas por Rubrica	Valores em R\$			
	2008 (A)	2009 (B)	Variação (C) = (B) - (A)	Var. (%) (C) / (A)
Recursos Humanos	2.002.037,82	2.487.806,66	485.768,84	24,26%
Atividades Programáticas	2.595.296,82	2.542.284,57	-53.012,25	-2,04%
Edifícios e Instalações	145.959,63	161.110,80	15.151,17	10,38%
Despesas de Escritório	227.604,97	221.262,45	-6.342,52	-2,79%
Despesas de Gestão	147.230,01	132.140,81	-15.089,20	-10,25%
Dep. Financeiras e Taxas	33.897,42	27.242,32	-6.655,10	-19,63%
Impostos sobre Receitas	110.348,35	71.114,72	-39.233,63	-35,55%
Acervo	-	80.902,75	80.902,75	100%
Móveis e Equipamentos	184.285,70	26.328,02	-157.957,68	-85,71%
Despesas não operacionais	5.095,75	(14.124,52)	-19.220,27	-377,18%
<b>Total de Despesas</b>	<b>5.451.756,47</b>	<b>5.736.068,58</b>	<b>284.312,11</b>	<b>5,22%</b>

Com relação às receitas em 2009 houve uma diminuição das entradas em 0,33% ou R\$ 17.817,40, embora os recursos nacionais tenham se elevado em R\$ 233.392,61 na comparação com 2008. A diminuição no volume total de receitas deu-se, principalmente, devido a perda cambial associada a diminuição nos recursos internacionais no valor de R\$ 93.007,73. Os recursos nacionais governamentais cresceram em R\$ 772.681,06, devido ao convênio celebrado com a Fundação Casa.

**Quadro 3: Comparativo de Entradas - 2009 x 2008**

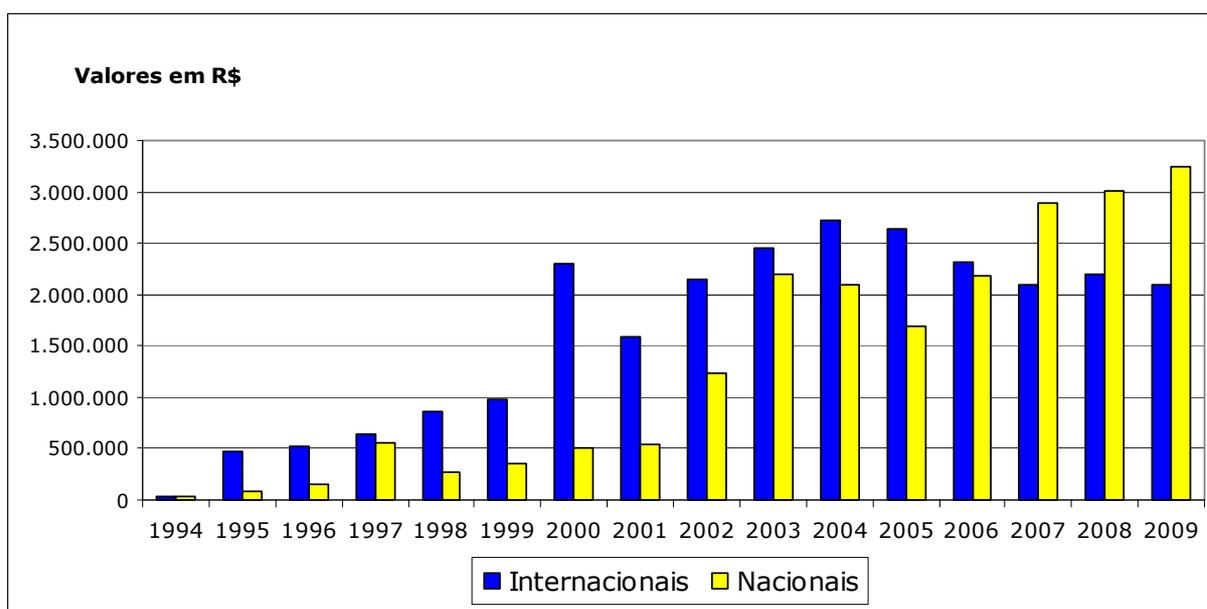
Receitas por Rubrica	Valores em R\$			
	2008 (A)	2009 (B)	Variação (C) = (B) - (A)	Var. (%) (C) / (A)
<b>Receitas Internacionais</b>	<b>2.194.561,50</b>	<b>2.101.553,77</b>	<b>-93.007,73</b>	<b>-4,24%</b>
Órgãos de Cooperação	1.566.686,55	1.479.774,06	-86.912,49	-5,55%
Fundações	444.428,83	386.545,89	-57.882,94	-13,02%
Organismos Internacionais	146.263,98	195.890,04	49.626,06	33,93%
Outros	37.182,14	39.343,78	2.161,64	100,00%
<b>Receitas Nacionais</b>	<b>3.009.629,48</b>	<b>3.243.022,09</b>	<b>233.392,61</b>	<b>7,75%</b>
Recursos Governamentais	393.530,88	1.166.211,94	772.681,06	196,35%
Institutos Empresariais	951.591,67	950.889,81	-701,86	-0,07%
Parcerias c/ ONGs e Associações	47.424,14	24.043,96	-23.380,18	-49,30%
Prestação de Serviços (*)	597.777,03	521.215,85	-76.561,18	-12,81%
Direitos Autorais (*)	777.952,56	426.818,71	-351.133,85	-45,14%
Patroc./Doações/Filiações/Estoq.	190.360,18	89.852,97	-100.507,21	-52,80%
Locações	48.729,52	62.852,60	14.123,08	28,98%
Venda de Publicações (*)	2.263,50	1.136,25	-1.127,25	-49,80%
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>245.324,91</b>	<b>87.122,63</b>	<b>-158.202,28</b>	<b>-64,49%</b>
<b>Total de Receitas</b>	<b>5.449.515,89</b>	<b>5.431.698,49</b>	<b>-17.817,40</b>	<b>-0,33%</b>

(\*) Os valores das receitas são brutos, os respectivos impostos estão computados como despesa em "Impostos sobre Receitas".

No Gráfico 1 é possível acompanhar a evolução das fontes de financiamento ao longo dos 16 anos da instituição. Em 2009 houve uma diminuição nas receitas internacionais, acompanhada de uma evolução nas receitas nacionais. Continua pelo terceiro ano consecutivo a tendência de elevação no volume dos recursos nacionais. Pela primeira vez os recursos

nacionais atingiram o patamar de R\$ 3.243.022,09 e representaram o maior volume de recursos da instituição, 59,71%. Os recursos internacionais, por sua vez, representaram 38,69% do total de recursos movimentados neste ano. Foi possível captar mais recursos nacionais para atividades porque Ação Educativa contou com o apoio internacional que assegurou recursos institucionais e para os programas, mesmo com pequena queda percentual de 2008 para 2009 em -4,24%.

**Gráfico 1: Evolução das Fontes de Financiamento de 1994 a 2009**



Por fim, em 2009, a Ação Educativa apresentou um resultado do exercício de R\$ - 304.370,09. Isto é explicado por vários fatores. Destacamos quatro. O primeiro é a baixa no acervo do estoque que gerou uma despesa contábil de R\$ 80.902,75. Outro fator foi a perda cambial em relação as moedas internacionais. O terceiro foram serviços pagos com recursos de adiantamento dos direitos autorais no valor de R\$ 194.209,90, cuja receita será reconhecida quando o livro for vendido. Quarto a antecipação de despesas ainda no mês de dezembro, referente a eventos que ocorreram em janeiro, cuja receita já estava prevista para 2010, conforme contrato assinado. O déficit contábil do exercício foi maior em R\$ 43.940,92 porque é contabilizada a variação do imobilizado.

#### Quadro4: Apuração do resultado de 2009

Valores em R\$	
<b>Receitas em 2009</b>	<b>5.431.698,49</b>
<b>Despesas em 2009</b>	<b>5.736.068,58</b>
<b>Resultado Financeiro de 2009</b>	<b>-304.370,09</b>

## ***Corpo Diretivo e Pessoal***

### ***Diretoria***

Maria Machado Malta Campos  
Pedro de Carvalho Pontual  
Maria Clara Di Pierro  
Cristiano Amaral Di Giorgi  
Orlando Joia

### ***Conselho Fiscal***

Ismar de Oliveira Soares  
Waldemir Bargieiri  
Waltermir Jango Belli Nalles

### ***Coordenação Executiva***

Sérgio Haddad – Coordenador Geral  
Vera Masagão Ribeiro – Coordenadora de Programas  
Maria Virginia de Freitas – Coordenadora da Área de Juventude  
Antonio Eleilson Leite – Coordenador da Área de Cultura  
Marcos José Pereira da Silva – Coordenador Administrativo Financeiro

### ***Sócios Estatuários***

Adriana Barbosa  
Adriano Jose Lima de Jesus  
Ana Lúcia Silva Souza  
Ana Paula de Oliveira Corti  
Antônio Eleilson Leite  
Aparecida Suely Carneiro  
Aparecida Neri de Souza  
Atiely Santos  
Camila Croso Silva  
Cláudia Lemos Vóvio  
Celso de Rui Beisiegel  
Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi  
Denise Careira  
Elie George Guimarães Ghanem Junior  
Fernanda de Carvalho Papa  
Helena Wendel Abramo  
Heloisa Helena de Souza Martins  
Ismar de Oliveira Soares  
José Marcelino de Rezende Pinto  
Luiz Eduardo Wanderley  
Marcos José Pereira da Silva  
Mariângela Graciano  
Maria Carla Corrochano  
Maria Clara Di Pierro

Maria Virgínia de Freitas  
Maria Machado Malta Campos  
Marilia Pontes Sposito  
Marta Kohol de Oliveira  
Marilse Terezinha de Araujo  
Milton Alves Santos  
Orlando Joia  
Pedro de Carvalho Pontual  
Petronilha Gonçalves e Silva  
Regina Miyeko Oshiro  
Regina Soares Jurkiewicz  
Renato Souza de Almeida  
Sérgio Haddad  
Vera Masagão Ribeiro  
Vicente Rodriguez  
Waltermir Jango Belli Nalles  
Waldemir Bargieri

### ***Sócios Honorários***

Aloísio Mercadante  
Beatriz Bebiano Costa  
Benedito Rodrigues dos Santos  
Carlos Alberto Abicalil  
Carlos Alberto Alves de Souza (Kall)  
Carlos Rodrigues Brandão  
Francisco de Assis Ferreira  
Gilberto Bento do Nascimento  
Jether Pereira de Ramalho  
Luiz Percival Leme de Britto  
Magda Becker Soares  
Míriam Jorge Warde  
Nilde Ferreira Balcão  
Nilton Bueno Fischer \* In Memória  
Osmar Fávero  
Ricardo Young Silva  
Sílvia Maria Manfredi  
Waldemar de Oliveira Neto  
Waldimas Nogueira Galvão \* In Memória

### ***Secretaria***

Maria Candelária de Freitas  
Regina Costa

### ***Setor de Administração, Finanças e Infraestrutura***

Marcos José Pereira da Silva - administrador  
Marilene Oliveira - supervisora administrativo financeiro  
Márcia Lima - assistente de recursos humanos  
Regina Reis - auxiliar administrativo financeiro  
Renata Tavares Fernandes – assistente administrativo financeiro  
Maria Lucia Costa - controladora  
Váleria Cáceres – controladora

Cirto Lino – estagiário  
Geusilene da Costa – estagiaria  
Pedro de Castro Nunes - zelador  
Deusira Cremaschi - recepcionista  
Francisco Moreira de Souza - porteiro  
Maria de Lourdes Alves Pinto - serviços gerais  
Natalia Serapião - serviços gerais

### ***Setor de Comunicação***

Michelle Prazeres - coordenadora  
Carlos Arthur França – estagiário Jornalismo  
Gledson Bellei – estagiário Webdesign  
Pedro José Sibhai – estagiário de Jornalismo

### ***Setor de Informática***

Mario Sérgio de Thomaz – supervisor de informática  
Waldirey Junior – assistente  
Ana Marysa de S. Santos – estagiária

### ***Programa Educação de Jovens e Adultos***

Roberto Catelli – coordenador de projetos  
Cilene Fernandes – assessora

#### *Projeto Viver, Aprender - Alfabetização*

Claudia Lemos Vovio

Maria Amabile Mansutti

#### *Projeto Viver, Aprender – Ensino Médio - EJA*

Roberto Catelli Junior - coordenador de projeto  
Carolina Farias de Moraes – estagiária

### ***Pesquisa Educação não Escolar de Adultos***

Aline Abonizio - pesquisadora colaboradora  
Taisa de Souza Santos - assistente de Pesquisa  
Melissa Farias – assistente de pesquisa

### ***Programa Juventude***

Maria Virgínia de Freitas - coordenadora do programa  
Ana Paula Corti – coordenadora de projeto  
Maria Carla Corrochano – coordenadora de projeto  
Raquel de Souza – assistente  
Luiz Barata - assistente  
Elias Chagas da Silva – estagiário

### ***Programa Ação na Escola***

*Projeto Nossa Escola Pesquisa sua Opinião*  
Marilse Araújo – coordenadora de projeto

Thais Bernardes Nogueira – assessora  
Renato Nascimento – assessor  
Leandro de Almeida Oliveira – estagiário  
Girlene Santos Silva- estagiaria  
Kiron Marcelly S. Gomes – estagiário

*Projeto Indicadores Populares de Educação*

Vanda Mendes Ribeiro – coordenadora  
Cláudia Bandeira – coordenadora  
Paulo Neves – assessor do projeto  
Samantha Neves – assessora do projeto  
Joana Buarque de Gusmão – consultora  
Luis Felipe Serrao – estagiário

***Programa Observatório da Educação***

Mariângela Graciano – coordenadora  
Fernanda Campagnucci - Coordenadora  
Hugo Fanton - estagiário de jornalismo  
Aline Abonizio – assistente de programa

***Programa Pesquisa e Monitoramento de Políticas Educacionais***

Denise Carreira – coordenadora  
Tânia Portela - assistente de programa  
Ana Lúcia Silva Souza – consultora de projeto  
Suelaine Carneiro – assessora da relatoria nacional para o direito humano a educação  
Ludmilla Oliveira de Carvalho – assistente de pesquisas  
Sabine Saraiva – voluntária

***Programa Ação na Justiça***

Salomão Ximenes – coordenador de projeto  
Ester Gammardella Rizzi – assessora do programa  
Jeanne Freitas Gibson – estagiaria

***Espaço de Juventude e Mobilização Social***

Antônio Eleílson Leite - coordenador  
Adriano José – assessor de programa  
Edson Aparecido de Lima – assistente  
Elizandra Sousa – estagiaria

*Projeto Arte na Casa*

Rodrigo Medeiros – coordenador técnico  
Gildean Silva Pereira – coordenador de área  
Fernanda Ribeiro do Nascimento – coordenadora de área  
Alcilene Pais Rodrigues – analista administrativo financeiro  
Karoline Raquel de Aquino Matos - analista administrativo financeiro  
Rogério P.dos Santos – assistente administrativo e financeiro

*Educadores*

Alexandre Silva Gonçalves  
Ana Maria da Silva  
Antonio José Lira  
Carlos Augusto Matos  
Cláudio Guimarães de lima  
Djalma Lopes Goes  
Edson Andreoli Mesquita  
Elaine Cristina da Silva  
Fabio Monteiro Pereira  
Fabrício Cruz  
Fernanda Ribeiro do Nascimento  
Israel Ramos da Silva Neto  
Jairo Rodrigues Barbosa  
Jonathan de Souza da Silva  
Juvenal Cassiano dos Santos  
Karoline Raquel de Aquino Matos  
Leanderson A. Gregório  
Leonardo M. Galina  
Manuel C. Lopes  
Marcos Rodolfo S. Gamba  
Mario Jorge S. Santos  
Michel da S. C. Almeida  
Pedro Asche Cintra Ferreira  
Pedro Miguel  
Renata Adriana de Souza  
Ricardo Marcelo Rocha Chiaradia  
Vagner Sampaio de Souza  
Vando ribeiro Gido da Silva  
Vaneri oliveira  
Wagner da Silva Vieira Menezes

## ***Apoios***

### ***Apoio Institucional (abrangendo todos os projetos)***

- Serviços das Igrejas da Alemanha para o Desenvolvimento – EED (Alemanha)

### ***Programa Educação de Jovens e Adultos***

- Editora Global
- Sesi/DN
- Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil

### ***Programa Juventude***

- Ajuda da Igreja da Noruega – NCA (Noruega)
- Ibase
- Instituto IBI
- Kindernothilfe – Alemanha
- Prefeitura Municipal de São Paulo/Secretaria de Cultura
- SESC - Consolação

### ***Programa Ação na Escola***

#### *Projeto Indicadores da Qualidade na Educação*

- Instituto Embraer
- Fundação Telefônica
- Unicef – Brasília

#### *Projeto Nossa Escola Pesquisa sua Opinião*

- Instituto Paulo Montenegro/Grupo Ibope
- Save The Children
- Unicef

#### *Prêmio Minha Comunidade Sustentável*

- Carta Capital

### ***Programa Ação na Justiça***

- Fundação Ford

### ***Programa Observatório da Educação***

- Fundação Ford
- Avina Brasil
- Save the Children

***Programa Pesquisa e Monitoramento de Políticas Educacionais***

- Save the Children
- Instituto C&A
- União Européia

***Programa Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos***

- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp

***Espaço de Cultura e Mobilização Social***

- Fundação Itaú Social
- Fundação Casa
- Global Editora
- Petrobrás S.A.

***Empresas Sócias Mantenedoras***

- Copy Center Ltda
- Editora 34 Ltda
- KI KILOS Restaurante Ltda
- GEM SOM – Aluguel de Equipamento de Imagem e Som Ltda
- Equipe Serviços Especializados S/C Ltda
- Summus Editorial Ltda
- Editora Fundação Perseu Abramo Ltda
- CRITERIUM - Avaliação de Políticas Públicas SC Ltda

## Anexos

### LISTAGEM DE ATIVIDADES

#### I ASSESSORIAS

##### A grupos de jovens

Grupo	Resultados no ano
Fat Laces/Fashion Brasil/Projeto Hip-Hopeducando/Fórum de Hip-Hop/Ceabra/Dos Tambores aos Toca-Discos Estruturandumanos/ Núcleo Cultural Força Ativa/ Nossa Tela/Cine Teia/ Rincon Sapiência/Microlhar/ Soul Brasil/Criefuturos/Vila dos Mônstrus/Felco/Palco para toda obra/ Igreja Ágape/Projeto Curta Guerreiros Produções/Filmagens Periféricas /Mádah Produções /Purê Volume/ Ralph 74/Grupo AfroTembriá /Elo da Corrente /Companhia do Cão / Articulação Brasileira de Jovens Feministas/ E. Mortais / Cine Cachoeira/Fábrica de Gênios /Núcleo de Comunicação Alternativa /Patota d’Firmino	Em geral, o trabalho de assessoria do CMJ buscou apoiar esses grupos culturais na elaboração e aperfeiçoamento de seus projetos. Uma grande quantidade de projetos apoiados foi encaminhada a dois editais públicos: o edital do Programa Valorização de Iniciativas Culturais – VAI, da Prefeitura do Município de São Paulo, e o do Programa de Ação Cultural – PROAC, da Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo. Com relação aos projetos de audiovisual, a assessoria contribuiu para a elaboração de roteiros de captação de imagens e no trabalho de edição final dos vídeos produzidos. Muitos grupos também foram assessorados com questões técnicas no desenvolvimento de seus produtos, como a definição dos equipamentos que poderiam ser utilizados, de quem poderia ser envolvido e das estratégias de divulgação e distribuição após o término do trabalho.
Grafiteiras.br	A articulação realizou um encontro nacional na cidade de Salvador (BA), entre os dias 02 e 05 de julho. O objetivo do encontro foi debater temas relativos à presença feminina no grafite e participação das mulheres na luta pelos direitos, além de definir metas e realizar um planejamento para a rede. Ao longo do ano, todavia, a articulação se desfez em decorrência de disputas internas e regionais.
Espaço Arterial	Ao longo do ano, com o objetivo de apoiar as jovens do Espaço Arterial na execução de seu projeto de formação de jovens bolivianos como mediadores de leitura, estratégias diversificadas foram utilizadas: aproximação de organizações que já atuam com bolivianos, participação de uma rede puxada pela Associação de Mulheres de São Paulo, identificação de escolas com presença significativa de população imigrante. Todavia, frente a um conjunto bastante significativo de dificuldades, em dezembro, as jovens negociavam junto à Prefeitura (o projeto é financiado pelo VAI) a re-adequação do projeto, alterando seus objetivos e públicos.
Grupo de Jovens de Senhor do Bonfim – BA	Organizado o Seminário de articulação do Projeto “Por uma Igara Limpa” – Problemas ambientais e saúde pública em Igara, pelo Grupo de Jovens
Grupo de 20 Jovens Comunicadores Nepso das escolas EE Maria Augusta; EE deputado Silva Prado; EE Moacyr Campos; EE Leonor Rendesi, EMEF Fernando de Azevedo e EE João Dias, para convite aos estudantes	Produzidos, mensalmente, Jornais Murais para divulgação das atividades do Nepso nas escolas EE Maria Augusta; EE deputado Silva Prado; EE Moacyr Campos; EE Leonor Rendesi, EMEF Fernando de Azevedo e EE João Dias durante o ano de 2009.

**A escolas públicas ou comunidades escolares**

<b>Organização</b>	<b>Resultados no ano</b>
E.M.E.F. Antônio Carlos de Andrada e Silva; E.M.E.J.A. Clarice Lispector; E.M. Cora Coralina; E.E. Deputado Silva Prado; E.E Dona Esperança de Oliveira Saavedra; E.E. Júlio de Carvalho Barata; E.E. Padre Nildo do Amaral Jr; E.E. Professor Adhemar Bolina; E.E Professor João Dias da Silveira; E.E. Professor Moacyr Campos; E.E. Professor Uacury Ribeiro de Assis Bastos; E.E. Professora Leonor Rendesi; E.E. Professora Maria Augusta Corrêa; E.E. Reverendo Urbano de Oliveira Pinto.	Realizadas 47 pesquisas educativas de opinião em 14 escolas.
Em Senhor do Bonfim – BA: EMEF Herculano de Almeida; Escola Municipal Passagem Velha; Escola Municipal Tanquinho; Escola Municipal Cariacá; Colégio Estadual Luis Eduardo Magalhães; Creche Escola Kolping; Centro Estudantil FUNDAME e Associação Jardim do Jericó.	Realizadas 16 pesquisas educativas de opinião em 08 instituições educacionais
Oito escolas do município de São Vicente/SP: EMEF Ercília Nogueira Cobra; EMEF Profº Lúcio Martins Rodrigues; EMEF Antônio Pacífico; EMEF Profº Renan Alves; EMEF Profº Laura Filgueiras Leite; EMEF Manoel Nascimento Júnior; EMEF Prefeito Luiz Beneditino Ferreira; EMEIEF Mauro Aparecido de Godoy.	Elaboração de oito planos de ação coletivos e implementação de suas ações
Quatro escolas do município de Santos/SP: UME Martins Fontes; UME Mário de Almeida Alcântara; UME Prof. Pedro Crescenti; UME Prof. Avelino da Paz Vieira.	Realização de quatro diagnósticos participativos junto a 213 membros da comunidade escolar e elaboração de quatro planos de ação coletivos.
Quatro escolas do município de Bauru/SP: EMEF Prof. José Romão; EMEF Profª. Dirce B. G. de Azevedo; EMEF Prof. Geraldo Arone; EMEF Thereza Tarzia.	Realização de quatro diagnósticos participativos junto a 444 membros da comunidade escolar e elaboração de quatro planos de ação coletivos.

Trinta e oito escolas da região de São José dos Campos/SP	Realização de trinta e oito diagnósticos participativos e elaboração de trinta e oito planos de ação coletivos.
---	---

#### ***A órgãos da administração pública***

<b>Organização</b>	<b>Resultados no ano</b>
Secretaria da Educação de Mauá	Retomada da parceria do Nepso com os educadores do município
Secretaria de Educação de Senhor do Bonfim – BA	Consolidação da parceria para a continuidade do Nepso no município
Prefeitura do Município de São Vicente (Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Cidadania e Ação Social)	Apropriação da metodologia Indique, acompanhamento da implementação dos planos de ação nas escolas e discussão de seus resultados por 08 técnicos da secretaria de educação e 15 coordenadores de unidades com jornada ampliada.
Prefeitura do Município de Bauru (Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal do Bem Estar Social)	Apropriação da metodologia Indique, acompanhamento das avaliações feitas em escolas e análise de seus resultados por 04 técnicos da secretaria de educação e 18 coordenadores das ONGs do contra-turno
Secretaria Municipal de Educação de Santos/SP	Apropriação da metodologia Indique, acompanhamento das avaliações feitas em escolas e análise de seus resultados por 10 técnicos da secretaria de educação e 07 coordenadores das ONGs do contra-turno

#### ***A ONGs, OSCs, instituições de ensino superior***

<b>Organização</b>	<b>Resultados no ano</b>
IPJ – Instituto Paulista de Juventude	Entre os dias 11 e 14 de junho, com o apoio da Ação Educativa, foi realizado o encontro Borandá – formação de lideranças sobre políticas públicas de juventude. Com duração de 36h, neste ano, a atividade focou-se na discussão sobre o direito à Comunicação. O encontro teve a participação de 20 participantes, que durante o encontro construíram um blog, nos quais apresentavam os principais temas discutidos.
Instituto Pólis e Ibase	Foram capacitadas as equipes sulamericanas da pesquisa Juventudes Sulamericanas para utilização da metodologia “Choicework Dialogue” em seus países; foi organizado e realizado o Diálogo Nacional Brasil, que teve 16 horas de duração e reuniu cerca de 25 jovens de vários grupos e movimentos, de várias regiões do país; foi apoiada a elaboração do caderno de trabalho - instrumento metodológico comum nos vários países.
PUC Rio de Janeiro	Firmada parceria para coordenação do Nepso no Rio de Janeiro
Universidad de Quilmes - (AR)	Firmada parceria com Universidad de Quilmes para coordenação do Nepso na Argentina
Instituto Pólis e Ibase	Foram capacitadas as equipes sulamericanas da pesquisa Juventudes Sulamericanas para utilização da metodologia “Choicework Dialogue” em seus países; foi organizado e realizado o Diálogo Nacional Brasil, que teve 16 horas de duração e reuniu cerca de 25 jovens de vários grupos e movimentos, de várias regiões do país; foi apoiada a elaboração do caderno de trabalho - instrumento metodológico comum nos vários países.

#### ***A empresas e instituto empresariais***

<b>Organização</b>	<b>Resultados no ano</b>
Produtora Mixer	A proposta de série televisiva “Brilhante Futebol Clube” foi aprovada pela FICTV/Mais Cultura, um edital que tem por objetivo fomentar a teledramaturgia independente e viabilizar a produção de minisséries voltadas para jovens das classes C, D e E, com olhar inovador.
Casa de Cultura e Cidadania – AES	Firmada parceria para disseminação da metodologia Nepso para os educadores de 6 Casas de Cultura e Cidadania (Vila Guacuri, Osasco, São José do Rio Preto, Barra Bonita, Lins e Caconde)
Instituto UNIBANCO	Elaborado Projeto de Parceria para o Programa “Jovem de futuro”

**II ATIVIDADES DE FORMAÇÃO****Dirigidas a jovens**

<b>Instituição beneficiária ou promotora</b>	<b>Turmas</b>	<b>Participantes</b>	<b>Total horas</b>	<b>Período</b>	<b>Descrição da atividade (conteúdo, resultados)</b>
Ação Educativa/ SESC Consolação	1	16	68	Set / dez	VídeoVerso: curso de produção e incorporação do vídeo digital tendo como foco a construção de videoclipes.
Ação Educativa/ Programa VAI	09	102	13	Jan	Oficinas de Elaboração de Projetos para o Programa VAI (Valorização das Iniciativas Culturais) da Prefeitura Municipal de São Paulo.
Ação Educativa	01	5	215	Jan a dezembro	Formação de Jovens Agentes pelo Direito à Educação - JADEs
EE Moacyr Campos	8	320	3	03 a 11/3/09	Oficina de sensibilização para a escolha profissional
EE Aroldo de Azevedo	12	480	3	03 a 11/3/09	Oficina de sensibilização para a escolha profissional
EE Moacyr Campos	1	12	24	10/03 a 24/04	Oficina do programa Tô No Rumo - Orientação Profissional
EE Aroldo de Azevedo	1	38	24	10/03 a 24/04	Oficina do programa Tô No Rumo - Orientação Profissional
EE Padre Nildo	1	10	24	10/03 a 24/04	Oficina do programa Tô No Rumo - Orientação Profissional
EE Maria Augusta; EE deputado Silva Prado; EE Moacyr Campos; EE Leonor Rendes, EMEF Fernando de Azevedo e EE João dias da Silveira.	1	30		24 e 25/04	Oficina de formação para Grupo de Jovens Comunicadores do Nepso - SP Conteúdo: Trabalho em rede; Jornal Mural; Fotografia; Leitura Crítica dos Meios de Comunicação.
Universidade de Caxias do Sul e pólo RS do Nepso.	1	35	4	29/08	Oficina sobre Pesquisa Multipaís que resultou na participação dos jovens, nessa atividade encerrada em dezembro/2009
Fundação Casa	97	1154 (média)	3.492	Janeiro a dezembro	388 oficinas de arte em 27 unidades da Fundação Casa onde 1204 adolescentes cumprem medida socioeducativa em regime de reclusão. As atividades estão agrupadas em 4 eixos: artes do corpo; artes visuais; artes da palavra; artes cênicas dentro dos quais há 14 modalidades de oficinas ministradas por 28 educadores. Promovemos 280 eventos/atividades especiais: 23 em espaços externos (Ação Educativa, SESC, Casas de Cultura) e 257 nas unidades atendidas pelo convênio.
Ação Educativa	11	140	28	Julho	Onze oficinas realizadas durante a Nona Semana de Cultura Hip Hop, abordando os seguintes assuntos: MC, Dança, Graffiti, Beatbox, DJ e produção musical para jovens ativistas.

Ação Educativa	03	90	06	Agosto	Oficinas realizadas durante o II Encontro de DJs de Hip Hop da Região Metropolitana de São Paulo, abordando os seguintes assuntos: produção musical, tecnologias e equipamentos e técnicas de discotecagem.
----------------	----	----	----	--------	---

**Dirigidas a educadores (professores, equipes técnicas, alfabetizadores comunitários)**

<b>Instituição beneficiária ou promotora</b>	<b>Turmas</b>	<b>Participantes</b>	<b>Total horas</b>	<b>Período</b>	<b>Descrição da atividade (conteúdo, resultados)</b>
Prefeitura Municipal de Taboão da Serra	1	40	96	Abr / jun	Formação inicial dos educadores do Projovem Urbano
Ação Educativa/IPM	01	18	16	Março	Formados na metodologia NEPSO, 11 professoras e professores, 4 alunos e alunas, 1 coordenadora pedagógica, de 11 escolas públicas dos municípios de São Paulo e Mauá, e duas graduandas de uma faculdade privada de Mauá.
Escola Família Agrícola de Monte Santo	01	15	16	21 e 22/03	Formados, na metodologia Nepso, 15 professores e professoras, XX alunos e monitores da EFA
Ação Educativa	01	30	30	Abril a Dezembro	Formado grupo de cerca de 30 professores de 14 escolas públicas dos municípios de Mauá, São Paulo e Biritiba Mirim, que desenvolveram pesquisas educativas de opinião com estudantes durante o ano.
Ação Educativa	02	33	4	Março	Apresentada e debatida a experiência do NEPSO no Pólo São Paulo com professores e equipes técnicas da E.M.E.F. Juarez Távora
Ação Educativa	01	25	3	Março	Apresentada e debatida a experiência do NEPSO no Pólo São Paulo com supervisores e equipes técnicas da rede municipal de Mauá.
Ação Educativa	01	20	2	Abril	Apresentada e debatida a experiência do NEPSO no Pólo São Paulo com professores da E.E. Julio de Carvalho Barata.
Ação Educativa	01	5	2	Abril	Apresentada e debatida a experiência do NEPSO no Pólo São Paulo com professores e equipes técnicas da E.E. Padre Nildo do Amaral Jr.
Ação Educativa	01	15	2	Maio	Apresentada e debatida a experiência do NEPSO no Pólo São Paulo com professores e equipes técnicas da E.M.E.J.A. Clarice Lispector.
Ação Educativa e Secretaria da Educação de Vicência - PE	02	38	16	09 e 10/07	Formados 38 educadores de 28 escolas em Vicência - PE
Ação Educativa	02	160	8	Set	Debatida a situação de violência nas escolas e apresentadas alternativas de resolução dos conflitos no ambiente escolar para diretores de escolas municipais da DRE São Mateus/SP.
Instituto Embraer	05	70	20	Agosto	Capacitação para utilizar metodologia Indique para avaliação participativa da escola

SME de São Vicente/SP	01	269	124	Março a dezembro	Assessoria na elaboração e implementação de planos de ação junto à oito escolas da rede.
SME de Santos/SP	01	31	56	Março a dezembro	Formação na metodologia de avaliação Indique e análise dos resultados da avaliação em quatro escolas da rede.
SME de Bauru/SP	01	45	56	Março a dezembro	Formação na metodologia de avaliação Indique e análise dos resultados da avaliação em quatro escolas da rede.
Prefeitura Municipal de Ipatinga (MG)	04	100	32	Nov / dez	Formação de educadores da Educação de Jovens e Adultos do ensino fundamental da rede municipal de Ensino de Ipatinga. A formação foi organizada por áreas de conhecimento com foco na construção de propostas interdisciplinares na EJA.

***Dirigidas a ativistas de movimentos sociais, agentes de ONGs***

<b>Instituição beneficiária ou promotora</b>	<b>Turmas</b>	<b>Participantes</b>	<b>Total horas</b>	<b>Período</b>	<b>Descrição da atividade (conteúdo, resultados)</b>
Instituto ibi	1	8	24 horas presenciais e 10 horas à distância	30/06 a 17/11	Formação inicial sobre letramento em espaços educativos não-escolares para 4 organizações com projetos apoiados pelo Instituto ibi. Apoio à distância (e-mails e reuniões telefônicas) no desenho de planos de ação. Avaliação do processo.
Projeto Arrastão/Movimento Creche para Todos	1	30	3	1	Atividade de sensibilização para participação em Dia de Cadastro e Mobilização do Movimento Creche para Todos

**III PROMOÇÃO DE EVENTOS**

<b>Nome do evento</b>	<b>Parceiros</b>	<b>No de participantes</b>	<b>Local</b>	<b>Data</b>	<b>Descrição, resultados</b>
Conferência Livre de Juventude e Comunicação	Viração FES/Ildes Intervozes Aprendiz Cipó	60	São Paulo/SP	25/7	Atividade preparatória para a I Confecom (Conferência Nacional de Comunicação). Os participantes elaboraram uma carta da juventude dirigida aos participantes da plenária nacional e construíram propostas nos seguintes eixos: a) imagem do jovem na mídia; b) participação popular; c) internet e novas tecnologias; d) comunicação e diversidade; e, e) mídia e educação.
Lançamento do livro Forito: Jovens Feministas Presentes.	FES/ UNIFEM	57	São Paulo/SP	11/12	Foi lançado o livro que reúne artigos de jovens feministas. A atividade contou com momento de diálogo intergeracional e depoimento das participantes.
Encontro Forito	FES	20	São Paulo/SP	12 e 13/12	Levantamento de novas questões e pautas para o movimento feminista. Avaliação e balanço do espaço de articulação.
Roda de conversa: A atual Política Nacional para o Ensino Médio		30	São Paulo/SP	03/09	Debate em torno de dois aspectos da política nacional de Ensino Médio: obrigatoriedade e Programa Ensino Médio Inovador
Conferência Livre de Segurança e Juventude	Instituto Sou da Paz CCJ Viração Ilanud	80	São Paulo/SP	04/07	A organização do evento refletiu o esforço das organizações para identificar e discutir as interfaces entre o tema da segurança pública e da juventude. A presença da Ação Educativa possibilitou introduzir o enfoque de direitos da juventude, numa discussão temática que costuma ter como ponto de partida a culpabilização e /ou controle dos jovens. A Conferência produziu um documento que foi enviado à Conferência Nacional de Segurança, com o foco específico no direito dos jovens.
Lançamento do Livro "Letramentos no Ensino Médio"	Diretoria de Ensino Leste 1	50	São Paulo/SP	25/3	O lançamento permitiu a apresentação da publicação e o debate de seus pressupostos teórico-metodológico com as autoras.

Seminário Nacional de Políticas para o Ensino Médio	MEC, CONSED, CONJUVE, UNICEF, UNESCO, Observatórios da Juventude UFMG e UFF, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, CNTE, Institutos Unibanco, Tribos Jovens e Votorantim, FEEVALE, UBES, Itaú Social, Cipó, OEI, FUNAI	500	Brasília/DF	22 a 24/09	O Seminário reuniu boa diversidade de segmentos e de pessoas de todo país, conseguindo promover uma discussão abrangente sobre o Ensino Médio, em suas diversas facetas. Mas também refletiu a fragilidade das políticas e da atuação da sociedade civil nesse âmbito, revelando discussões pouco aprofundadas. Em termos currículo verificou-se certo consenso sobre a necessidade de políticas curriculares flexíveis e ajustadas às diferentes realidades e públicos do ensino médio no país.
I Seminário Regional de Qualificação Nepso – São Paulo/Capital	IPM e escolas públicas	300	São Paulo/SP	23/05	Apresentação do trabalho de qualificação das temáticas das pesquisas de opinião que estavam sendo realizadas por alunos e professores de escolas públicas da Capital e do município de Biritiba Mirim. Discussão sobre essas temáticas com especialistas.
I Seminário Regional de Qualificação Nepso – São Paulo - Mauá	IPM, e escolas públicas	150	Mauá/SP	27 e 29/05	Apresentação do trabalho de qualificação das temáticas das pesquisas de opinião que estavam sendo realizadas por alunos e professores de escolas públicas de Mauá. Discussão sobre essas temáticas com especialistas.
Seminário Estadual do Nepso - SP	IPM e e escolas públicas	450	São Paulo/SP	07/11	Apresentação dos trabalhos de pesquisa de opinião realizados por alunos e professores de escolas públicas do Estado de São Paulo. Realização de oficinas educativas, por técnicos do IBOPE
Seminário Senhor do Bonfim lançamento da Revista <i>Jovens, escola e comunidade</i> , que relata as experiências do NEPSO, de 2007 a 2009, em Senhor do Bonfim.	Save the Children/UK, Escolas .... Prefeitura do município de Senhor do Bonfim	530	Senhor do Bonfim/BA	12/11	Apresentação de 16 pesquisas educativas de opinião realizadas pelas escolas e instituições educativas durante o ano letivo de 2009
IV Seminário Regional do Nepso – São Paulo - Mauá	IPM, e escolas públicas	150	Mauá/SP	14/11	Apresentação dos trabalhos de pesquisa de opinião realizados por alunos e professores de escolas públicas do município de Mauá.

VIII Congresso Internacional do Nepso	IPM, UNESCO, Universidade de Caxias do Sul, UFMG, UFPR	70	São Paulo/SP	18/11 a 21/11	Reuniu alunos, professores e coordenadores dos estados de SP, RJ, PR, MG, PE, RS, DF e BA (Brasil) e da AR, CL, CO e MX e Portugal.
Roda de Conversa sobre o Projeto "Um novo direito à cidade: Políticas Públicas Integradas – Um estudo de caso de Escolas Municipais em função da experiência com a Metodologia NEPSO"	Ação Educativa e Cátedra Gestão de Cidades/ Universidade Metodista	10	São Paulo/SP	26/11	Reuniu pesquisadores, professores e gestores públicos para a discussão da segunda Fase do Projeto financiado pela FAPESP
IV Seminário Regional do Nepso – São Paulo – Capital	IPM e escolas públicas	200	São Paulo/SP	28/11	Apresentação dos trabalhos de pesquisa de opinião realizados por alunos e professores de escolas públicas da Capital e do município de Biritiba Mirim.
Seminário Indicadores da Qualidade na Educação: Avanços e Desafios na Garantia do Direito à Educação	Secretarias Municipais de Educação e Cidadania e Ação Social de São Vicente; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundação Telefônica	100	São Vicente/SP	04/11	Socialização dos resultados do projeto Indique desenvolvido em parceria com oito escolas da rede municipal de ensino
Audiência Pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados	Unesco e Comissão da Educação e Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação	60	Brasília/DF	25/03	Foi apresentado o informe parcial da missão sobre Educação nas Prisões Brasileiras para autoridades do executivo, legislativo e judiciário.
Seminário para escolas do projeto Educação e Relações Raciais		45	São Paulo/SP	28/10	Adesão de parte das escolas para a segunda etapa do projeto

Seminário Ações Afirmativas no Brasil, no qual foi lançado o livro Caminhos Convergentes: Estado e Sociedade na Superação das Desigualdades Raciais no Brasil	Action Aid e Fundação Heinrich Böll	60	São Paulo/SP	06/08	Divulgação do artigo "Os desafios da ação afirmativa no Judiciário e Legislativo brasileiro" de Adilson Moreira. O artigo recebeu o prêmio Ruth Cardoso, da Universidade de Harvard, pela qualidade do artigo elaborado como resultado do estágio na Ação Educativa.
Seminário "A sociedade civil e o plano de educação da cidade: o que São Paulo ganha com isso?"	Movimento Nossa São Paulo	60	São Paulo/SP	17/10	Evento de pré-lançamento do processo de construção participativa do Plano de Educação da Cidade de São Paulo
A educação como direito humano: a escola na prisão	IPF, Ilanud, AlfaSol	300	Belém/PA	29/01 e 30/01	Atividade constituída por rodas de conversa, um seminário e uma oficina de trabalho. Os encontros tiveram como principal desdobramento a criação de um grupo de trabalho voltado à mobilização pela formulação e implementação de políticas educacionais nas prisões do País
Seminário Desafios da Conjuntura: Direitos autorais e educação	GPOPAI	80	São Paulo/SP	24/03	O evento foi marcado pela presença de ativistas do campo da cultura livre, o que possibilitou a aproximação com atores da educação. O principal resultado foi a aproximação da Ação Educativa com a temática, que trouxe desdobramentos políticos ao longo do ano.
Seminário Desafios da Conjuntura: "Resultados e desafios do Plano de Desenvolvimento da Educação"	Observatório da Equidade/CDES	200	São Paulo/SP	14/09 e 15/09	A atividade reuniu gestores, educadores, organizações da sociedade civil e pesquisadores, sendo uma das únicas iniciativas de balanço do PDE. Destaca-se a presença do Ministro da Educação e também do Conselho de Educação do Estado de SP.
Seminário Desafios da Conjuntura – A falta do professor		50	São Paulo/SP	15/10	A atividade reuniu pesquisadoras/es e professores/as das redes públicas de São Paulo e o debate permitiu elucidar algumas das questões envolvidas no tema do absentismo docente.
Dia do Graffiti	09	800	São Paulo/SP	27/03 a 24/05	Realização de Exposição com 32 trabalhos de grafiteiros grafiteiras, realização de 5 intervenções artísticas de rua e três sessões de debates. A exposição estimulou os artistas de rua a transportarem para a tela os desenhos que fazem nos muros; os debates abriram uma importante perspectiva de diálogo entre diversas correntes da arte de rua, inclusive com pichadores. Houve a participação de três adolescentes que cumprem medida socioeducativa em regime de Internação. Os três apresentaram trabalhos na Exposição e participaram do evento de abertura.

Nona Semana de Cultura Hip Hop	19	900	São Paulo/SP	27/07 a 31/07	01 Festival de Basquete de Rua; 11 oficinas; 024 sessões de debates; 01 mostra de filmes; 01 palestra; 04 pockets show e 01 show. O evento teve como tema a indagação: O que sou? O que Penso? Subjetividades e Resignificações. Houve a participação de grupos de rap formado por adolescentes internos da Fundação Casa e a participação do raper espanhol El Chojin
II Encontro de DJs de Hip Hop da Região Metropolitana de São Paulo	03	900	São Paulo/SP	01/08 e 02/08	23 performances; 02 oficinas; 01 mostra de filmes, 02 sessões de debate e uma festa. A iniciativa, novamente realizada no Centro Cultural São Paulo em parceria com o Centro Cultural da Espanha, confirmou o grande interesse nomeio do hip hop ao destacar um de seus elementos e discutir sua relação com os outros três elementos da cultura ( b boy, MC e o Graffiti ).
II Mostra Cultural da Cooperifa	07	5000	São Paulo/SP	19/10 a 25/10	Evento promovido pela Cooperifa, do qual fomos parceiros e co-realizadores. Foram 06 debates; 02 saraus; 01 feira de livros; 02 espetáculo cênico; 01 Mostra de Filmes; 01 espetáculo de dança; 06 shows. O evento contou com a presença de debatedores de outros estados, além de uma Cia. de Teatro da Espanha.
VII Feira Preta	20	10000	São Paulo/SP	13/12	Diversas atividades abordando moda, culinária, beleza, decoração, culinária, música, filmes, literatura, fotografia, artes plásticas, religiões, empreendedorismo e diversidade tudo dentro do universo afro-brasileiro. Realizado No Palácio das Convenções do Anhembi, o evento atraiu um grande público e consolidou a iniciativa como a maior do Brasil. O evento é promovido pela Preta Multimídia e a Ação Educativa é co-realizadora. Em 2009 o tema do evento incorporou a cultura indígena.
Sarau do Rap: Poesia das Ruas	01	440	São Paulo/SP	Janeiro a novembro	Evento regular realizados mensalmente sempre na última quinta-feira do mês, na Ação Educativa, coordenado pelo poeta Sergio Vaz. Foram 11 sessões com 40 pessoas em média cada. É um espaço para o exercício da criação poética do Rap
Suburbano no Centro	01	640	São Paulo/SP	Março a novembro	Evento co-realizado com o produtor e apresentador de TV Alessandro Buzo da Suburbano Convicto e que reuniu em oito sessões, 40 grupos de rap, sempre 05 em cada noite, atraindo um público de 80 pessoas em cada encontro. Esse evento amplia a inserção da Ação Educativa no movimento hip hop pra além da tradicional Semana de Cultura Hip Hop, além de abrir um importante espaço para os jovens que ainda não estream nos palcos. A partir de 2009, além de novos talentos, houve pelo menos uma atração mais destacada.
Exposição Cidadão Comum	03	120	São Paulo/SP	18/08 a 10/10	Exposição de grffitis do artista plástico RIM. As obras foram expostas em bunnners e propunha uma reflexão sobre a sociabilidade dos homens e mulheres simples e a vida cotidiana na MetrÓpole.

Samba da Comunidade	01	1200	São Paulo/SP	Março a dezembro	Espaço regular de apresentação de rodas de samba de comunidade na Ação Educativa. Foram 10 encontros com 910 rodas diferentes, fortalecendo o Espaço de Cultura uma referência importante para esses grupos culturais da periferia.
Oficina Justiciabilidade dos Direitos Humanos e Democratização da Justiça, no Fórum Social Mundial	Terra de Direitos, Comissão Pastoral da Terra e MST	400	Belém/PA	28/01	Aprofundar o papel desenvolvido pela advocacia popular no Brasil, já que desde a década de 90 tornou-se perceptível um afastamento entre organizações populares e poder judiciário. A oficina no FSM, com a participação do Prof. Boaventura de Sousa Santos, foi um espaço de discussão e ampliação dos debates, reunindo advogados populares, movimentos sociais e organizações da sociedade civil.
Fórum de Discussão sobre a Educação Infantil no Município de São Paulo	Movimento Creche para Todos Comissões Legislativas da Câmara Municipal de São Paulo	300	São Paulo/SP	Fevereiro a Outubro	Controlar as políticas públicas, incidir no debate legislativo e pressionar por mais recursos orçamentários.
Seminário sobre Políticas Públicas de Educação Infantil em São Paulo	Movimento Creche para Todos	50	São Paulo/SP	14/03	Aprofundar o estudo das políticas públicas de educação infantil, a realidade paulistana e estabelecer possibilidades de intervenção da sociedade civil e do sistema de justiça.
Seminário de Planejamento Anual do Movimento Creche para Todos	Movimento Creche para Todos	40	São Paulo/SP	12/08	Teve como objetivo estipular ações estratégicas para o período de matrículas que se iniciaria. Também nesse momento foram pensadas iniciativas capazes de incidir nos aspectos qualitativos do atendimento infantil, que poderiam ser levadas ao Judiciário, como a superlotação de salas, as desigualdades de padrões de atendimento entre as redes direta e conveniada e a antecipação compulsória e ilegal da transferência de crianças de 3 (três) anos de creches para Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI).

Dia de Cadastro e Mobilização por uma Educação Infantil de Qualidade na Cidade de São Paulo	Movimen- to Creche para Todos	1.500	São Paulo/SP	24/10	Exigir o cumprimento das decisões judiciais (das organizações, do MP e da Defensoria) referentes à garantia de acesso à educação infantil como dar maior visibilidade geral ao tema. Além disso, os cadastros realizados durante as atividades de mobilização embasariam novas demandas administrativas e judiciais
Oficina Temática O Direito à Educação de Jovens e Adultos - Censo específico de demanda e estratégias de exigibilidade	Fórum EJA São Paulo	40	São Paulo/SP	12/09	Reforçar a mobilização por uma postura ativa do Estado no campo da EJA e, nesse sentido, pensar novas estratégias de exigibilidade do direito.
Debate Estado Laico e Ensino Religioso nas Escolas Públicas: implicações da proposta de Acordo entre o Brasil e a Santa	ATEA - Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos, Católicas pelo Direito de Decidir, Conectas Direitos Humanos, CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Consulta Popular, Geledés - Instituto da Mulher Negra, Grupo de Pesquisa Discriminação, Preconceito, Estigma (FEUSP), Iniciativa Brasil para Todos e Marcha Mundial de Mulheres	50	São Paulo/SP	17/08	Incidir no debate legislativo sobre o Acordo entre o Brasil e a Santa Sé, com a participação dos deputados Ivan Valente (PSOL-SP) e Chico Abreu (PR-GO) - relator da matéria (Mensagem nº 134/2009) na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

**IV PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS****Internacionais**

<b>Nome</b>	<b>Promotor</b>	<b>Local</b>	<b>Data</b>	<b>Tipo de intervenção</b>
Colóquio: A escola e os adolescentes	CLADE/OEI	Brasília/DF	06/05	Debatedora
Conferência Internacional de Documentário	SESC	São Paulo/SP	02/04 e 03/04	Participação
XI Colóquio Internacional sobre Poder Local	UFBA, Escola de Administração da UFBA e CIAGS	Salvador/BA	14/12 a 16/12	Apresentação de trabalho: "Superação da Sujeição a Partir da Experiência com a Metodologia NEPSO"
Festival Prix Jeunesse Iberoamericano	SESC-SP, MídiaTiva e Instituto Goethe	São Paulo/SP	13/10 e 14/10	Acompanhar Jovens Comunicadores do Nepso - SP
II Fórum Nacional Preparatório para CONFINTEA VI	ICAE	Montevideo/Uruguai	23/04 a 25/04	Co-Organização/Palestrante
CONFINTEA VI	UNESCO/MEC	Belém/PA	01/12 a 04/12	Palestrante
Cooperação e Solidariedade Brasil e França – Democracia e Luta contra as Desigualdades e a Exclusão	ABONG/Cordenat io Sud (rança)	Brasília/DF	21/10 e 22/10	Participação
Forum Social Mundial	FSM	Belém/PA	28/01 a 31/01	Palestrante Preparação e lançamento do FISC – Fórum Internacional da Sociedade Civil
Fórum Internacional de Sociedade Civil preparatório à VI Confintea	Comitê Internacional	Belém/PA	28/11 a 1/12 de 2009	Palestra sobre Educação nas Prisões em Painel sobre a Educação como Direito Humano
I Congresso Internacional de Saúde da Criança e do Adolescente	Faculdade de Saúde Pública (USP).	São Paulo/SP	01/08/2009	Coordenação da Conferência 1: As questões da educação de crianças e adolescentes no Brasil.
I Congresso Internacional de Saúde da Criança e do Adolescente	Faculdade de Saúde Pública (USP).	São Paulo/SP	01/08/2009	Conferência 3: Educação Infantil: obrigação ou direito?

**Nacionais**

<b>Nome</b>	<b>Promotor</b>	<b>Local</b>	<b>Data</b>	<b>Tipo de intervenção</b>
13ª Edição do Cultura Inglesa Festival	British English Council/Cultura Inglesa	São Paulo/SP	12/05 e 13/05	Participação
Oficina Técnica sobre Trabalho Decente para a Juventude	OIT/SNJ/MTE	Brasília/DF	02/07	Participação
Audiência pública sobre o Programa Ensino Médio Inovador	Conselho Nacional de Educação	Brasília/DF	01/06	Exposição de parecer
Encontro do Conselho Diretor do Instituto ibi e parceiros	Instituto ibi	Barueri/SP	02/03	Palestra: Educação, Juventude e o Mundo do Trabalho
Seminário sobre Práticas Pedagógicas de Educação Juvenil	Casa da Juventude de Goiânia	Goiânia/GO	12/09	Palestra

Seminário Nacional de Políticas para o Ensino Médio	MEC e parceiros	Brasília/DF	23/04	Exposição
Encontro do Programa Caminhos e Trilhas	Instituto ibi	Atibaia/SP	03/04	Palestra: Educação, Juventude e o Mundo do Trabalho
17º Congresso de Leitura (COLE).	ALB - Associação de Leitura do Brasil	Campinas/SP	22/07	Coordenação da Mesa redonda Educação de Jovens e Adultos.
Seminário de Formação de Educadores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) Fase I.	Secretaria Estadual de Educação do Paraná	Curitiba/PR	28/04 e 29/04	Palestra sobre a Educação de Jovens e Adultos na Fase I.
IX Seminário "Escola e Pesquisa – Um encontro possível"	Universidade de Caxias do Sul - RS	Caxias do Sul/RS	28/08	Palestra "Aprendizagens em Rede"
Seminário Estadual do Nepso/Paraná		Curitiba/PR	01/12 e 02/12	Palestra "Aprendizagens em Rede"
Reunião dos parceiros da Save The Children	Save The Children	Recife/PE	13/12 a 16/12	Participação
I Seminário Nacional de Controle Social	Controladoria Geral da União	Brasília/DF	25/09 a 27/09	Palestra "Observatório da Educação – uma experiência de monitoramento das políticas educacionais"
Semana de Ação Mundial 2009 - Aula Pública (Congresso Nacional)	Campanha Nacional Pelo Direito a Educação	Brasília/DF	28/04	Palestrante (déficits de leitura, taxas de analfabetismo e situação de EJA)
Encontro apoio internacional ao desenvolvimento local	Centro Luiz Freire	Recife/PE	10/04	Palestrante
32ª Reunião da Anped	Anped	Caxambu/MG	04/10 a 07/10	Apresentação de Trabalho
Seminário: política externa e modelo de desenvolvimento: um balanço da Era Lula e perspectivas para nossa atuação	Rebrip	Rio de Janeiro/RJ	04/11 e 05/11	Palestrante
Fórum Internacional da Sociedade Civil – F.I.S.C.	Ação Educativa/ASPBAE/CEAA L/CLADE/ICAE/The African Platform	Belém/PA	28/11 a 30/11	Co-Organização/Palestrante
V Reunião da ABAVE 2009	ABAVE	Salvador/BA	03/06 e 05/06	Apresentação de trabalho
I Seminário Nacional sobre materiais didáticos e literários para Educação de Jovens e Adultos	UFRN	Natal/RN	09/11	Palestrante
Rede Nossas Crianças	Fundação Abrinq	São Paulo/SP	22/09	Apresentação dos Indicadores da Qualidade na Educação para membros da Rede Nossas Crianças da Fundação Abrinq
Reunião do Comitê Técnico da Unesco para a elaboração do Relatório de Monitoramento de EPT-Brasil	Unesco	Brasília/DF	19/03	Apresentação de contribuições para a produção do Relatório de Educação Para Todos nacional

Lançamento do Plano Nacional de Implementação das DCNs para a EREER e Ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira	SEPPIR	Brasília/DF	13/05	Participação
Reunião do Projeto Relatores da Plataforma DHESCA	Plataforma DHESCA	Brasília/DF	16/04 e 17/04	Participação
Comitê de Seleção de Projetos do Fundo Brasil de Direitos Humanos	Fundo Brasil de Direitos Humanos	São Paulo/SP	24/06 e 25/06	Participação no comitê de seleção dos projetos.
Espaço de Articulação Brasil-África	Rede de Diálogo entre os Povos	São Paulo/SP	03/11	Participação
Seminário de Avaliação de Parceiros de Save the Children UK	Save the Children UK	Recife/PE	13/12 a 15/12	Participação
Coletiva de Imprensa para o lançamento do Relatório Nacional do Unicef "O Direito de Aprender"	Unicef	São Paulo/SP	09/06	Participação na mesa que comentou os principais resultados do Relatório.
Congresso 'Direito, política e economia: interseções e fronteiras no reconhecimento e implementação de direitos'	ESMPU-MPF; PRR 3ª Região.	São Paulo/SP	10/11	Conferência no Módulo 2 - Judicialização de políticas públicas na área de educação.
Seminário 'Financiamento da Educação no Governo Lula' - Fórum Social Mundial 2009	Campanha Nacional pelo Direito à Educação	Belém/PA	29/01	Conferência 'O financiamento da educação no governo Lula'.
Seminário "Brasil: movimentos e organizações e sua relação com o setor privado"	Abong; Oxfam Internacional	Brasília/DF	01/09 e 02/09	Palestrante
Ciclo de Debates: Desafios de Justiça - Novos Direitos na Suprema Corte Brasileira /.	Anis / NEPeM-UnB	Brasília/DF	17/11	Conferência: Se o estado é laico, como existe ensino religioso nas escolas públicas?
Seminário Nacional 20 Anos de Direitos de Crianças e Adolescentes	CONANDA, SEDH, UNICEF e INESC	Brasília/DF	15/10	Participação em mesa de debates: 20 anos de direitos - Balanço de uma trajetória

### **Regionais / Estaduais / Municipais**

<b>Nome</b>	<b>Promotor</b>	<b>Local</b>	<b>Data</b>	<b>Tipo de intervenção</b>
Audiência sobre a situação do Projovem na cidade de São Paulo	Comissão Extraordinária Permanente dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude	São Paulo/SP	31/03	Participação
Avaliação da Comissão Extraordinária Permanente dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude	Comissão Extraordinária Permanente dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude	São Paulo/SP	30/06	Participação
Seminário Educação Popular e Juventudes: interseções possíveis	Nova Pesquisa	Rio de Janeiro/RJ	01/12	Palestra: Juventudes brasileiras: desafios e perspectivas

CONAE Etapa Estadual	MEC/SEE-SP e parceiros	São Paulo/SP	03/10	Participação
Seminário "A EJA no Horizonte" UFMG	UFMG	Belo Horizonte/MG	05/06	Palestra
Seminário do Setorial de Educação do Partido dos Trabalhadores - PT	Setorial de Educação/PT	São Paulo/SP	01/08	Palestra
Seminários de Juventude	Prefeitura Municipal do Embu	Embu/SP	27/11	Exposição: contribuições para a construção das políticas públicas de juventude no município do Embu
Formação de professores	USP	São Paulo/SP	14/08	Participação
XII Congresso de Iniciação e Produção Científica	Universidade Metodista de São Paulo	São Bernardo do Campo/SP	28/10	Palestrante da mesa-redonda "Desafios na implementação da experiência com a Metodologia NEPSO no Grande ABC"
Colóquio sobre o Projeto "Um novo direito à cidade: Políticas Públicas Integradas – Um estudo de caso de Escolas Municipais em função da experiência com a Metodologia NEPSO".	Cátedra Prefeito Celso Daniel/ Universidade Metodista de São Paulo	São Bernardo do Campo/SP	08/10	Apresentação do projeto financiado pela FAPESP: Um novo direito à cidade: Políticas Públicas Integradas – Um estudo de caso de Escolas Municipais em função da experiência com a Metodologia NEPSO
Colóquio da Cátedra Gestão de Cidades – Prefeito Celso Daniel	Cátedra Prefeito Celso Daniel/ Universidade Metodista de São Paulo	São Bernardo do Campo/SP	13/05	Participação de temáticas pesquisadas por alunos e alunas da Rede Municipal de Mauá, com a metodologia NEPSO
Conferência Livre Segurança Pública	Fundação Getúlio Vargas	São Paulo/SP	29/06	Participação
Mesa de Diálogo: Educação em prisões	Ibccrim	São Paulo/SP	01/07	Palestra "A educação em prisões"
Movimentos sociais e segurança pública: a construção de um campo de direitos	Ilanud	São Paulo/SP	28/08 e 29/08	Palestra "Grupos específicos, violações generalizadas"
I Seminário de Educação em Prisões no estado de Rondônia	Unesco/Governo do Estado de Rondônia	Porto Velho/RO	05/08 a 07/08	Palestra: "A sociedade civil e a educação nas prisões"
Encontro Estadual de EJA	Fórum de EJA de SP	Guarulhos/SP	14/03 e 15/03	Palestrante
Seminário: São Paulo 2022, Visões, Desejos e Caminhos	ETHOS / ISA / Escola da Cidade	São Paulo/SP	01/09 e 02/09	Palestrante
Conferência Municipal de Cultura de São Paulo	Conselho Municipal de Cultura	São Paulo/SP	24/10 e 25/10	Participação com dois delegados
Seminário Regional de Lançamento do Plano Nacional de Implementação das DCNs para a ERER e Ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira	SEPPPIR	Rio de Janeiro/RJ	14/10	Participação
Conferência Municipal de Educação (processo CONAE)	Comissão Municipal Organizadora	São Paulo/SP	15/08 e 16/08	Participação com delegados
Conferência Estadual de Educação (processo CONAE)	Comissão Estadual Organizadora	São Paulo/SP	02/10 a 04/10	Palestra e participação com delegados

Seminário dos Fóruns Permanentes de Educação e Diversidade da região sudeste	SECAD/MEC	Rio de Janeiro/RJ	15/10 e 16/10	Participação como representante do Fórum São Paulo
I Fórum de Ensino Superior sobre História e cultura Afrobrasileira e Indígena	CONE Coordenação de Assuntos da População Negra	São Paulo/SP	29/10 e 30/10	Debatedora
Seminário do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial de São Paulo	Secretaria de Educação de São Paulo	São Paulo/SP	26/11 e 27/11	Participante
Reunião de Apresentação dos Trabalhos dos Intercambistas do Centro David Rockefeller	Centro David Rockefeller da Universidade de Harvard	São Paulo/SP	04/08	Participação
Seminário de Lançamento do Plano Nacional da 10.639 na região Sudeste	Seppir, Secad/MEC e Unesco	Rio de Janeiro/RJ	14/10	Participação
Conferência Intermunicipal de Educação da Região Metropolitana Oeste.	Prefeitura Municipal de Osasco / REMEC	Osasco/SP	06/06	Conferência no Eixo 1: Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade: organização e regulação da educação nacional.
IV Conferência Municipal de Educação de Osasco	Prefeitura Municipal de Osasco / Secretaria de Educação	Osasco/SP	03/07	Conferência: Políticas de financiamento para a construção de uma educação de qualidade: perspectivas atuais.
Conferência Municipal de Educação de Guarulhos	Prefeitura Municipal de Guarulhos / Secretaria de Educação	Guarulhos/SP	27/06	Conferência no Eixo 5: Financiamento da Educação e Controle Social.
Conferência Intermunicipal de Educação - Pólo Guarulhos.	Prefeitura Municipal de Guarulhos / REMEC	Guarulhos/SP	22/08	Conferência no Eixo V - Financiamento da Educação e Controle Social

### Locais

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de intervenção
Debate: Como Interferir na Política Cultural?	Instituto Polis	São Paulo/SP	04/04	Participação
Debate: Questão de gênero no grafite	Ação Educativa	São Paulo/SP	08/04	Participação em grupo de diálogo, com seis participantes durante a Semana do Grafite.
Jornada Formativa Viração	Viração	São Paulo/SP	06/10	Palestra
Curso de Resolução Alternativa de Conflitos – Mediação Escolar	Centro Paula Souza	São Paulo/SP	22/10 e 23/10	Participante
Seminário Pró-menino: Construindo um mundo sem trabalho infantil	Fundação Telefônica	São Paulo/SP	13/05 e 14/05	Palestrante
Curso Cidade Aprendiz – Seminário Cidade e o 3º Setor	ONG Aprendiz	São Paulo/SP	19/08	Palestrante
Seminário - O Plano de Desenvolvimento da Educação - resultados e desafios	Ação Educativa	São Paulo/SP	14/09 e 15/09	Palestrantes

Favela Toma Conta	Suburbano Convicto	São Paulo/SP	Maio/Julho e Outubro	Co-organização de três shows musicais, sendo em maio no CEU Veredas, Julho no CEU Curuçá e Outubro numa rua do bairro junto a uma Favela.
Indicadores da Qualidade na Educação	APAE/SP	São Paulo/SP	17/10	Apresentação dos Indicadores da Qualidade na Educação para gestores da rede municipal de São Paulo durante curso promovido pela APAE

**V PARTICIPAÇÃO EM REDES, FÓRUNS, ARTICULAÇÕES INTERSETORIAIS E CONSELHOS DE REPRESENTANTES**

<b>Nome</b>	<b>Resultados no período</b>
Fórum Vídeo Popular	Ampliou a rede de relações dos jovens que produzem audiovisual nas periferias dos circuitos já consolidados, favorecendo que eles se encontrem, planejem e realizem ações conjuntas, como foi o caso do projeto Circuito de Exibição do Vídeo Popular, encaminhado e aprovado no Programa VAI em 2009. O projeto realizou a Semana de Vídeo Popular, publicou duas revistas e o fortaleceu o circuito exibidor alternativo.
Conjuve – Conselho Nacional de Juventude	Até o mês de março, a Ação Educativa ocupou a vice-presidência do Conjuve. De abril a dezembro, assumiu a coordenação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Programas e Políticas de Juventude.
Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública	O Fórum foi espaço de debate e troca de informações sobre as atuais políticas da SEE-SP; gerou textos de posicionamento a respeito da reforma curricular e da educação à distância, que foram distribuídos aos participantes da Conae estadual. O espaço mostra-se fragilizado pois a coordenação executiva encontra-se sobrecarregada com pautas sindicais específicas e, ao mesmo tempo, o Fórum não conseguiu trazer atores-chave para uma participação efetiva, como é o caso da Apeoesp. A Ação Educativa é a única ong que participa do espaço, sendo as demais entidades sindicais.
Juventude Sampa	Esta articulação de grupos, movimentos e organizações de juventude foi formada com o objetivo de intervir no processo de eleição e funcionamento do Conselho Municipal de Juventude, afirmando uma plataforma de defesa de direitos.
Fórum em Defesa da Escola Pública	Realizadas 14 reuniões em 2009 e elaboradas publicações com análises e crítica das políticas da secretaria de educação do estado de São Paulo
Campanha Nacional pelo Direito à Educação	Realizadas as Conferências de Educação no âmbito municipal (cidade de São Paulo) e estadual (SP). Elaborado Documento Final de Emendas, que é base para a Conferência Nacional de Educação - CONAE
Conselho da Comunidade da Comarca de São Paulo	Criação de um Grupo de Trabalho sobre educação nas prisões
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social/CDES	Participação regular nas reuniões
Conselho Técnico Científico da Educação Básica/CAPES/MEC	Participação regular nas reuniões
Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos – CNAEJA/MEC	Participação regular nas reuniões
Plataforma DHESCA Brasil	Ação Educativa foi reconduzida à coordenação colegiada da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – Plataforma DhESCA Brasil
GT Educação do Movimento Nossa São Paulo	Participação regular nas reuniões e representação do GT Educação na Comissão Executiva do Plano de Educação da Cidade de São Paulo.
Movimento Creche para Todos	Atuação nessa articulação informal de entidades e militantes sociais que têm como objetivo lutar pela inclusão educacional de qualidade de todas as crianças em unidades de educação infantil.
Rede de Pontos de Mídia Livre em	A Rede reúne as organizações vencedoras do Edital Ponto de Mídia Livre. No

Recife , Pernambuco, Novembro	primeiro encontro, estabeleceram-se as diretrizes para organização desta Rede. No segundo, com caráter formativo, discutiu-se a articulação desta Rede com a Rede dos Pontos de Cultura, e foram debatidas as políticas de cultura do Governo Federal.
Comissão do Plano de Educação de SP	Atuamos na Comissão como representante do Movimento Nossa São Paulo. Foram mais de vinte reuniões ao longo do ano para estruturar a metodologia, elaborar o texto-base e o folheto de divulgação, regimento interno, plano de comunicação e outros documentos do processo. Também foram realizadas várias reuniões com organizações da sociedade civil, em diferentes regiões da cidade, sobre a importância da participação na construção do Plano.
GT Educação Nossa São Paulo	Dividimos a representação com a coordenação de Programas, exercida por Vera Masagão.
Fórum Estadual de Diversidade Étnico-racial	Retomada do Fórum no Estado de São Paulo e Seminário Estadual.
GT Interministerial do Plano Nacional da lei 10.639/2003	Elaboração e Lançamento Nacional e Regional do Plano da 10.639 e continuidade da articulação com organizações da sociedade civil pela implementação do Plano.
Projeto de Monitoramento em Direitos Humanos no Brasil	Atuação na coordenação dessa articulação de redes responsável pela apresentação do Contra-informe ao Comitê DESC da ONU, sendo que a situação de implementação do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) no Brasil foi analisada pelo órgão entre os dias 4 a 8 de maio de 2009.

## V INSERÇÕES NA MÍDIA

**Total de inserções: 204**

**Tema: Educação e Direitos Humanos /Justiciabilidade**

### Jornais e revistas

1. Região com maior demanda não recebe creches - **Jornal Agora** - Caderno São Paulo – pág. X - 2704/2009 – matéria sobre o movimento Creche para Todos, cita Salomão Ximenes
2. Pesquisa apresenta Direitos encarcerados: entidades dedicadas à educação de presos se articulam - **Revista Fórum BR** - 31/01/2009 - Denise Carreira fala sobre sua participação no Fórum Social Mundial após a missão da Relatoria Nacional Pelo Direito Humano à Educação sobre educação e prisão em Pernambuco.
3. Sistema Carcerário – Esforço Frustrado - **Correio Brasiliense** - DF - 24/03/2009 – Denise Carreira entrevistada sobre a situação educacional no sistema prisional brasileiro.
4. Educação nos presídios é vista como privilégio, diz estudo - **Jornal do Brasil BR** - 24/03/2009 - Denise Carreira fala sobre situação educacional no sistema prisional brasileiro.
5. Estudo mostra que educação ainda é vista como privilégio – **Jornal Dourado Agora** - Mato Grosso do Sul - 24/03/2009 - Denise Carreira fala sobre situação educacional no sistema prisional brasileiro.
6. Estudo mostra que educação ainda é vista como privilégio - **Primeira Edição BR** - 24/03/2009 - Denise Carreira fala sobre situação educacional no sistema prisional brasileiro.
7. Educação nos sistemas prisionais ainda é vista como privilégio - **Circuito MT MTS** - 24/03/2009 - Denise Carreira fala sobre a situação educacional no sistema prisional brasileiro.
8. Estudo mostra que educação nos sistemas prisionais ainda é vista como privilégio – **Jornal Gazeta do Povo PR** - 24/03/2009 - Denise Carreira fala sobre a situação educacional no sistema prisional brasileiro.
9. Relatório Educação nas prisões - **Revista Presença pedagógica BR** - Jul/ago 09 - Entrevista de Denise Carreira sobre a missão da Relatoria referente à educação nas prisões.

### Internet

1. Região com maior demanda não recebe creches - **Site do jornal Agora** - [www.agora.uol.com.br](http://www.agora.uol.com.br) – 2704/2009 – matéria sobre o movimento Creche para Todos, cita Salomão Ximenes
2. Justiça libera Prefeitura de garantir vaga em creche – **Site do Jornal O Estadão** - 24/04/2009 – Entrevistado: Salomão Ximenes, disponível no link: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,justica-libera-prefeitura-de-garantir-vaga-em-creche,359802,0.htm>
3. Fila de espera (Acesso à educação e censo de demanda) – **Site da Revista Educação** - 10/09/2009 – entrevistado Salomão Ximenes, disponível no link: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos.asp?codigo=12769>
4. São Paulo tem fila paralela para vaga em creche – **Site do Jornal Agora SP** - 23/10/2009 – entrevista Esther Rizzi – disponível no link: <http://www.agora.uol.com.br/saopaulo/ult10103u641497.shtml>

5. A educação nos tribunais (Exigibilidade) – **Site da Revista Educação** -12/12/2009 – Entrevistado Salomão Ximenes – disponível no link:  
<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos.asp?codigo=12814>
6. Para especialistas, fim da DRU na educação é positivo, mas insuficiente - **Site do Cenpec** - 10/11/2009 - disponível no link:  
<http://www.cenpec.org.br/modules/news/article.php?storyid=909>
7. Estados têm modelos distintos de ensino religioso – **Site o Jornal O Estadão** - 27/06/2009 – disponível no link: [http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090628/not\\_imp394239,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090628/not_imp394239,0.php)
8. Ensino Religioso confessional pode virar regra nas escolas – **Site Fazendo Media** - 31/08/2009 – disponível no link: <http://www.fazendomedia.com/?p=604>
9. Estudo revela que Fundeb melhorou investimento em educação - **Portal Terra** - 29/01/2009 – disponível no link: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI3479433-EI7896,00-Estudo+revela+que+Fundeb+melhorou+investimento+em+educacao.html>
10. Cartilha aborda Direito Humano à Educação – **Site Agencia Inclusive** - 30/04/2009 – disponível no link: <http://www.inclusive.org.br/?p=7315>
11. “A maior conquista dos anos 80 foi a criança ser vista como sujeito de direito”, afirma pesquisador – **Site Criança e adolescente no Parlamento** - 16/10/2009 – disponível no link:  
<http://www.criancanoparlamento.org.br/blog/%E2%80%9C-maior-conquista-dos-anos-80-foi-crian%C3%A7a-ser-vista-como-sujeito-de-direito%E2%80%9D-afirma-pesquisador>
12. Acordo com Vaticano reacende polêmica sobre ensino religioso – **Site O Educacionista** - 14/09/2009 disponível no link:  
[http://www.educacionista.org.br/jornal/index.php?option=com\\_content&task=view&id=3977](http://www.educacionista.org.br/jornal/index.php?option=com_content&task=view&id=3977)
13. Acordo Brasil e Santa Sé prevê ensino religioso nas escolas e ameaça o Estado laico - **Site ABONG** - Agosto de 2009 - disponível no link:  
[http://www.abong.org.br/final/informes\\_paq.php?cdm=19960](http://www.abong.org.br/final/informes_paq.php?cdm=19960)
14. Kassab corta 17 mil vagas na pré-escola; 28 mil crianças aguardam na fila – **Site Brasil Atual** - 10/11/2009 – disponível no link: <http://www.redebrasilatual.com.br/temas/educacao/kassab-corta-17-mil-vagas-na-pre-escola-28-mil-criancas-aguardam-na-fila>
15. Início do ano letivo estimula cobranças à administração pública – **Site Escola Via net** - 06/03/2009 – disponível no link: [http://www.evn.com.br/noticias.php?id\\_noticia=268](http://www.evn.com.br/noticias.php?id_noticia=268)
16. Brasil poderá ficar de joelhos para o Vaticano – Site Brasil Wiki - 24/08/2009 – disponível no link: [http://www.brasilwiki.com.br/noticia.php?id\\_noticia=13473](http://www.brasilwiki.com.br/noticia.php?id_noticia=13473)
17. Educação ainda é encarada como privilégio ao preso - **Portal Unesco** – [www.unesco.org](http://www.unesco.org) - 24/03/2009 - Entrevista de Denise Carreira sobre situação educacional no sistema prisional brasileiro.
18. Estudo mostra que educação nos sistemas prisionais ainda é vista como privilégio - **Agência Brasil BR** – [www.agenciabrasil.com.br](http://www.agenciabrasil.com.br) - 24/03/2009 – Denise Carreira fala sobre situação educacional no sistema prisional brasileiro.
19. Estudo mostra que educação nos sistemas prisionais ainda é vista como privilégio - **Jornal da Imprensa** – [www.jornaldaimpresa.com.br](http://www.jornaldaimpresa.com.br) - 24/03/2009 - Denise Carreira fala sobre situação educacional no sistema prisional brasileiro.
20. Educação em presídios é encarada como privilégio - **Portal – Centro Associativo dos Profissionais de Ensino do Estado de São Paulo Capesp SP** - 24/03/2009 - Denise Carreira entrevistada sobre situação educacional no sistema prisional brasileiro.

21. Educação nos presídios é vista como privilégio, diz estudo - **Portal Terra BR** - [www.terra.com.br](http://www.terra.com.br) - 24/03/2009 - Denise Carreira fala sobre a situação educacional no sistema prisional brasileiro.
22. Educação nos presídios ainda é privilégio - **Portal Netsite BR** - 24/03/2009 - Denise Carreira fala sobre a situação educacional no sistema prisional brasileiro.
23. Estudo mostra que educação nas prisões ainda é vista como privilégio - **Portal G1 BR** - [www.g1.globo.com](http://www.g1.globo.com) - 24/03/2009 - Denise Carreira Relatoria fala sobre situação educacional no sistema prisional brasileiro.
24. Estudo mostra que educação nos sistemas prisionais ainda é vista como privilégio - **Folha Online BR** - [www.folha.com.br](http://www.folha.com.br) - 24/03/2009 - Denise Carreira fala da situação educacional no sistema prisional brasileiro.
25. Estudo mostra que educação nos sistemas prisionais ainda é vista como privilégio - **Portal Jusbrasil Notícias BR** - 24/03/2009 - Denise Carreira Relatoria Situação educacional no sistema prisional brasileiro.

### Rádio e TV

1. Programa Jornal da Record - **TV Record** - 13/02/2009 - tema: Situação dos Professores de Escola Pública - Entrevista com Denise Carreira - Tema Situação dos professores que atuam nessas áreas de conflito armado
2. Programa BBC News BR - **Radio BBC** - 24/03/2009 - tema: Estudo mostra que educação nos sistemas prisionais ainda é vista como privilégio - Entrevistada Denise Carreira Relatoria fala sobre a situação educacional no sistema prisional brasileiro.

### Tema: Juventude

#### Jornais e revistas

1. "Escola Técnica - 72% dos formados obtêm emprego - Ministério da Educação afirma que 11% dos egressos ganham salários superiores às médias de mercado" - **Jornal do Estado de SP, Caderno Vida, p.A-27** - 07/03/2009 - São Paulo/SP - entrevistada Ana Paula Corti.
2. **Revista SESC TV**, dezembro de 2009. Juventude, comunicação e política: jovens são sujeitos de direitos e a comunicação é um deles. Artigo de Maria Virgínia de Freitas, Michelle Prazeres e Luiz Antonio de Freitas Barata.
3. **Revista Época**, 17 de agosto de 2009, p. 67-77. A escola que os jovens merece, entrevistada: Ana Paula Corti.
4. **Revista Educação**. O poder do olhar. Edição 149, p. 42-46, set. 2009. Entrevistada: Raquel Souza.
5. **Revista Caminhos e Trilhas**, ano II, edição 02, agosto 2009, p. 6-7. Noção de trabalho decente ainda é muito nova. Entrevistada: Maria Virgínia de Freitas.
6. **Revista Vida & Educação**, ano 5, nº 25, julho/agosto 2009, p.12-14. Ensino Médio: mudanças em curso. Artigo de Maria Virgínia de Freitas.
7. **Jornal Comércio do Jahu**, 22/08/09. Vestibular não termina. Entrevista com Ana Paula Corti.
8. **Revista Presença Pedagógica**, v.15, nº 90, nov/dez 2009, p. 54-57. Para inovar o Ensino Médio, entrevistada: Ana Paula Corti.

#### Internet

1. "Mudança no ensino médio é elogiada, porém proposta deve ser aperfeiçoada, dizem especialistas" - **O Globo OnLine** - Educação - 06/5/2009, [www.oglobo.globo.com/educacao](http://www.oglobo.globo.com/educacao) entrevistada Ana Paula Corti.
2. Chat com lideranças juvenis da *Rede Sou de Atitude*. Tema: Ensino Médio. 15/06/09.
3. Cenpec entrevista a coordenadora de juventude da Ação Educativa e membro do Conjuve, Magi Freitas. **Site do Cenpec**, 22/09/2009. <http://www.cenpec.org.br/modules/news/>

4. "Sociedade cobra participação na criação do novo ensino médio". **Portal Terra Notícias/Educação** – 02/06/2009. Texto traz declarações de Maria Virgínia de Freitas. <http://noticias.terra.com.br/educacao>

#### Rádio e TV

1. Programa: Jornal da CBN. **Rádio CBN**, 24/07/09. Entrevistada Maria Virgínia de Freitas.
2. Programa: Globo Cidade. **Rádio Globo**, 24/07/09. Entrevistada Maria Virgínia de Freitas.
3. Programa: São Paulo em Foco – **TV da Câmara Municipal de São Paulo** – 15/04/09. Entrevistada Maria Virgínia de Freitas sobre Políticas Públicas de Juventude.
4. Programa: Salto para o Futuro – **TVE** – 09/10/09. Entrevistada Ana Paula Corti sobre Ensino Médio

#### Tema: Eventos Centro de Cultura e Mobilização Social

##### Jornais e revistas

1. "Homenagem aos grafiteiros" – **Jornal Agora** – Página 2 – 27/03/09 - São Paulo – Nota na seção Roteiro da publicação.
2. "Grafite" – **Jornal A Folha de São Paulo/Guia** – pág. 78 – 27/03/09 – Nota na seção Exposições do Guia Cultural da Publicação.
3. "Arte no Muro" – **Jornal O Estado de São Paulo/Guia** – Capa e página 11 – 27/03/09 – Matéria de capa da Guia, destacando a exposição comemorativa do Dia do graffiti na Ação Educativa, entre outros eventos de mesmo tema existentes na Cidade de São Paulo.
4. "Dia do Grafite é comemorado com eventos em São Paulo" – **Jornal Destak** – páginas 1 e 2 – 27/03/09 – Matéria de capa aborda os principais eventos comemorativos do Dia do graffiti em São Paulo, destacando a homenagem que a Ação Educativa presta ao grafiteiro Rui Amaral.
5. "Arte e Atitude" – **Revista A Rede** – Pág. 40,41 e 42 - Edição de abril/09 – São Paulo – Longa matéria que faz toda a cobertura do Dia do graffiti, inclusive as intervenções, traz muitas fotos e explora aspectos como a organização dos coletivos e a participação feminina.
6. "Atividades repensam o movimento de rua" – **Jornal Folha de São Paulo/Guia** – Página 69 – 24/07/09 – São Paulo – Matéria em destaque num box dá informações sobre a nona Semana de Cultura Hip Hop.
7. "Semana dedicada à cultura Hip Hop" – **Jornal Agora** – Pag. D2 – 27/07/09 – São Paulo – Matéria da seção Roteiro aborda o conceito da Semana de Cultura Hip Hop , sua história e apresenta um Box com o resumo da programação.
8. "Semana do Hip Hop traz oficinas e shows" – **Jornal da Tarde** – Pág. 3D – 27/07/09 – São Paulo – Matéria abrangente aborda o Nona Semana de Cultura Hip Hop no contexto do hip hop em São Paulo e oferece as informações básicas sobre o evento.
9. "Rapper espanhol fala a menores da Fundação Casa" – **Jornal da Tarde** – Pag. 2D – 02/08/09 - São Paulo – A reportagem acompanhou visita do rapper El Chorin a uma unidade da Fundação Casa contextualizando sua presença como parte de sua programação no Brasil que teve como principal compromisso sua participação na Nona Semana de Cultura Hip Hop.

##### Internet

1. Dia do Graffiti – Passeios – Guia da Semana- 27/03/09 – Uma semana – São Paulo – Matéria de abertura do Site, detalha a programação do evento promovido pela ação Educativa.
2. Dia do Grafite em São Paulo terá intervenções pela Cidade e distribuição de obras – **Entretenimento UOL** – [www.uol.com.br](http://www.uol.com.br) - 27/03/09 – Uma semana – São Paulo Matéria longa para

padrões da Internet destaca as programações da ação Educativa e da Galeria Monica Filgueiras para o Dia do Graffiti.

3. Mesmo não-oficial, SP comemora o Dia do grafite com exposições – **Site Terra** – [www.terra.com.br](http://www.terra.com.br) – 28 de Março – Uma semana – São Paulo- A matéria traz uma reportagem sobre o evento de abertura da Exposição Comemorativa do Dia do graffiti, com fotos e entrevistas.
4. 27 de Março: Dia Nacional do Graffiti – Coletivo Hip Hop – **Site da MTV** – [www.mtv.com.br](http://www.mtv.com.br) – Dois dias – São Paulo – Matéria de capa do site, destaca a programação do evento da ação educativa, com informações detalhadas e a reprodução do folder da exposição.
5. 27 de Março: Dia Nacional do grafite – Intervenção e Exposição Coletiva – Agenda – **Site Overmundo** – [www.overmundo.com.br](http://www.overmundo.com.br) – 28/03/09 – Matéria traz a cobertura do evento de inauguração da exposição comemorativa do Dia do graffiti na Ação educativa, com entrevistas e reflexões sobre arte pública no Brasil.
6. Precursor do grafite é homenageado em São Paulo- Cultura – **Site Vermelho** – [www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br) – 30/03/09 – 15 dias – São Paulo – Longa matéria que fala do evento da ação Educativa, contextualizando o graffiti em São Paulo, abordando inclusive os limites impostos a este tipo de arte na Capital após a entrada em vigor da Lei Cidade Limpa. Fala também da participação das mulheres no graffiti.
7. Evento comemora Dia do Graffiti – Da redação – **Site Catraca Livre** – [www.catracalivre.folha.uol.com.br](http://www.catracalivre.folha.uol.com.br) – 26/03/09 – 15 dias – São Paulo – Matéria divulga toda a programação, destacando a biografia do Rui Amaral, artista homenageado pela Exposição.
8. Hoje é Dia Municipal do graffiti – Da Redação – **Site Expresso Noturno** – [www.expressonoturno.com.br](http://www.expressonoturno.com.br) – Pequena matéria com as informações básicas sobre a Exposição realizada na Ação Educativa.
9. 9ª Semana de Cultura Hip Hop – **Site Ciranda Net** – [www.cirandanet.com.br](http://www.cirandanet.com.br) – 21/07/09 – 10 dias – São Paulo – Matéria reproduz a programação completa da Nona Semana de Cultura Hip Hop.
10. Semana dedicada à cultura hip hop – Show – **Site Jornal Agora/Portal UOL** – [www.uol.com.br](http://www.uol.com.br) – Uma semana – São Paulo – Nota de dois parágrafos sobre o evento com um link para o site da Ação Educativa.
11. Começa hoje semana do hip hop com oficinas em SP – **Site Jornal O Estado de São Paulo/Portal Agência Estado** – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br) – 27/07/09 – Uma semana – Matéria fala basicamente da Nona Semana Hip Hop e do tema do evento que propõe uma reflexão sobre a trajetória do movimento hip hop no Brasil.
12. ONG Ação Educativa promove a nona semana de cultura hip hop em SP – **Site Cultura Hip Hop** – [www.culturahiphop.uol.com.br](http://www.culturahiphop.uol.com.br) – 28/07/09 – Uma semana – Matéria reproduz o release enviado pela assessoria do evento.
13. 9ª Semana de Cultura Hip Hop – Da redação – **Site Catraca Livre** – [www.catracalivre.folha.uol.com.br](http://www.catracalivre.folha.uol.com.br) – 26/07/09 – São Paulo – 10 dias – Matéria dá as informações básicas do evento destacando a presença do rapper espanhol El Chojin, oferecendo um link para a página do artista no MySpace.
14. Semana de Cultura Hip Hop – **Site A Rede** – [www.arede.inf.br](http://www.arede.inf.br) – 20/07/09 – 10 dias – São Paulo – Matéria de dois parágrafos dá as informações básicas sobre a programação da Nona Semana de Cultura Hip Hop.
15. Nona Semana de Cultura Hip Hop – **Portal da Juventude/Governo Federal** – [www.juventude.gov.br](http://www.juventude.gov.br) – 14/07/09 – 20 dias – Brasília – Embora cometa um erro no título, afirmando que o evento começaria em março, a matéria oferece todas as informações sobre a Nona Semana de Cultura Hip Hop.

16. Começa hoje semana do hip hop com oficinas em SP – **Portal Abril.com** – [www.abril.com.br](http://www.abril.com.br) – 27/07/09 - Uma semana – São Paulo – Matéria dá as informações básicas sobre a Nona Semana de Cultura Hip Hop, oferecendo um link para o site da Ação Educativa.
17. 9ª Semana de Cultura Hip Hop – Tema: Hip Hop o que sou? – **Site do Jornal Folha de São Paulo/Portal UOL** - [www.folha.uol.com.br](http://www.folha.uol.com.br) – 24/07/09 – Uma semana – São Paulo – Matéria destaca as apresentações artísticas do evento que são realizadas no SESC Consolação.
18. Cultura Descentralizada – **Site Revista Trip** – [www.trip.com.br](http://www.trip.com.br) – 26/10/09 – Um mês – São Paulo – Matéria longa aborda a Agenda Cultural da Periferia, a forma como é elaborada e explora o tema da cultura de periferia em entrevista com Eleilson Leite, coordenador do programa de Cultura da Ação Educativa.

### **Tema: Outras Políticas Educacionais**

#### **Jornais e revistas**

1. A educação como campo de disputa política – **Revista Forum** – 23/04/09 – artigo de Sérgio Haddad sobre posições políticas que tem a educação como foco da cena.
2. A educação como campo de disputa política – **Jornal Brasil de Fato** – 23/04/09 – artigo de Sérgio Haddad sobre posições políticas que tem a educação como foco da cena.
3. Mudança no ensino médio é elogiada – **Jornal o Globo** – Caderno O País, pág.X – RJ/RJ– 06/05/09 - matéria sobre a nova proposta do MEC para o Ensino Médio, entrevistada Ana Paula Corti
4. Em nome de quê? – **Revista Educação BR** – Outubro de 2009 - Denise Carreira fala sobre efetividade dos conselhos de educação.

#### **Internet**

1. A educação como campo de disputa política – **Site da Revista Forum** – [www.revistaforum.com.br](http://www.revistaforum.com.br) – 23/04/09 – artigo de Sérgio Haddad sobre posições políticas que tem a educação como foco da cena
2. A educação como campo de disputa política – **Site do Jornal Brasil de Fato** – [www.brasildefato.com.br](http://www.brasildefato.com.br) – 23/04/09 – artigo de Sérgio Haddad sobre posições políticas que tem a educação como foco da cena
3. A educação como campo de disputa política – **Site O Educador** – <http://e-educador.com> – 23/04/09 – artigo de Sérgio Haddad sobre posições políticas que tem a educação como foco da cena
4. Mudança no ensino médio é elogiada – **Site do Jornal O Globo** – RJ/RJ– [www.oglobo.com.br](http://www.oglobo.com.br) - 06/05/09 - matéria sobre a nova proposta do MEC para o Ensino Médio, entrevistada Ana Paula Corti
5. Rede de proteção social não afasta crianças do trabalho infantil – **Site Portal Aprendiz** – <http://aprendiz.uol.com.br> – 14/05/09 – São Paulo – matéria sobre a pesquisa “Retratos do Trabalho Infantil” realizada em parceria com a Fundação Telefônica – entrevistada Vera Masagão
6. Seminário discute política nacional para o ensino médio; participação e diversidade foram destaques - **Site Agência Inclusive** - [www.inclusive.org.br](http://www.inclusive.org.br) - 28/9/2009 - Cobertura roda de conversa Ensino Médio – entrevista com Ana Paula Corti
7. Seminário discute política nacional para o ensino médio; participação e diversidade foram destaques - **Site Todos Pela Educação** - [www.todospelaeducacao.org.br](http://www.todospelaeducacao.org.br) - 28/9/2009 - Cobertura roda de conversa Ensino Médio – entrevista Ana Paula Corti
8. Proposta de Ensino Médio Inovador do MEC em debate - **Coordenadores Pedagógicos BlogadosBR** - 20/06/2009 - Entrevista de Ana Lúcia Silva Souza sobre propostas para o Ensino Médio.
9. Estados terão dois meses para apresentar projetos do programa Ensino Médio Inovador - **Portal Sorocabano SP** - 25/09/2009 – Ana Lúcia Silva Souza sobre propostas para o Ensino Médio brasileiro.

10. Estados terão dois meses para apresentar projetos do programa Ensino Médio Inovador - **Comunidade Exkola BR** - 29/09/2009 - Ana Lucia Silva Souza fala sobre o Ensino Médio.
11. Proposta que tramita na Câmara sobre a obrigatoriedade do ensino até os 17 anos divide opiniões - **Comunidade Exkola BR** - 29/09/2009 - Ana Lucia Silva Souza fala sobre o Ensino Médio.

#### Rádio e TV

1. **Radio CBN** – Entrevista de Denise Carreira para rádio sobre Plano de Educação da Cidade de São Paulo – agosto, outubro e dezembro/2009
2. **Rádio Cultura** – entrevista de Denise Carreira sobre Plano de Educação da Cidade de São Paulo – agosto, outubro e dezembro/2009

#### Tema: Institucional – Observatório da Educação

##### Jornais e revistas

1. Pesquisador do IPEA diz que desigualdades sociais estão “cristalizadas” na educação - **Jornal Gazeta do Povo/PR** – pág. X - 14/9/2009 - cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro de 2009
2. Pesquisador do IPEA diz que desigualdades sociais estão “cristalizadas” na educação - **Jornal Novoeste** – pagina X - 14/9/2009 - cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro de 2009
3. Pesquisador do IPEA diz que desigualdades sociais estão “cristalizadas” na educação - **Jornal Fenetracoop** – pág. X - 14/9/2009 - cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro de 2009
4. Pesquisador do IPEA diz que desigualdades sociais estão “cristalizadas” na educação - **Jornal Diário do Vale** - pág. X - 14/9/2009 - cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro de 2009

##### Internet

1. Observatório da Educação - **Site Portal Cefet-SP** - [www.cefetsp.br](http://www.cefetsp.br) - 8/6/2009 - São Paulo - Divulgação trabalho Observatório da Educação
2. Observatório da Educação faz levantamento sobre a participação da sociedade nos conselhos - **Site Blog Educação** - [www.blogeducacao.org.br](http://www.blogeducacao.org.br) - 7/8/2009 - São Paulo - Publicação de reportagem feita pelo site do Observatório da Educação.
3. Observatório da Educação lança banco de fontes de profissionais da educação básica - **Site Portal ANJ** - [www.anj.org.br](http://www.anj.org.br) - 7/8/2009 - Divulgação atividade Observatório da Educação
4. Ação Educativa promove debate sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação - **Site Portal Aprendiz** - <http://aprendiz.uol.com.br/homepage.mmp> - 11/9/2009 - Divulgação seminário PDE realizado em setembro
5. Ação Educativa promove debate sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação - **Site Todos Pela Educação** - [www.todospelaeducacao.org.br](http://www.todospelaeducacao.org.br) - 11/9/2009 - Divulgação seminário PDE realizado em setembro
6. Ação Educativa promove debate sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação - **Site Notícias da Rede** - <http://noticiasdarede.se.df.gov.br/> - 11/9/2009 - Divulgação seminário PDE realizado em setembro
7. Ação Educativa promove debate sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação - **Site Blog Educação** - [www.blogeducacao.org.br](http://www.blogeducacao.org.br) - 14/9/2009 - Divulgação seminário PDE realizado em setembro
8. Ação Educativa promove debate sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação - **Site Blog Educação** - [www.blogeducacao.org.br](http://www.blogeducacao.org.br) - 11/9/2009 - Cobertura seminário PDE realizado em setembro, com entrevista de Sérgio Haddad
9. Pesquisador do IPEA diz que desigualdades sociais estão “cristalizadas” na educação - **Site Página 9** - [www.pagina9.com.br](http://www.pagina9.com.br) - 14/9/2009 - Cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro

10. Pesquisador do IPEA diz que desigualdades sociais estão "cristalizadas" na educação - **Site 45 Graus** - [www.45graus.com.br](http://www.45graus.com.br) - 14/9/2009 - Cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro
11. Pesquisador do IPEA diz que desigualdades sociais estão "cristalizadas" na educação - **Site Mais Comunidade** - <http://www.maiscomunidade.com> - 14/9/2009 - Cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro
12. Pesquisador do IPEA diz que desigualdades sociais estão "cristalizadas" na educação - **Portal Piauiense de Notícias** - [www.portalappm.com.br](http://www.portalappm.com.br) - 14/9/2009 - Cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro
13. Pesquisador do IPEA diz que desigualdades sociais estão "cristalizadas" na educação - **Site Portal Educacionista** - [www.educacionista.org.br](http://www.educacionista.org.br) - 14/9/2009 - Cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro
14. Pesquisador do IPEA diz que desigualdades sociais estão "cristalizadas" na educação - **Site Último Segundo - IG** - <http://ultimosegundo.ig.com.br/> - 14/9/2009 - Cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro
15. Pesquisador do IPEA diz que desigualdades sociais estão "cristalizadas" na educação - **Site Rede Brasil Atual** - [www.redebrasilatual.com.br](http://www.redebrasilatual.com.br) - 14/9/2009 - Cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro
16. Pesquisador do IPEA diz que desigualdades sociais estão "cristalizadas" na educação - **Site Portal Terra** - [www.terra.com.br](http://www.terra.com.br) - 14/9/2009 - Cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro
17. Pesquisador do IPEA diz que desigualdades sociais estão "cristalizadas" na educação - **Site Agência Brasil** - <http://agenciabrasil.ebc.com.br/> - 14/9/2009 - Cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro
18. Número de analfabetos que já freqüentou a escola cresce ano a ano - **Site Agência Brasil** - <http://agenciabrasil.ebc.com.br/> - 14/9/2009 - Cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro
19. Para Haddad, principal problema da educação é gestão e não falta de recursos - **Site Agência Brasil** - <http://agenciabrasil.ebc.com.br/> - 14/9/2009 - Cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro
20. Seminário faz balanço do Plano de Desenvolvimento da Educação - **Site Agência Brasil** - <http://agenciabrasil.ebc.com.br/> - 14/9/2009 - Cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro
21. Câmara deve votar esta semana projeto que muda regras do Fies, diz Haddad - **Site Agência Brasil** - <http://agenciabrasil.ebc.com.br/> - 14/9/2009 - Cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro
22. Para Haddad, gestão é o principal problema da educação - **Site Agência Brasil** - <http://agenciabrasil.ebc.com.br/> - 14/9/2009 - Cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro
23. Estudo: cresce número de analfabetos que já freqüentaram a escola - **Site Portal Terra** - [www.terra.com.br](http://www.terra.com.br) - 14/9/2009 - Cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro - entrevista Maria Clara Di Pierro
24. PDE é frágil como política de Estado e pode ser desarticulado por governos, dizem especialistas - **Site Agência Brasil** - <http://agenciabrasil.ebc.com.br/> - 15/9/2009 - Cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro
25. Colaboração entre estados e municípios não se consolidou com o PDE, dizem especialistas - **Site Agência Brasil** - <http://agenciabrasil.ebc.com.br/> - 15/9/2009 - Cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro
26. Colaboração entre estados e municípios não se consolidou com o PDE, dizem especialistas - **Site Portal Terra** - [www.terra.com.br](http://www.terra.com.br) - 15/9/2009 - Cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro

27. Brasil precisa melhorar indicadores, diz especialista - **Site Agência Brasil** - <http://agenciabrasil.ebc.com.br> - 15/9/2009 - Cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro – entrevista Vera Masagão
28. Especialista: Brasil precisa melhorar indicadores educacionais - **Site Portal Terra** – [www.terra.com.br](http://www.terra.com.br) - 15/9/2009 - Cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro – entrevista Vera Masagão
29. PDE pode ser desarticulados por governos, dizem especialistas - **Site Portal Terra** - [www.terra.com.br](http://www.terra.com.br) - 15/9/2009 - Cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro
30. PDE: apesar de avanços em acesso e qualidade, desigualdades permanecem, diz economista do IPEA - **Site Todos Pela Educação** - [www.todospelaeducacao.org.br](http://www.todospelaeducacao.org.br) - 15/9/2009 - Cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro
31. PDE: apesar de avanços em acesso e qualidade, desigualdades permanecem, diz economista do IPEA - **Site Portal Blog Educação** - [www.blogeducacao.org.br](http://www.blogeducacao.org.br) - 16/9/2009 - Cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro
32. Debatedores apontam território como possibilidade para avançar em políticas de diversidade no PDE - **Site Portal Jurídico Brasil**- <http://jus.uol.com.br> - 17/9/2009 - Cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro
33. Debatedores apontam território como possibilidade para avançar em políticas de diversidade no PDE - **Site Síntese-SE** - [www.sintese-se.com.br](http://www.sintese-se.com.br) - 22/09/2009 - Cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro
34. Estados terão dois meses para apresentar projetos do programa Ensino Médio Inovador - **Portal Sorocabano** - [www.portalsorocabano.com.br](http://www.portalsorocabano.com.br) - 25/09/2009 - Cobertura seminário PDE realizado em 14 e 15 de setembro
35. No dia dos professores, Observatório debate absenteísmo e condições do trabalho docente - **Site Portal Comunidade Exkola** - [www.exkola.com.br](http://www.exkola.com.br) - 13/10/2009 - Divulgação debate absenteísmo docente, realizado em 15 de outubro
36. No dia dos professores, Observatório debate absenteísmo e condições do trabalho docente - **Site Agência Inclusive** - [www.inclusive.org.br](http://www.inclusive.org.br) - 14/10/2009 - Divulgação debate absenteísmo docente, realizado em 15 de outubro
37. Falta do professor é consequência de mal-estar na profissão docente, dizem debatedores - **Site Agência Inclusive** - [www.inclusive.org.br](http://www.inclusive.org.br) - 21/10/2009 - Cobertura debate absenteísmo docente, realizado em 15 de outubro
38. Por que os professores faltam tanto? - **Site Portal O Educador** - <http://e-educador.com> - 21/10/2009 - Cobertura debate absenteísmo docente, realizado em 15 de outubro
39. Falta do professor é consequência de mal-estar na profissão docente, dizem debatedores - **Site Portal Fundação Joaquim Nabuco** - [www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br) - 21/10/2009 - Cobertura debate absenteísmo docente, realizado em 15 de outubro
40. Site do Observatório da Educação completa um ano - **Site Agência Inclusive** - [www.inclusive.org.br](http://www.inclusive.org.br) - 26/11/2009 - Divulgação trabalho Observatório da Educação

#### **Tema: Educação de pessoas privadas de liberdade**

##### **Jornais e revistas**

1. Direitos encarcerados: entidades dedicadas à educação de presos se articulam - **Revista Fórum** –pág. X - 31/01/2009 - São Paulo - Reportagem sobre evento organizado no Fórum Social Mundial
2. Educação nas Prisões – **Revista Presença Pedagógica**, v.15, nº. 88 – Jul./Ago./2009 – entrevista com Denise Carreira sobre educação nas prisões

**Tema: Liberdade de expressão para professores****Jornais e revistas**

1. Assembléia aprova fim da mordaza – **Jornal O Estado de S. Paulo** – pág. X - 10/09/2009 - São Paulo - repercussão fim da Lei da Mordaza no estado de São Paulo – entrevista Mariângela Graciano
2. Kassab envia projeto de para revogar a Lei da Mordaza – **Jornal O Estado de S. Paulo** – 05/05/2009 – São Paulo – repercussão sobre o projeto da AE sobre o fim da Lei da Mordaza no estado de São Paulo
3. Entre a culpa e o silencio – **Revista Carta na Escola** – SP – Ed. Nº 35 – abril de 2009 – pág 44 a 45 – matéria sobre a Lei da Mordaza, por Sérgio Haddad e Mariângela Graciano

**Internet**

1. Assembléia aprova fim da mordaza - **Portal Estadão** – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br) - 10/9/2009 - repercussão fim da Lei da Mordaza no estado de São Paulo – entrevista: Mariângela Graciano
2. Entre a culpa e o silencio – **Site Revista Carta na Escola** – [www.cartanaescola.com.br](http://www.cartanaescola.com.br) – abril de 2009 – matéria sobre a Lei da Mordaza, por Sérgio Haddad e Mariângela Graciano
3. Kassab envia projeto de para revogar a Lei da Mordaza – **Site Agencia Estado** – <http://noticias.uol.com.br> 05/05/2009 – São Paulo – repercussão sobre o projeto da AE sobre o fim da Lei da Mordaza no estado de São Paulo

**Tema: Analfabetismo/Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional****Jornais e revistas**

1. No sexto ano da escola, eles escrevem assim – **Revista Época** – pág. X - 23/03/2009 – matéria sobre o índice de alfabetismo nas escolas do Rio de Janeiro, entrevistada Vera Masagão
2. O índice de Analfabetismo cai no ritmo mais lento que em outros países latino-americanos – **Jornal O Estadão** – Caderno Aliás – pag. X – 16/05/09 – São Paulo – matéria cita a pesquisa INAF
3. Construção de escala combinada para a medição do alfabetismo em contexto não escolar – **Revista Estudo em Avaliação Institucional** – v.19 nº 41 set/dez2008 – divulgada em jan. 2009 – artigo de Vera Masagão ribeiro sobre analfabetismo
4. Mais de 40% dos que têm a 4ª série não lêem bem – **Jornal Diário de São Paulo** – pág. 5 - 03/12/2009 – matéria sobre INAF, cita Ação Educativa

**Internet**

1. Analfabetismo é mais um desafio que o Brasil precisa enfrentar – **Site Repórter Brasil** – [www.reporterbrasil.org.br](http://www.reporterbrasil.org.br) – 12/05/09 – São Paula- matéria sobre o INAF, entrevista com Vera Masagão
2. O índice de Analfabetismo cai no ritmo mais lento que em outros países latino-americanos – **Site Estadão** – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br) – 16/05/09 – São Paulo – matéria cita a pesquisa INAF
3. No sexto ano da escola, eles escrevem assim – Site IPM Notícias – [www.ibope.com.br](http://www.ibope.com.br) – 23/03/2009 – matéria sobre o índice de alfabetismo nas escolas do Rio de Janeiro, entrevistada Vera Masagão.
4. No sexto ano da escola, eles escrevem assim – **Site da Revista Época** – <http://revistaepoca.globo.com> – 23/03/2009 – matéria sobre o índice de alfabetismo nas escolas do Rio de Janeiro, entrevistada Vera Masagão
5. No sexto ano da escola, eles escrevem assim – **Blog Alfabetizar em 90 Dias** – [www.alfa90dias.blogspot.com](http://www.alfa90dias.blogspot.com) – 23/03/2009 – matéria sobre o índice de alfabetismo nas escolas do Rio de Janeiro, entrevistada Vera Masagão
6. Mais de 40% dos que têm a 4ª série não lêem bem – Site do Jornal Diário de São Paulo – [www.diariodesaopaulo.com.br](http://www.diariodesaopaulo.com.br) – 03/12/2009 – matéria sobre INAF, cita Ação Educativa.

**Tema: Educação de Jovens e Adultos****Jornais e revistas**

1. A participação da sociedade civil brasileira na educação de jovens e Adultos e na Confintea VI – **Revista Brasileira de Educação** – Maio/Ago. V. 14, nº 41 – pág. 355 a 369 – artigo escrito por Sérgio Haddad

**Internet**

1. No dia da educação, uma aula publica no Congresso – [www.meirafernandes.com.br](http://www.meirafernandes.com.br) – 29/04/09 – São Paulo – matéria sobre aula publica no gramado do Congresso que debateu a situação de EJA, o evento contou com a presença de Sérgio Haddad e Denise Carreira.
2. Aula pública na aérea externa do Congresso discute Educação de Jovens e Adultos – **Site Página 9** – [www.pagina9.ufu.br](http://www.pagina9.ufu.br) – Uberlândia/MG – matéria sobre aula publica no gramado do Congresso que debateu a situação de EJA, o evento contou com a presença de Sérgio Haddad e Denise Carreira
3. Semana de Ação Mundial: Temer recebe reivindicações da Sociedade civil sobre educação de jovens e adultos – **Site Agência Inclusive** – <http://agenciainclusive.wordpress.com> – abril de 2009 – São Paulo - matéria sobre aula publica no gramado do Congresso que debateu a situação de EJA, o evento contou com a presença de Sérgio Haddad e Denise Carreira

**Tema: Fórum Social Mundial, FISC e CONFITEA VI****Jornais e revistas**

1. Qual deve ser a do FSM nas(s) crise(s)? – **Revista Forum**, Edição 71 - 18/02/2009 – São Paulo – matéria sobre o atual contexto do FSM entrevista com o Sérgio Haddad.
2. A participação da sociedade civil brasileira na educação de jovens e Adultos e na Confintea VI – **Revista Brasileira de Educação** – Maio/Ago. V. 14, nº 41 – pág. 355 a 369 – artigo escrito por Sérgio Haddad

**Internet**

1. O grande papel do Forum é reafirmar que este modelo não tem futuro – **Site ALAI, América Latina em Movimento** – <http://alainet.org> – 29/01/2009 – São Paulo - entrevista com Sérgio Haddad sobre FSM, FME e Confintea VI
2. O grande papel do Forum é reafirmar que este modelo não tem futuro – **Site do Jornal Brasil de Fato** – [www.brasildefato.com.br](http://www.brasildefato.com.br) – 29/01/2009 – São Paulo- entrevista com Sérgio Haddad sobre FSM, FME e Confintea VI
3. O grande papel do Forum é reafirmar que este modelo não tem futuro – **Site Sindpress-cs** – [www.sindpress-cs.org](http://www.sindpress-cs.org) – 29/01/2009 – São Paulo - entrevista com Sérgio Haddad sobre FSM, FME e Confintea VI
4. Forum Social Mundial – **Site do FSM** – [www.forumsocialmundial.org.br](http://www.forumsocialmundial.org.br) – 27/01/09 – São Paulo – artigo de Sérgio Haddad sobre o processo de construção do FSM
5. Aumenta a expectativa para o evento unificado de Belém em 2009 – **Site Repórter Brasil** – [www.reporterbrasil.com.br](http://www.reporterbrasil.com.br) - 29/01/09 – matéria sobre FSM 2009 em Belém e atual cenário político
6. A new civilization model must be built, Sergio Haddad advicates for – **Site FISC** – [www.fisc2009english.wordpress.com](http://www.fisc2009english.wordpress.com) – 30/11/2009 – Belém – matéria sobre o FISC - entrevistado Sérgio Haddad
7. “É preciso construir um novo modelo de civilização”, defende Sérgio Haddad - **Site FISC** – [www.fisc2009english.wordpress.com](http://www.fisc2009english.wordpress.com) – 30/11/2009 – Belém – matéria sobre o FISC - entrevistado Sérgio Haddad

8. Sociedade Civil sai fortalecida de Belém – **Site IPM** – [www.ibope.com.br](http://www.ibope.com.br) – 18/12/2009 – matéria sobre CONFINTEA VI entrevistado Sérgio Haddad
9. Qual deve ser a do FSM nas(s) crise(s)? – **Site da Revista Forum** – [www.revistaforum.com.br](http://www.revistaforum.com.br) – 18/02/2009 – São Paulo – matéria sobre o atual contexto político do FSM, entrevista com o Sérgio Haddad

### **Tema: Projetos Pedagógicos em escolas públicas (indique e Nepso e Premio)**

#### **Rádio e TV**

1. **Radio Eldorado** – 04/05/2009 – Vera Masagão – SP – entrevista sobre o Projeto Indicadores da Qualidade Infantil

#### **Jornais e revistas**

1. Um direito contínuo - **Revista Carta na Escola** - São Paulo - pág. 12 e 13 - 01/11/2009 - matéria sobre o premio Minha Comunidade Sustentável
2. Uma rede para a sustentabilidade - **Revista Carta na Escola** - São Paulo - pág. X - 15/05/2009 - matéria sobre o Premio Minha Comunidade Sustentável.

#### **Internet**

1. MEC lança indicadores para avaliar a qualidade da educação Infantil – **Site G1** – [www.g1.com.br](http://www.g1.com.br) – 04/05/2009 – matéria sobre o projeto Indicadores da Qualidade na Educação Infantil
2. Prêmio incentiva escolas a desenvolverem projetos de sustentabilidade – **Site do Jornal O Dia** - 03/09/2009 - disponível no link: [http://odia.terra.com.br/porta/educacao/html/2009/9/premio\\_incentiva\\_escolas\\_a\\_desenvolve\\_rem\\_projetos\\_de\\_sustentabilidade\\_33155.html](http://odia.terra.com.br/porta/educacao/html/2009/9/premio_incentiva_escolas_a_desenvolve_rem_projetos_de_sustentabilidade_33155.html).
3. Prêmio incentiva escolas a desenvolverem sustentabilidade - **Portal Terra** - 04/09/2009 - disponível no link: <http://noticias.terra.com.br/educacao/interna/0,,O13958144-E18266,00-Premio+incentiva+escolas+a+desenvolverem+sustentabilidade.html>
4. Prêmio incentiva escolas a desenvolverem projetos de sustentabilidade - **Portal Aprendiz** - Set/2009 – disponível no link: <http://aprendiz.uol.com.br/content/koswephome.mmp>.
5. Prêmio incentiva escolas a desenvolverem projetos de sustentabilidade - **Site da Revista In**, 10/09/2010 - disponível no link: [http://www.revistainonline.com.br/ler\\_noticia\\_cultura.asp?secao=25&noticia=9621](http://www.revistainonline.com.br/ler_noticia_cultura.asp?secao=25&noticia=9621)
6. Qualidade: um conceito em construção – **Site da Revista Com Ciência** – 14/11/2009 - disponível no link: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=49&id=612> - matéria sobre o projeto Indicadores da Qualidade na Educação
7. Qualidade: um conceito em construção – **Site da OIE** – 14/11/2009 - disponível no link: <http://www.oei.es/divulgacioncientifica/reportajes019.htm> - matéria sobre o projeto Indicadores da Qualidade na Educação

### **Tema: Ação Educativa (institucional)**

#### **Jornais e revistas**

1. A culpa é do (a) professor (a)? – **Jornal Mundo Joven** – pag. 12 e 13 – nº 401 out/2009 – entrevista com Sérgio Haddad sobre a atuação e as condições de trabalho dos professores.
2. Os bodes de sempre – **Revista Carta na Escola** – pág.: XX - 04/03/09 – matéria sobre a nota zero dos professores da rede estadual de ensino de SP, entrevistado Sérgio Haddad.
3. Os bodes de sempre – **Revista Carta Capital** – pág.: XX - 04/03/09 – matéria sobre a nota zero dos professores da rede estadual de ensino de SP, entrevistado Sérgio Haddad.

4. Serra substitui Maria Helena por Paulo Renato na pasta da Educação – **Jornal o Estado de S.Paulo** – pág. A26 – 26/03/09 – matéria sobre a polemica troca da secretaria de educação do governo Serra, fala de Vera Masagão.
5. Educar é preciso – **Revista IDEC** – pág. 08 a 11 – São Paulo – Abril de 2009 – entrevista com Sérgio Haddad sobre a educação no Brasil
6. Pela descriminalização do professorado – **Jornal dos Professores – SP** – pág 05 - Abril de 2009 – artigo de Sérgio Haddad sobre professorado nas redes de ensino no Brasil
7. Pela descriminalização do professorado – **Jornal Brasil de Fato – SP** – pág X - Abril de 2009 – artigo de Sérgio Haddad sobre professorado nas redes de ensino no Brasil

#### Internet

1. A culpa é do (a) professor (a)? – **Site Jornal Mundo Jovem** – [www.mundojovem.pucrs.br](http://www.mundojovem.pucrs.br) – out/2009- São Paulo – entrevista com Sérgio Haddad sobre a atuação e as condições de trabalho dos professores.
2. Os bodes de sempre – **Site Revista Carta na Escola** – [www.cartanaescola.com.br](http://www.cartanaescola.com.br) - 04/03/09 – matéria sobre a nota zero dos professores da rede estadual de ensino de SP, entrevistado Sérgio Haddad
3. Os bodes de sempre – **Site Revista Carta Capital** – [www.cartacapital.com.br](http://www.cartacapital.com.br) - 04/03/09 – matéria sobre a nota zero dos professores da rede estadual de ensino de SP, entrevistado Sérgio Haddad
4. Serra substitui Maria Helena por Paulo Renato na pasta da Educação – **Site Jornal o Estado de S.Paulo** – [www.folhadesaopaulo.com.br](http://www.folhadesaopaulo.com.br) – 26/03/09 – matéria sobre a polemica troca da secretaria de educação do governo Serra, fala de Vera Masagão.
5. Pela descriminalização do professorado – **Jornal dos Professores** – pág 05 - Abril de 2009 – artigo de Sérgio Haddad sobre professorado nas redes de ensino no Brasil

#### Tema: Educação e Relações Raciais

##### Jornais e revistas

1. Dificuldade para sair do papel - **Revista Pátio BR** - Mai/jun 2009 - Tania Portella fala sobre a efetividade da lei 10.639 e o Plano Nacional das DCNs em ERER.
2. A África também é aqui - **Carta (Capital) na Escola BR** - 01/12/2009 - Ana Lúcia Souza Silva fala sobre as DCNs e materiais pedagógicos.

##### Internet

1. Participação da sociedade civil na implementação da lei 10.639 SME – **Site de Notícias SP** - 30/10/2009 - Tania Portella fala sobre ERER em São Paulo.
2. História e Cultura Afro-brasileira continua um desafio para as escolas – **Site Escola Móvel BR** - 30/10/2009 - Tania Portella fala sobre o lançamento e a implementação do Plano DCNs em ERER.
3. Diretrizes para educação das relações étnico-raciais não chegam até sistemas de ensino - **Portal Aprendiz BR** - 19/11/2009- Denise Carreira fala sobre o Plano Nacional das DCNs em ERER.
4. Dia da Consciência Negra é oportunidade para reflexão – **Site da Agência Inclusive BR** - 20/11/2009 - Denise Carreira fala sobre Relações Raciais na educação.
5. Dia da consciência negra é oportunidade para reflexão sobre implementação da lei que trata do ensino de história e cultura africana nas escolas – **Site do SINTEPP BR** - 20/11/2009 - Denise Carreira fala sobre o Plano Nacional das DCNs em ERER.

6. A África também é aqui – **Site Carta (Capital) na Escola BR** - 01/12/2009 - Ana Lúcia Souza Silva fala sobre as DCNs e materiais pedagógicos.
7. Dificuldade para sair do papel – **Site da Revista Pátio BR** - Mai/jun 2009 - Tania Portella fala sobre a efetividade da lei 10.639 e o Plano Nacional das DCNs em ERER.